



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 89, TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2019



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 97^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 17 DE JUNHO DE 2019

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – FINALIDADE DE SESSÃO	
Destinada a comemorar o aniversário de 46 anos da Eletronorte, nos termos do Requerimento nº 369/2019, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores	7
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	7
1.2.2 – Exibição de vídeo institucional da Eletronorte	7
1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Izalci Lucas)	7
1.2.4 – Oradores	
Senador Weverton	10
Deputado Capitão Alberto Neto	13
Senador Chico Rodrigues	14
Deputado José Ricardo	15
Sr. Icaro Chaves, Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários	17
1.2.5 – Leitura de nota encaminhada pela Deputada Erika Kokay	19
Sr. André Pepitone, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica	20
Sr. Roberto Parucker, Diretor-Presidente da Eletronorte	21
1.3 – ENCERRAMENTO	24
2 – ATA DA 98^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE JUNHO DE 2019	
2.1 – ABERTURA	26



2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	26
2.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Registro de audiência pública a ocorrer hoje, na CDH, a fim de debater o estudo denominado Atlas da Previdência. Comentários sobre audiência pública ocorrida hoje, na CDH, na qual se discutiu o feminicídio no País.	26
Senador Jorge Kajuru – Preocupação com o crescente envelhecimento da população brasileira. Considerações sobre projeto de lei, apresentado por S. Exa., que cria um serviço nacional de apoio à pessoa idosa com dependência.	31
Senador Izalci Lucas – Críticas à má gestão de recursos disponíveis ao Governo do Distrito Federal. Aplausos às quatro escolas públicas brasileiras que se destacaram no Pisa-S, programa internacional de ensino da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).	33
Senador Confúcio Moura – Análise da história da educação no Brasil, da Velha República de 1945 até o período militar de 1964.	38
Senador Marcos Rogério – Críticas ao acórdão do STF que tipifica o crime de homofobia como racismo e registro de projeto apresentado por S. Exa. que susta esta decisão.	45
Senador Elmano Férrer – Celebração pela redução do número de mortes violentas no Brasil nos quatro primeiros meses do Governo Bolsonaro. Aplausos à maior integração das forças policiais no País. Considerações a respeito do pacote anticrime, em tramitação na Câmara dos Deputados. Comentários a respeito das manifestações populares ocorridas em 2013. Elogios à Operação Lava Jato, notoriamente ao Ministro da Justiça Sergio Moro.	54
Senador Mecias de Jesus – Apelo ao Governo Federal para que haja uma intervenção na saúde e na segurança pública no Estado de Roraima.	59
2.3 – ENCERRAMENTO	62

PARTE II

3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 97^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Discurso e documento encaminhados à publicação

Senador Weverton – Íntegra do discurso e documento encaminhado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Regimento Interno.	64
--	----

4 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 98^a SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Discursos encaminhados à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S.Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno ..	75
Senador Confúcio Moura – Íntegra do discurso de S.Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno	80



4.1.2 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 401/2019, do Senador Marcos Rogério, que *susta os efeitos legislativos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e do Mandado de Injunção (MI) nº 4.773* 86

4.1.3 – Recurso

Nº 10/2019, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 181/2016. 95

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 181/2016. 98

4.1.4 – Término de prazos

Término do prazo, em 14 de junho de 2019, com apresentação de quatro emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 79/2018. 100

Término do prazo, em 14 de junho de 2019, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 19/2017 e aos Projetos de Lei da Câmara nºs 90/2017, 29 e 48/2018. 111

Término do prazo, em 14 de junho de 2019, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 389/2016 e 307/2018; e do Projeto de Lei nº 683/2019. 111

Término do prazo, em 14 de junho de 2019, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 10/2014, 285/2015, 52 e 70/2016; 80, 202 e 238/2017; 40, 132 e 158/2018; e 107/2019. 111

PARTE III**5 – ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

Nºs 11 e 13/2019 113

6 – PORTARIAS DO 1º SECRETÁRIO

Nºs 8 e 9/2019 117

7 – ATA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SÁUDE

Ata da 174ª Reunião, realizada em 8 de maio de 2019 120

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 122**9 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** 125**10 – LIDERANÇAS** 126**11 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 128**12 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 131**13 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES** 133**14 – CONSELHOS E ÓRGÃOS** 168

Ata da 97^a Sessão, Especial,
em 17 de junho de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 8 minutos e encerra-se às 11 horas e 40 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a comemorar o aniversário de 46 anos da Eletronorte, nos termos do Requerimento nº 369, de 2019, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores.

Convido para compor a Mesa o Presidente da Eletronorte, o Sr. Roberto Parucker. (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa o representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários, o Sr. Icaro Chaves. (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa o Diretor-Geral da Aneel, o Sr. André Pepitone da Nóbrega. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional do Brasil, executado pela Banda dos Fuzileiros Navais.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Assistiremos agora ao vídeo institucional dos 46 anos da Eletronorte.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Convido também para compor a Mesa o nosso grande Senador Weverton, do PDT, do Maranhão. É um grande representante do Maranhão aqui. (*Palmas.*)

Quero registrar também a presença do Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto; do Diretor de Comercialização e Regulação da Eletronorte, Sr. Wilson Fernandes de Paula; do Diretor Econômico-Financeiro da Eletronorte, Sr. Astrogildo Fraguglia Quental; do Sr. Diretor de Gestão Corporativa da Eletronorte, Sr. José Wanderley Uchoa Barreto; também do Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar (Previnorte), Sr. José Benjamin Morais de Souza Carmo; do Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Sr. Mario Miranda; representando o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, Sr. Henrique Ludovice; e do Secretário-Geral do Sindicato dos Urbanitários do Amapá, Sr. Adonis Augusto Marques.

Quero cumprimentar aqui o nosso Diretor-Presidente da Eletronorte, o Sr. Roberto Parucker; o nosso representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários, Sr. Icaro Chaves.

Cumprimento também o Sr. André Pepitone da Nóbrega, Diretor-Geral da Aneel. Cumprimento todos os servidores da Eletronorte e todos os convidados.

Senhoras e senhores, inicialmente, quero parabenizar a iniciativa do nosso querido amigo, Senador Eduardo Braga, que tão bem representa aqui o Amazonas, e saudar aqui os demais convidados.

Em 20 de junho de 1973, começava a atuação de uma empresa cujo destino já se podia antever a partir de seu próprio nome: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Sociedade anônima de economia mista e subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), essa empresa estatal nasceu com a imponente missão de desenvolver e integrar o Brasil a partir da geração e da transmissão de energia elétrica.

A partir da energia fornecida – ainda que não exclusivamente, mas principalmente – do produto queda *versus* vazão dos grandes rios que cortam a Amazônia, a Eletronorte nasceu



predestinada a grandes feitos. E, nesses 46 anos de existência, superou gigantescos desafios para a empresa e seus colaboradores – desafios de porte amazônico.

As doenças tropicais, as intempéries, a eventual escassez de recursos, os exasperantes cronogramas e as pressões internacionais contra o desenvolvimento da Amazônia não foram capazes de impedir o surgimento de uma engenharia admirada em todo o mundo.

Apesar de sediada no Distrito Federal, a presença da EletroNorte nos nove Estados da Amazônia Legal é marcante. Na região, a empresa internalizou uma função estratégica de dimensões gigantescas. Ao enfrentar toda sorte de obstáculos e adversidades que caracterizam as intervenções humanas na floresta tropical úmida, a empresa manteve como um de seus pilares a decisão estratégica de integrar a Amazônia ao Brasil.

Totalmente compromissada com o desenvolvimento sustentável da região, sua história é composta pelas trajetórias de milhares de homens e mulheres que assumiram em suas vidas esse grande compromisso.

É de autoria do Senador Eduardo Braga o requerimento que, nos termos do art. 199 do Regimento Interno desta Casa, solicita a realização de sessão especial destinada a comemorar o aniversário de 46 anos da EletroNorte e que, hoje, tenho a honra de presidir. O que o moveu – e eu concordo – foi a constatação de que o Senado Federal do Brasil, cuja missão é representar as unidades da Federação no Congresso Nacional, é a Casa mais indicada para prestar as devidas homenagens a uma empresa cuja história se confunde com quase meio século da história da Amazônia.

Trata-se de uma estatal cuja atuação reverbera intensamente em todo o País e que vem prestando relevantes serviços ao Brasil, especialmente aos cidadãos da Região Norte. Suas obras resultaram em robusta contribuição ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A combinação de conhecimento impecável e audácia extrema de engenheiros e técnicos com a força de milhares de operários resultou em verdadeiras epopeias, materializando notáveis projetos.

Um dos mais conhecidos exemplos é o da Usina Hidrelétrica Tucuruí, que barra o Rio Tocantins, no Pará, desde os anos 1970, e que ainda hoje é a quinta maior hidrelétrica do mundo, em potência instalada, com seus impressionantes 8.370MW.

Sras. e Srs. Senadores, o parque gerador da EletroNorte é composto por quatro hidrelétricas: Tucuruí, do Pará; Coaracy Nunes, do Amapá; Samuel, de Rondônia; e Curuá-Una, do Pará. As termelétricas localizadas nos Estados de Rondônia, Acre, Roraima e Amapá se somam à hidreletricidade para garantir uma capacidade instalada de 9.049,95MW.

Toda essa energia é potencialmente transportável por mais de 11 mil quilômetros de linhas de transmissão, associadas a 57 subestações, como parte integrante do SIN.

Os atuais colaboradores da EletroNorte não são, em grande medida, os mesmos que garantiram a conclusão das obras da primeira hidrelétrica da Amazônia, a de Coaracy Nunes, em 1976. No entanto, a coragem, a resiliência e o entusiasmo de seus corpos técnico, gerencial e administrativo não são menores que os dos pioneiros.

A qualidade técnica desses colaboradores, associada a uma gestão em linha com as demandas e a evolução do mercado, gerou a modernização dos procedimentos da EletroNorte.

Essa renovação a transformou na primeira empresa de geração e transmissão de energia elétrica, no Brasil e no mundo, a receber, em todas as suas unidades, o Prêmio TPM, concedido pelo Japan Institute for Plant Maintenance (JIPM). Esse prêmio contempla o Gerenciamento da Produtividade Total, na tradução livre para o português.



O Instituto JIPM é caracterizado pela falha zero e pela quebra zero das máquinas, e, também, pelo defeito zero nos produtos e pela perda zero no processo. As empresas distinguidas pelo JIPM destacam-se na aplicação da metodologia exigida para que se cumpram os requisitos relativos a cada nível de premiação e, desse modo, podem atingir excelentes resultados.

Aliada à Furnas, que também integra o Sistema Eletrobras, e à chinesa State Grid, a Eletrobras forma o consórcio Belo Monte Transmissora de Energia S.A. (BMTE), que construiu um dos maiores empreendimentos do País.

Trata-se de uma linha de transmissão de 2,1 mil quilômetros com tecnologia de ultra alta tensão, que, além de levar até a subestação de Estreito, em Ibiraci, no sudeste de Minas Gerais, a energia gerada na Hidrelétrica Belo Monte, construída sobre o Rio Xingu, no Pará, também viabiliza uma transmissão com redução de perda. Um grande feito, senhores!

Não fossem tais características suficientes para que prestássemos justas homenagens às quase cinco décadas de atuação da Eletrobras, deve-se destacar o seu compromisso com o fortalecimento de uma matriz elétrica limpa e renovável, por meio do pioneirismo no uso de fontes alternativas.

Em março de 2016, na Usina Hidrelétrica de Balbina, no Amazonas, o Brasil deu início ao primeiro projeto no mundo de exploração de energia solar em lagos de usinas hidrelétricas com o uso de flutuadores.

Nesse momento histórico, o Senador Eduardo Braga, na condição de Ministro de Minas e Energia, teve a honra de acionar o protótipo de usina solar fotovoltaica, de 64 metros quadrados, instalada sobre flutuadores no lago da hidrelétrica.

Semelhante ao que ocorre no sistema de funcionamento pleno, com mais de 50 mil metros quadrados – área equivalente a cinco campos de futebol –, o painel de controle acusou, de imediato, a passagem de energia elétrica, inaugurando uma nova era na Amazônia.

Estávamos diante de uma tecnologia capaz de proporcionar mais racionalidade econômica e de reduzir o custo das tarifas ao permitir o uso da capacidade ociosa de sistemas do setor elétrico.

No mundo, é o primeiro estudo sobre a instalação de usina solar flutuante em lago de usinas hidrelétricas, permitindo aproveitar as subestações e as linhas de transmissão das hidrelétricas e a área sobre a lâmina d'água dos reservatórios, evitando desapropriação de terras.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a Eletrobras, pioneira entre as estatais do setor elétrico a receber o Prêmio Nacional de Qualidade, está presente no Ciclo de Avaliação da Fundação Nacional da Qualidade desde 2003. Nesses 46 anos de feitos memoráveis, ela vem evoluindo e melhorando constantemente o seu sistema de gestão, produzindo inovações que merecem reconhecimento internacional.

Muito mais poderia ser dito aqui acerca dessa instituição que nos orgulha e que significa o Brasil.

A essa consagrada empresa genuinamente brasileira o nosso mais profundo respeito e os nossos mais sinceros votos de uma longa vida.

Aos competentes e comprometidos colaboradores da Eletrobras a nossa total admiração e o nosso irrestrito apoio na luta para mantê-la na condição de patrimônio nacional da União e de todos nós.

Parabéns às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.!

Muito obrigado por tudo, Eletrobras. (*Palmas.*)



Quero também convidar para compor a mesa o Sr. Deputado Federal Capitão Alberto Neto.
(*Pausa.*)

Podem aplaudi-lo, gente. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Deputado Federal José Ricardo. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para discursar.) – Sr. Presidente colega Senador Izalci; Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. André Pepitone; Sr. Diretor Presidente da Eletronorte, Sr. Roberto Parucker; representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários, Sr. Icaro Chaves; aqui nós estamos com a lista de todas as autoridades que já foram citadas em nome de todos vocês e o representante dos trabalhadores e dos sindicatos; eu quero cumprimentá-los em nome do nosso maranhense, Wellington. Colegas Deputados, sempre colegas, passamos alguns anos naquela Casa e tivemos a oportunidade, claro, de criar grandes e boas relações e, sem dúvida nenhuma, nós temos o maior apreço por aquela Casa.

Sr. Presidente, eu peço permissão para aqui, na minha fala, fazer uma rápida lida da mensagem do Deputado Zé Carlos. Ele é o Presidente da Frente Parlamentar Mista que defende a Eletronorte e ele está em missão fora do País. E, claro, eu queria deixar aqui o registro da mensagem dele, porque, sem dúvida nenhuma, além de justiça, é um dos Parlamentares do Congresso Nacional que tem tido uma luta bastante ativa em defesa não só da Eletronorte, mas também em defesa do povo brasileiro.

Meus amigos e minhas amigas, impossibilitado de participar da sessão solene da comemoração dos 46 anos da Eletronorte, devido ao fato de encontrar-me em viagem de missão oficial pela Câmara dos Deputados, deixo, por meio desta mensagem, minha saudação a todos que participam.

Na condição de Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Eletronorte, transmito os meus parabéns a todos os companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras da Eletronorte, tanto do Maranhão quanto dos demais Estados servidos por essa empresa pública, que, mais do que qualquer outra, representa o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Nossos tempos, bem sabemos, continuam difíceis para todos os trabalhadores brasileiros. No caso dos companheiros e das companheiras trabalhadores do setor elétrico, a luta – que já não era fácil – tornou-se ainda mais difícil em razão da recente decisão do STF, que permitiu a privatização de empresas subsidiárias sem o aval do Congresso Nacional.

No entanto, apesar de muitos reveses que temos sofrido, continuamos na luta. Na luta, por exemplo, contra a entrega total do setor elétrico para o capital privado; contra a privatização dos bancos públicos e a total privatização da Petrobras; contra o desmonte total das políticas públicas sociais e culturais; contra cortes nos orçamentos de áreas que jamais poderiam sofrer esses cortes, como é o caso da educação; contra a maior das injustiças, que é a prisão sem provas do Presidente Lula.

Para todas essas lutas, os companheiros e companheiras podem continuar contando comigo e com o meu mandato.

Um forte abraço a todos e a todas, e que sejamos vencedores neste bom combate.

Deputado Zé Carlos, Deputado pelo PT, lá do nosso Estado do Maranhão.



Eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir permissão para dar como lido o meu discurso e fazer aqui... A minha fala é justamente uma análise rápida deste momento em que nós estamos vivendo, porque tecnicamente nós já tivemos a oportunidade de, no vídeo institucional, conhecer os dados da empresa. A fala de V. Exa. também foi brilhante porque fez toda a construção e toda a lembrança desses quase 50 anos de dedicação não só ao desenvolvimento do País, mas também de dedicação ao povo brasileiro.

Então, eu tenho certeza de que cada um aqui sabe, de forma profunda, direta ou indiretamente, da importância que não só o setor energético, mas todos que ajudam a construir este País têm na construção não só das empresas, repito, mas na construção do nosso País.

Eu confesso aos senhores e senhoras que, logo após a eleição, fiz uma nota reconhecendo a vitória do então candidato e do hoje Presidente Bolsonaro – reconhecendo –; porque na democracia é assim: quem tem mais voto vence, quem tem menos voto perde. E, na condição de perdedor, nós tínhamos que ser bons brasileiros.

E eu, como Líder da Bancada do PDT na Câmara e, depois, da minoria e atualmente como Líder da bancada aqui no Senado, nós temos tido essa posição altiva justamente de não dar espaço para nenhum tipo de discurso de que a oposição pode vir a atrapalhar o Brasil. Pelo contrário, nesses primeiros meses nós aqui no Senado Federal temos ajudado em tudo o Governo para que ele pudesse tocar a sua agenda.

Nós, mesmo no início, alertamos que ele, depois de quase 60, 90 dias, nunca tinha aberto a boca para falar em emprego – quando falo ele, é o Estado, o Governo brasileiro –, nunca abriu a boca para falar a palavra "emprego". Quando se vê um chefe da economia em que não é delegado poderes, e, sim, terceirizados, isso é muito grave, porque o próprio Presidente admite publicamente que não entende nada de economia, e que o Presidente do Brasil, na área econômica, se chama Sr. Paulo Guedes.

E aí se pega uma visão totalmente deturpada, quando se coloca que para se resolver o problema do Brasil a solução é através de uma medida só e que, infelizmente, é feita através de desinformação e, desculpe-me, com muita mentira no meio.

Em relação à Previdência, é preciso, claro que como qualquer cidadão brasileiro responsável, discuti-la de forma clara, aberta e transparente. Mas não dá, a pretexto dela, se retirar direitos e, muito menos, se fazer o desmonte ou, se não, a falta de construção de futuro e de luz para os nossos trabalhadores.

A forma como está sendo colocada de que ela sendo votada o problema do Brasil está resolvido, além de ser mentira, isso é desonesto com o povo brasileiro, porque hoje o que se faz, a medida concreta que se faz necessária para se mudar a realidade que nós estamos vivendo, a primeira delas seria a união, a união de todos, a união do Parlamento, a união da classe política, do movimento social, a união da sociedade, e não mais divisão.

Depois dessa eleição, nós tivemos uma grande oportunidade de acabar com essa dicotomia de partido A e B, em que fizeram polarização política ao longo das últimas décadas. Tiveram a oportunidade de unir todos, agora, com o pretexto de se fazer a reconstrução ou a construção do nosso País. Mas não, o que se vê hoje é uma política desenfreada, com toda velocidade para se entregar o nosso patrimônio, e nela está entregue a Eletronorte, porque está na política do Governo a Eletrobras, a privatização dela.



Nós temos a Petrobras, nós temos vários setores estratégicos que, infelizmente, eu não sei qual é o economista ou gestor que imagina que um país soberano e forte é um país justamente com tudo entregue para o capital estrangeiro e privado.

Não é que nós sejamos contra a vinda da iniciativa privada, pelo contrário, ela pode vir ajudar o País, mas ela não pode vir comandar, principalmente políticas estratégicas, como a nossa energética, porque não existe almoço de graça em lugar nenhum do mundo, principalmente no Brasil.

Todos os serviços, principalmente os essenciais, quem paga sempre a conta é o mais pobre, é o que mais precisa lá na ponta e essas grandes empresas ferozes, até muitas das vezes predadoras, não estão nem aí para saber se um cidadão trabalhador lá da ponta tem condição ou não de pagar sua energia elétrica, a sua conta de água. Ele está lá, de verdade, preocupado em ter lucro. E, claro, é uma empresa e esse é o papel dela.

Por isso, Sr. Presidente, não vim aqui fazer nenhum tipo de apontamento de dedo, mas, sim, de convocação e também de demarcação de posição. Agora, neste momento, assim como nós estamos sendo...

(Soa a campainha.)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... responsáveis para votar matérias importantes de interesse do País, aqui dentro do Congresso, não só o Senado, mas como a Câmara, é necessário também que todos, inclusive os que fazem parte da base do Governo, chamem o Governo para dizer que não é possível que nós, num momento como este, pensamos ainda em fazer entreguismo. Porque privatizar a Eletrobras, a Eletronorte, a Petrobras e vários outros ativos que dão lucros... Basta ver os números. Nos últimos anos, ela dá lucro. E o que se faz? Desnutre-a, diminui o investimento nos funcionários, diminui qualquer tipo de capital interno dela para se fazer produzir ainda mais.

Então, é importante que nós estejamos juntos. E eu tenho certeza de que brasileiros e brasileiras que não estão mais hoje entre nós, dentre eles eu quero lembrar o nosso velho Brizola, eles todos, se aqui estivessem, estariam todos, todos mobilizados em defesa do País e mobilizados por reformas. Mas reformas, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... que, sem dúvida nenhuma, seriam reformas estruturantes para o povo e com o povo, não reformas com números absolutamente para se atender e se fazer gestos a um tal de mercado, que não bota comida, que não bota gás, que não bota energia e nem água para o nosso trabalhador.

Parabéns, Eletronorte.

Não desistamos, porque eu tenho certeza de que cada um de vocês e cada um, brasileiro e brasileira, é maior do que qualquer outro entreguista ou qualquer outra política que pense apenas no momento e não nas próximas gerações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR WEVERTON.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR WEVERTON.



(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.1 do Sumário)

Matéria referida:

- Texto "Eletronorte no Maranhão".

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Quero registrar aqui também a presença do Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sr. Efrain Pereira da Cruz; do Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica Aneel Sr. Rodrigo Limp; do Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Sr. Marcos Aurélio Madureira da Silva; do Diretor da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica, Sr. Sidney Santana; e do Vice-Presidente da Associação dos Empregados da Eletronorte, Sr. Paulo Luiz da Rocha Bomfim.

Convido também, para fazer uso da palavra, o Sr. Deputado Federal Capitão Alberto Neto.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Para discursar.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente.

Quero saudar aqui o Presidente da sessão, Senador Izalci Lucas; o nosso Senador Weverton, que fez um brilhante discurso agora – fiquei impressionado –; o nosso Deputado Federal do Amazonas José Ricardo; o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. André Pepitone; o Diretor-Presidente da Eletronorte, Roberto Parucker; e o representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários, que esteve comigo no meu gabinete, Sr. Icaro Chaves. Conversamos muito sobre a energia do nosso País, como funciona o nosso sistema – aprendi muito com toda aquela equipe –, e temos que continuar conversando ainda.

Senhores, eu vim aqui, primeiro, para parabenizar todos os funcionários pelo brilhante trabalho que fazem no nosso País. Vocês são patriotas, porque desbravar a Região Norte não é para qualquer um, não! Tem que ter coragem, tem que ter amor à Pátria. Nós temos funcionários da Eletronorte no nosso Estado, ali no Amazonas, que ficam numa situação totalmente inóspita. É muito difícil, Senador.

Aí a privatização... A Eletronorte traz, para o meu Estado, para o Amazonas, um desenvolvimento regional, mas o mercado privado vai ter muita dificuldade de entrar lá, porque são regiões inóspitas. Dou o exemplo de Cucuí, que fica em São Gabriel da Cachoeira, divisa com a Venezuela, onde nós só temos o Exército Brasileiro e um funcionário da Eletronorte. Quem é que vai levar dignidade para o nosso povo? Será que nós estamos preparados para privatizar? E essa empresa vai conseguir gerar e transmitir energia para aquelas regiões tão inóspitas, tão distantes? É nisso que a gente tem que pensar.

Não sou contra a privatização, mas temos que olhar, de maneira prática, econômica, o que o nosso País precisa. Governos passados, infelizmente, Senador, utilizaram a máquina pública para fazer política e acabaram inchando grandes empresas públicas brasileiras com funcionários fantasmas, aparelhando-as até com movimentos sociais e manchando a imagem delas. Não é o caso da Eletronorte, que gera lucro, que é eficiente.

Parabéns a todos vocês! Vocês são patriotas por estarem levando dignidade. Vocês estão levando dignidade para o povo da Região Norte, que tanto precisa, que tanto foi abandonado por este País. Venho aqui para agradecer e parabenizar a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Quero registrar a presença do Senador Chico Rodrigues, já o chamando também para fazer uso da palavra.



O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Presidente desta sessão de comemoração aos 46 anos das Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Sr. Senador Izalci Lucas; Sr. Senador Weverton; Sr. Deputado Federal Capitão Alberto Neto; Sr. Deputado Federal José Ricardo; Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. André Pepitone; Diretor-Presidente da Eletronorte, Sr. Roberto Parucker; Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários, Sr. Icaro Chaves; minhas senhoras e meus senhores; é com grande alegria que, sendo um dos representantes do Estado de Roraima nesta Casa, um Estado do Norte do Brasil, venho hoje a esta tribuna homenagear as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., a nossa querida e imprescindível Eletronorte.

Essa empresa é um patrimônio inestimável do Norte do País e – por que não? – do Brasil. Suas realizações ao longo de seus 46 anos de vida constituem feitos e contribuições de enorme importância para todos os brasileiros, em especial para os Estados do Norte e para as suas populações.

O parque gerador da Eletronorte é composto por quatro hidrelétricas: Tucuruí, no Pará; Coaracy Nunes, no Amapá; Samuel, em Rondônia; e Curuá-Una no Pará. Destaca-se aí a Usina Hidrelétrica de Tucuruí construída nos anos 1970, ainda hoje a quinta maior hidrelétrica do mundo em potência instalada, com seus 8.370MW. Somam-se a essa energia de fonte hidrelétrica as usinas termelétricas localizadas nos Estados de Rondônia, Acre, Roraima, o meu Estado, e Amapá, perfazendo uma capacidade instalada total de 9.049MW, aos cuidados da Eletronorte, administrada por ela. A Eletronorte é também associada à construção da Usina Belo Monte, com uma participação acionária de 15%. Quando estiver concluída, Belo Monte será a maior usina totalmente nacional e a quarta maior do mundo. Toda essa energia é transportável por mais de 11 mil quilômetros de linhas de transmissão, associadas a 57 subestações, todas construídas e mantidas pela Eletronorte. Essas linhas são integrantes do Sistema Interligado Nacional, o único sistema no mundo, em sua grandeza, capaz de permitir o intercâmbio de energia elétrica entre quase 100% das geradoras brasileiras, o que dá ao Brasil uma enorme vantagem comparativa.

E aqui eu gostaria de abrir um parêntese: o nosso Estado, infelizmente, o Estado de Roraima, ainda não está interligado ao sistema, mas, por determinação do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, nós haveremos, se Deus quiser, neste segundo semestre, de iniciar a construção do Linhão de Tucuruí até a nossa capital, atendendo, portanto, definitivamente, todo o nosso Estado e interligando-o ao sistema nacional.

Se estamos falando das realizações da Eletronorte, é preciso dizer que a empresa não parou no tempo. Aliada à Furnas, que também integra o sistema Eletrobras, e à chinesa State Grid, a Eletronorte forma o consórcio Belo Monte Transmissora de Energia S.A., que está construindo um dos maiores empreendimentos do País. Trata-se de uma linha de transmissão de 2,1 mil quilômetros, com tecnologia de alta tensão. Além de levar a energia gerada por Belo Monte, construída no Rio Xingu, no Pará, até a subestação de Estreito, em Ibiraci, no sudeste de Minas Gerais, essa linha permitirá a transmissão de energia com ótima redução de perda.

Sempre na vanguarda, em março de 2016, a Eletronorte deu início a um projeto de exploração de energia solar em lagos de usinas hidrelétricas com o uso de flutuadores. Esse é o primeiro estudo do mundo sobre a instalação de usina solar flutuante em lagos de usinas hidrelétricas. A vantagem desse tipo de geração é que permite aproveitar as subestações e as linhas de transmissão dessas hidrelétricas e a área sobre a água dos reservatórios, evitando desapropriação de terras, que é tão grave na Amazônia.



Sempre à frente, a Eletronorte foi a primeira empresa de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil e no mundo a receber, em todas as suas unidades, o prêmio Total Productive Maintenance, concedido pelo Japanese Institute. Esse prêmio homenageia o gerenciamento da produtividade total, entendido como falha zero e quebra zero das máquinas, e também pelo defeito zero dos produtos e pela perda zero no processo. O resultado é a excelência que sempre caracterizou o trabalho da Eletronorte.

Para não me alongar, Sr. Presidente, vou encerrar esta homenagem simples, porém sincera à Eletronorte, cumprimentando, na pessoa do seu Presidente Roberto Parucker, o fantástico trabalho realizado por milhares de colaboradores da empresa ao longo desses 46 anos. Devem-se a eles, sobretudo, o sucesso e a pujança da Eletronorte.

Minha gente, eu, na qualidade de representante do Estado de Roraima, sabendo as dificuldades que nós vivemos, mas compreendendo a eficiência, a potencialidade e o profissionalismo da Eletronorte, representada aqui por dezenas e dezenas de servidores que aqui participam desta sessão solene, gostaria de dizer a todos vocês que nós do Brasil e principalmente nós da Amazônia nos orgulhamos do trabalho que vocês têm desenvolvido e de tudo aquilo que ainda está por vir em termos de geração de energia para a nossa Amazônia e para o Brasil.

Parabéns à Eletronorte, parabéns ao Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Convidado também para fazer uso da palavra o Sr. Deputado Federal José Ricardo.

O SR. JOSÉ RICARDO (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar a toda a Mesa, já antes nomeada, Sr. Senador, e saudar a todos os trabalhadores da Eletronorte, todos os trabalhadores, funcionários.

Eu estou representando também a Frente Parlamentar em Defesa da Eletronorte. Tivemos aqui já a palavra do Senador Weverton, que leu algumas palavras enviadas pelo Deputado Zé Carlos, que é o Coordenador da Frente Parlamentar.

Eu queria primeiro parabenizar a todos os funcionários, colaboradores e diretores da Eletronorte pelos 46 anos. É muito tempo, quase meio século.

Talvez esta seja a última homenagem aqui no Senado, caso haja uma privatização, para uma empresa pública a respeito da qual a gente só ouve informações positivas sobre as contribuições da Eletronorte para o desenvolvimento do País e, em particular, da Região Norte.

E aí vem a primeira pergunta: por que a ideia de privatizar?

Eu aprendi lá em Manaus, no Amazonas, a mentira que é dizer o seguinte: "A iniciativa privada tem eficiência; o serviço público não é bom, a empresa estatal não é boa. Então, vamos privatizar, porque a iniciativa privada vai resolver, vai, portanto, prestar um serviço de melhor qualidade". Essa é uma conversa de governantes que sucateiam a estrutura pública para, depois, vendê-la a preços muito baixos para a iniciativa privada. É o exemplo da água lá em Manaus. Desde 2000 – e estamos em 2019 –, continua faltando água, e quase não há tratamento de esgoto. Então, essa ladainha da privatização, com esse objetivo, sempre foi usada para entregar patrimônio público para a iniciativa privada.

Assim, eu quero parabenizar os funcionários e aqueles que estão lutando contra a privatização. E há muitos calados também, vejo muitos funcionários calados.

Nós estamos vendo que todo mundo fala que a energia é uma questão estratégica, que é uma questão fundamental para o desenvolvimento de um país, que é a matriz principal de insumo necessário para a indústria e para quase todos os setores da economia. Por isso, é estratégico. E o



Governo brasileiro realizou investimentos bilionários, talvez trilionários, ao longo desses anos, investimentos que mudaram o País, que nos fizeram dar passos importantes para que o País, hoje, tivesse uma economia mais forte.

E a gente pergunta: mas se a empresa é tão eficiente, se tem lucros, por que privatizar? Qual é a razão? O que move um governante a querer entregar, Senador, um patrimônio público que é lucrativo?

Essa foi a pergunta que eu fiz com relação à Infraero lá no Amazonas, com um terminal de cargas, o terceiro maior do Brasil, com um lucro de mais de R\$50 bilhões por ano, agora recentemente. Então, por que privatizar? Há um terminal de passageiros, com um investimento de quase R\$400 milhões, com capacidade para os próximos 20 anos, já pensando no futuro da Amazônia, do Amazonas. Por que privatizar? Aliás, foi escolhido entre os cinco melhores aeroportos, no atendimento, na qualidade, o Aeroporto Internacional de Manaus, Deputado Capitão Alberto. Então, por que privatizar?

É a pergunta que eu faço de novo aqui em relação à Eletronorte.

A gente sabe que as privatizações pelo Governo agora, pelas notícias que a gente tem, seriam também no setor de petróleo. E, na semana passada, o gasoduto Coari-Manaus, um investimento fundamental em relação à exploração do gás, já foi privatizado, já foi vendido.

Participei de uma audiência pública na semana passada, na Câmara, falando sobre a questão do Luz para Todos, e uma empresa, que estava na mesa, fez a principal exposição, porque ela é proprietária. Daí eu olhei o mapa do Brasil e vi que ela é proprietária, em quase todo os Estados, de alguma empresa de distribuição de energia. Já entregaram. Lá em Manaus, no Amazonas, também já foi privatizada a empresa de distribuição de energia. Daí vem a pergunta: quem vai levar a energia para o interior, para um lugar difícil, onde não tem lucratividade, onde você tem que ter uma dimensão social para isso também, o que o Governo fez? Deputado Capitão Alberto, sabe o que os governos passados fizeram? Investimentos, investimentos importantes na área de energia, mas investimentos também de inclusão social, porque, em alguns lugares, realmente se compensa prejuízo com a lucratividade em outras localidades.

Eu aqui quero me manifestar frontalmente contrário ao processo de privatização e lamentar esse retrocesso que está em andamento no nosso País. Isto vai ter consequência para muitas gerações: a entrega desse patrimônio público.

Isso precariza o trabalho. Lá no Amazonas também, a gente vê muitos funcionários falando do desemprego, preocupados; outros, que ainda são funcionários de empresas públicas, estão preocupados com a situação futura. E nós estamos vendo o desemprego aumentar. A iniciativa privada, que tem o objetivo de lucro, como todo mundo sabe, começa sempre demitindo e tirando funcionários de grande experiência.

A gente lamenta também os cortes da área de ciência e tecnologia, no momento em que deveria ser o contrário para enfrentar a crise, para encontrar caminhos e soluções. Toda empresa faz isso. Normalmente, não é essa a ideia? Este é o momento da criatividade, em que eu vou investir em soluções e, portanto, em ciência, em tecnologia e em conhecimento, mas aqui o Governo brasileiro está fazendo exatamente o contrário e, portanto, criando condições para a crise realmente aumentar mais.

Também vejo a questão em si de que nós vamos ter um grande prejuízo em relação ao planejamento futuro. Eu vejo aqui as palavras do texto distribuído pelos funcionários de que a perda do controle da Eletrobras, da Eletronorte, pela privatização ou venda de ativos, terá como



consequências incontestáveis: o aumento da tarifa de energia, o que sempre acontece após esses processos de privatizações, o aumento do custo da energia, além do risco à segurança energética do País. Eu acho que isso é uma questão de soberania nacional, é estratégico. Duvido que outros países façam uma coisa como esta: depois de investir tanto, entregar para a iniciativa privada. A iniciativa privada vai cuidar dos seus interesses, e o Brasil tem que cuidar dos interesses do País, da população, do que é necessário ser feito. E a privatização, com certeza, não é o caminho adequado.

Por isso, mais uma vez, quero saudar todos os funcionários, todos aqueles que, de uma forma lúcida, estão lutando, com coragem, para enfrentar o que está acontecendo no nosso País. Quero parabenizar todos que foram para as ruas no dia 15 de maio, no dia 30 de maio e, agora, no dia 14, para questionar o Governo e, não apenas isso, para dizer que a prioridade tem que ser a educação, prioridade tem que ser o País, prioridade é o seu povo, prioridade é gerar emprego.

Eu fico admirado, pois há meio ano já deste Governo, e a economia está ladeira abaixo, com o desemprego aumentando, com a construção civil parada. Mais de 50 mil imóveis do Minha Casa, Minha Vida estão parados. Se retomasse só esse item, haveria milhares de empregos em todos os Estados, mas o Governo não tem essa visão; a visão é entregar riquezas, patrimônios, investimentos fabulosos...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ RICARDO – ... para a iniciativa privada.

Mais uma vez, é muito oportuna esta sessão especial de homenagem, com parabenizações, mas é muito mais de reflexão sobre o que está acontecendo, para, ao mesmo tempo, somar forças e lutar contra esse retrocesso, contra a privatização da Eletronorte e de tantas outras empresas públicas.

Muito obrigado.

Bom dia a todos e todas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Convido também para fazer uso da palavra o representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários, Sr. Icaro Chaves.

O SR. ICARO CHAVES (Para discursar.) – Sr. Presidente da sessão, Sr. Senador Izalci Lucas, Sr. Senador Weverton Rocha, Sr. Deputado Capitão Alberto, Sr. Deputado José Ricardo, Sr. Senador Chico Rodrigues, Sr. André Pepitone, Sr. Roberto Parucker, Presidente da nossa homenageada de hoje, eu também queria homenagear aqui – infelizmente, não está presente – a nossa companheira Fabíola Antezana, que era quem deveria estar na Mesa para não ficar uma Mesa só masculina. Infelizmente, ela teve que sair por questões pessoais, mas eu queria parabenizá-la e, em nome dela, todas as mulheres guerreiras que construíram e constroem a Eletronorte, que é feita do suor e do trabalho de muitos homens e mulheres por este País. *(Palmas.)*

A Eletronorte é uma empresa pioneira na Amazônia. A Eletronorte entrou na Amazônia movida a desafios. Se não fosse por tantos desafios, não haveria necessidade de se construir uma empresa pública, uma empresa estatal para desbravar aquela que era e ainda é a principal fronteira do País. Por isso, a Eletronorte foi construída com esses desafios.

O primeiro desafio foi levar energia à Amazônia. A Eletronorte fez e faz isso muito bem. A Eletronorte conectou os principais centros da Amazônia, as principais cidades da Amazônia. Hoje, se a Amazônia tem energia elétrica, é por causa, principalmente, se não quase que exclusivamente,



da Eletronorte, mas a Eletronorte faz mais hoje. Ela não só levou energia à Amazônia, não só levou desenvolvimento e qualidade de vida à Amazônia, mas hoje traz a energia da Amazônia para todo o País. Hoje, a Amazônia não mais importa energia do País, é uma exportadora líquida de energia para o restante do País por causa da Eletronorte, por causa desses homens e mulheres que trabalham na Eletronorte e que trabalharam durante gerações.

A eles nós devemos muito da integração energética da Nação, porque a Eletronorte foi criada com a responsabilidade apenas de prover energia para mais de 60% do Território nacional. E nós cumprimos e estamos cumprindo até hoje muito bem essa missão. Disso todos os trabalhadores podem se orgulhar e se sentir homenageados por esses 46 anos de história que nós temos, mas hoje nós temos mais desafios. A Eletronorte foi uma empresa criada para superar desafios.

E nós ainda temos desafios: o desafio de construir a segunda casa de força de Ferreira Gomes, que vai tornar o Amapá um grande exportador – já é exportador, mas vai exportar ainda mais energia para o restante do País; o desafio de construir uma terceira casa de força em Tucuruí, sem alagar um palmo de terra a mais, produzindo mais mil megawatts de energia firme para o País, energia que o País precisa, sem, praticamente, nenhum impacto ambiental; o desafio de concluir Belo Monte, porque a Eletronorte não só é acionista, é participante de Belo Monte, juntamente com a Eletrobras, mas é ela que opera e mantém aquela usina, que está ajudando a construir a Usina de Belo Monte, que vai ser a maior usina genuinamente brasileira quando estiver concluída em breve; o desafio de construir o Complexo do Tapajós, que vai conseguir tornar o Pará o maior exportador de energia do Brasil, com um projeto inovador das Usinas Plataforma, com baixíssimo impacto ambiental, desenvolvendo aquela região e desenvolvendo o País como um todo; o desafio de interligar Roraima, o único Estado do País que ainda não está interligado e que sofre hoje por falta dessa interligação – hoje é um dos locais onde há maior risco com relação à segurança energética.

Pois a Eletronorte está preparada, porque a linha que vai conectar Manaus a Boa Vista é uma linha com participação importante e fundamental da Eletronorte; e não só Roraima, mas também o restante do Estado do Acre, o restante do Estado do Amazonas, o restante do Estado do Pará, do Amapá e de todos os Estados da Região Norte.

Então, a Eletronorte ainda tem muitos desafios. O Brasil ainda precisa muito da Eletronorte, e, principalmente, a Região Amazônica, porque soberania não é feita só por Forças Armadas; é feita por Forças Armadas, sim, Capitão, mas é feita por gente, por brasileiros, falando português, com amor à Pátria, nas fronteiras do País. E nós temos que levar condições para que esses brasileiros que estão lá nos rincões do Amazonas, do Acre, de Roraima, do Amapá permaneçam ali, falando português, hasteando a bandeira nacional com sentimento de nacionalidade. E não se faz isso se não houver condições; não se faz isso se não houver energia elétrica para levar qualidade de vida para aquela população.

Por isso, nós, trabalhadores da Eletronorte, temos muito de nos orgulhar, porque a nossa missão é uma missão patriótica: a missão de manter este País integrado, desenvolvido e soberano!

Tudo isso que a Eletronorte fez e faz, ela o faz gerando lucro – é bom que se diga. No ano passado, o grupo Eletrobras deu um lucro histórico, o maior lucro de sua história, de R\$13,3 bilhões! E a empresa mais lucrativa do grupo Eletrobras é justamente a Eletronorte, que, no começo – os mais antigos podem dizer –, era o patinho feio, como se diz, era aquela que precisava dos recursos das outras empresas do grupo Eletrobras. Pois hoje é a empresa que mais gera lucro,



porque não só levou energia e desenvolvimento para a Amazônia, como também levou energia, desenvolvimento e é lucrativa, e é uma empresa de excelência, e é uma empresa de qualidade.

Nós já vencemos muitos desafios, mas agora nós estamos diante talvez do mais difícil desafio da Eletronorte, dos trabalhadores da Eletronorte, dos trabalhadores do grupo Eletrobras – e por que não dizer dos brasileiros? –, que é de manter esta empresa pública, que é de manter esta empresa pertencente a todos os brasileiros e não só a este ou àquele grupo estrangeiro, que não se sabe qual interesse tem; talvez apenas o lucro ou talvez outros interesses ainda piores.

Por isso, a nós, trabalhadores da Eletronorte, e a nós Parlamentares patriotas, Parlamentares nacionalistas, cabe esta dupla missão: ajudar a Eletronorte a continuar cumprindo a sua missão precípua de levar energia para a população brasileira, especialmente a população da Amazônia, e também de manter essa empresa nas mãos de todos os brasileiros. Confio, confio neste Parlamento e confio muito nos meus colegas trabalhadores, porque nós, que já vencemos tantos desafios, venceremos mais este desafio.

Quero aqui homenagear todos os trabalhadores da Eletronorte que estão nos deixando, em nome do companheiro Rufato, que está aqui, que é um dos mais antigos e que ajudou, e que ainda ajuda, a construir essas usinas todas de que falei.

Quero parabenizar e agradecer a todos os trabalhadores que deram a sua contribuição, que perderam noites de sono, que passaram dias, meses, longe das famílias, nos rincões da Amazônia, para construir essa grande e valorosa empresa que orgulha a todos nós.

A todos os trabalhadores, em especial aos trabalhadores que estão encerrando esse ciclo, deixo aqui os meus parabéns.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Quero registrar aqui também a presença do Presidente da Associação dos Empregados da Eletronorte, Sr. Carlúcio Alves Ferreira.

Quero também ler uma nota em homenagem aos 46 anos de Eletronorte:

Infelizmente, não pude estar presente nesse importante evento, pois estou cumprindo agenda pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, em Goiânia, nesta manhã.

Quero saudar os 46 anos da Eletronorte, em nome de seu qualificado corpo de trabalhadores e trabalhadoras, e reafirmar o compromisso do nosso mandato com as empresas públicas, fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do nosso País. Vocês conhecem o nosso compromisso com a manutenção da Eletrobras pública, instrumento estratégico para a geração e transmissão de energia elétrica no Brasil.

Em nome do acesso à energia pelas populações mais pobres e das reduções das desigualdades sociais e regionais, manifesto, mais uma vez, minha posição contrária à venda parcial ou total desse importante e incalculável patrimônio do povo brasileiro.

Energia não é mercadoria, por isso vamos lutar para impedir retrocessos e reafirmar o modelo de desenvolvimento social justo, inclusivo e desconcentrado, que contemple todas as regiões desse imenso Brasil.

Parabéns, Eletronorte!

Vida longa a essa empresa, que cumpre um papel fundamental na integração da Região Amazônica.

Abraço fraterno.



Erika Kokay, Deputada Federal, do PT, do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Registro também a presença do Diretor do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal, Sr. Victor Frota da Silva.

Convido o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sr. André Pepitone, para fazer o uso da palavra.

O SR. ANDRÉ PEPITONE (Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Izalci Lucas, saúdo o Senador Chico Rodrigues e Weverton, do Maranhão. Cumprimento o Presidente das Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Dr. Roberto Parucker; saúdo também o representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários, Icaro Chaves; as Sras. e os Srs. Parlamentares; os Deputados Federais que compõem a Mesa e os servidores das Centrais Elétricas do Norte do Brasil. Saúdo também meus colegas de colegiado da Aneel: Diretor Efrain Cruz, Rodrigo Limp e Sandoval Feitosa, presentes nesta sessão.

Quero dizer ao Sr. Presidente, Izalci, que é com imensa alegria que estamos, na manhã desta segunda-feira, no Plenário do Senado Federal, para comemorar, celebrar e vibrar os êxitos dos 46 anos de atividades das Centrais Elétricas do Norte do Brasil (EletroNorte).

A EletroNorte simboliza a integração da Região Amazônica, pois desempenha papel fundamental tanto na internalização como no desenvolvimento sustentável da Região Norte do País, tal a magnitude das tarefas que essa empresa vem cumprindo. Fornece, como já foi dito aqui, energia para nove Estados da Amazônia Legal.

A EletroNorte, então, chega a mais um ano de vida ostentando muitas realizações. O corpo técnico, os servidores, os trabalhadores da EletroNorte têm muito o que comemorar. Está comprovado que o trabalho árduo e o esforço coletivo geram sempre expressivos feitos.

Homenageio todos os seus dirigentes, notadamente o Diretor-Presidente da EletroNorte, Roberto Parucker, e todos os funcionários, todos os trabalhadores da EletroNorte, pessoas que, bem sei, se dedicam diuturnamente para gerar e para transmitir a energia tão necessária para impulsionar o progresso de nosso País, para impulsionar o progresso do Brasil.

A EletroNorte e o seu corpo funcional representam a força da engenharia nacional, capaz de obras, Sr. Presidente, como a construção de usinas hidrelétricas grandiosas na Amazônia Legal.

No final da década de 70, meu pai, o engenheiro Queiroga, foi um dos pioneiros que, vestindo a camisa da EletroNorte, assumiu o desafio de levar luz aos rincões mais distantes da Região Amazônica. Foi companheiro do Rufato, que está aqui presente.

Em minha infância, senhoras e senhores, cresci nos canteiros de obras das usinas das Centrais Elétricas do Norte do Brasil, das usinas hidrelétricas da EletroNorte, e, desde então, pude acompanhar que, na área de atuação dessa empresa, a preservação ambiental caminhava lado a lado com a geração e com a transmissão de energia elétrica.

Senhoras e senhores, o sucesso da trajetória das Centrais Elétricas do Norte do Brasil, que celebramos hoje, nesta sessão, nos faz um alerta: nos alerta que não podemos perder de perspectiva que a energia hidrelétrica é limpa, a energia hidrelétrica é renovável e depende, única e exclusivamente, da força das águas para mover as turbinas que geram a energia que impulsionam este País.

Nos últimos anos, as usinas hidrelétricas foram demonizadas, foram marginalizadas de maneira exagerada e de maneira muito pouco técnica. É claro que a construção de hidrelétricas, assim como toda e qualquer obra humana, produz impactos ambientais e também impactos



sociais, os quais não devem ser desprezados. Entretanto, esses feitos podem ser perfeitamente mitigados caso adotadas as medidas previstas nos estudos de impacto socioambiental.

O grande diferencial do nosso País, o grande diferencial do Brasil em relação a outras nações é que, pelas condições naturais que o País oferece, nós podemos ter uma matriz elétrica bem diversificada, e, para impulsionar o País, precisamos de todas as fontes. Então, há espaço para todas as fontes de energia. Porém, registro que as usinas hidrelétricas têm e sempre terão bastante importância na matriz elétrica brasileira. No balanço entre prós e contras, tenho absoluta certeza de que prevalecem as inúmeras vantagens da energia hidrelétrica que o nosso País tanto pode explorar.

Assim, é preciso, Sr. Presidente Senador Izalci, avançar com a construção de novas hidrelétricas e avançar com a construção de novas hidrelétricas com reservatório. Faz uma fundamental diferença e agrega valor na operação do nosso sistema. A história da Eletronorte nos permite observar isso.

Então, parabenizo a Eletronorte pelo competente trabalho que vem desenvolvendo, parabenizo todos os profissionais, todos os servidores, todos os trabalhadores da Eletronorte. Vocês têm muito o que comemorar, temos muito o que comemorar com os 46 anos de bons serviços prestados à Região Norte do Brasil, bons serviços prestados ao nosso País. E desejo todo o sucesso ao Sr. Diretor-Presidente, Roberto Parucker, que está à frente da gestão.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Convido agora o nosso Diretor-Presidente da Eletronorte, Sr. Roberto Parucker, para fazer também o seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO PARUCKER (Para discursar.) – Bom dia a todos. Saúdo o Presidente desta sessão de comemoração, Senador Izalci Lucas, o Senador Weverton, o Senador Chico Rodrigues, de Roraima, o Sr. Deputado Federal Capitão Alberto, o Deputado Federal José Ricardo, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. André Pepitone, particular amigo, e o representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários, Sr. Icaro Chaves, além dos amigos, dirigentes da Eletronorte aqui presentes, de todos os excelentíssimos senhores empregados da Eletronorte, senhores e senhoras, enaltecendo as senhoras, os representantes das associações, os representantes e dirigentes da agência reguladora, os senhores representantes sindicais e a todos que acompanham esta sessão especial.

A Eletronorte chega aos 46 anos de alma renovada. Uma história de desafios e superação que inspira pessoas em pelo menos dez Estados brasileiros onde estamos presentes. Para nós, é um orgulho falar dessa trajetória nesta Casa, que, ao longo de sua história, tem acompanhado e discutido as grandes mudanças do setor elétrico brasileiro. Aqui também está registrada a história da energia do Brasil. E hoje compartilhamos aqui um pouco da nossa história.

O conceito do vídeo que assistimos há pouco não surgiu de uma ideia publicitária. Ele é fruto de uma experiência da nossa presença nas comunidades. Foi inspirado na iniciativa de um empregado da Eletronorte, que promove a nossa campanha de combate às queimadas. Lá no Maranhão, ele convida a comunidade para um cinema de rua, onde alerta para o risco de fogo nas linhas de transmissão e exibe filmes produzidos pelas universidades da região e ouvidos na nossa campanha de queimadas.



Por que eu conto essa história neste momento? Porque essa é a essência que está no DNA da Eletronorte, e é essa essência de buscar mais, de fazer o melhor que continua transformando essa empresa todos os dias.

Desde aquele 20 de junho de 1973, quando a Eletronorte nascia com a missão de desenvolver e integrar o Brasil com sua energia, assumimos o desafio de grandes empreendimentos que beneficiaram não só a Região Amazônica, mas também todo o nosso País continental.

Hoje, a missão de atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável nos coloca o desafio de chegar a esses 46 anos com o foco em inovações e resultados.

Depois da exibição do vídeo com a nossa história, peço que as senhoras e os senhores aqui presentes me permitam falar um pouco da expressividade da nossa Eletronorte, uma empresa que garante robustez ao setor elétrico brasileiro e que contribui significativamente para a integração energética nacional. Hoje, somos a terceira maior geradora do País com cerca de 8,9 mil megawatts instalados. Estamos entre as maiores transmissoras, com mais de 11 mil quilômetros de linhas de transmissão. Junto com as demais empresas da Eletrobras, somos responsáveis por garantir ao Brasil uma matriz de energia limpa, renovável, e juntos podemos fazer ainda mais.

Disciplina financeira, excelência operacional, atuação sustentável, valorização das pessoas, governança e conformidade – esses pilares estratégicos do plano diretor de negócios e gestão das empresas Eletrobras não só orientam o nosso plano de negócio como já integram a rotina de quem faz parte desses 46 anos de Eletronorte.

O caminho de integração das empresas Eletrobras mostra a força das nossas empresas e reafirma a nossa visão: estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

A Eletronorte tem hoje uma das maiores reservas de energia elétrica disponível no mercado brasileiro com cerca de 2.755MW médios entre os anos de 2019 e 2023, o que lhe permite flexibilidade quanto a suas estratégias de comercialização.

Para que se tenha uma ideia, as receitas totais faturadas pela Eletronorte bateram recordes, passando de R\$7,1 bilhões, em 2017, para cerca de R\$7,4 bilhões em 2018, um acréscimo de aproximadamente R\$300 milhões.

O que temos hoje, senhoras e senhores, é um caminho de desafios – e quem conhece a Eletronorte sabe que essa empresa nunca deixou de enfrentá-los. Na nossa trajetória, temos a história das hidrelétricas de Tucuruí, Balbina, Samuel e ainda Coaracy Nunes e Curuá-Una.

Hoje, a energia que geramos na Amazônia chega a todos os cantos do País por meio do Sistema Interligado Nacional. Tenho que mencionar aqui o grande desafio de integrar o último Estado da Federação ao Sistema Interligado Nacional, que é Roraima.

Deixamos para trás a escuridão, a que Belém se submetia quase que rotineiramente, e contribuímos para que a indústria se desenvolvesse fora do eixo Sul-Sudeste.

Operar as nossas 57 subestações é fruto do trabalho de quem se importa com as pessoas mais do que com a energia. Levamos a qualidade de vida para quem vive na Região Amazônica. Por tudo isso, atuar na Amazônia é, sobretudo, uma grande responsabilidade, Sr. Presidente. Mesmo quando ainda não havia a legislação ambiental que temos hoje, a Eletronorte já fazia parcerias para garantir o desenvolvimento sustentável.



Temos orgulho de mostrar a recuperação de 97% das áreas impactadas durante a construção de Tucuruí e tudo isso com espécies nativas da região, cultivadas no nosso banco de germoplasma, uma referência de ação ambiental.

Não é por acaso que a Eletronorte, Sr. Presidente, tem mantido suas certificações da Norma ISO 14001, do Sistema de Gestão Ambiental, e, com orgulho de levar isso muito, muito a sério.

Nossos programas indígenas são reconhecidos internacionalmente pela valorização da cultura e respeito às tradições e isso que V. Exas. viram há pouco no vídeo que apresentamos é uma prática na empresa até hoje. As equipes de meio ambiente se orgulham de contar as histórias da implantação de programas que recuperam não só as terras e a dignidade, mas também a autonomia das comunidades indígenas.

É preciso destacar também os *royalties* pagos como compensação pelo aproveitamento dos recursos naturais que contribuem para o orçamento dos Municípios. A Eletronorte pagou, em 2018, R\$171 milhões em *royalties*. São 14 Municípios beneficiados nos Estados do Pará, Rondônia e Amapá. No primeiro trimestre deste ano, já foram pagos R\$51,5 milhões. São recursos que podem fazer a diferença na vida das pessoas da região, mas, quando falamos em fazer a diferença na vida das pessoas, é preciso falar além e, por isso, é importante compartilhar aqui iniciativas, como os programas de inserção regional, na região da hidrelétrica de Tucuruí.

A Eletronorte foi a primeira empresa do setor elétrico a reconhecer impactos socioambientais. O que conhecemos e nos orgulhamos da responsabilidade de atuar na Amazônia é que fazemos a diferença. Nossa processo de geração de energia está associado a iniciativas como a criação do *campus* da Universidade Federal do Pará, em Tucuruí, entre outras.

Na Eletronorte, talento inovação caminham juntos, Sr. Presidente. A empresa investe e acredita em pesquisa e inovação na Amazônia, onde as equipes desenvolvem novos processos, novas tecnologias e mostram o que é sustentabilidade em todos os seus pilares. É lá que está uma das grandes referências do setor elétrico. O nosso Laboratório Central, sediado em Belém, atende empresas do mercado de energia de todo o País com tecnologias que são referências.

Isso tudo acontece porque temos uma história de valorização do conhecimento. Isso já significa o reconhecimento de sete patentes pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, 57 pedidos de patentes depositados e 24 *softwares* efetivamente registrados, Sr. Presidente.

Como uma das maiores empresas do setor, temos foco em resultados, empreendedorismo e inovação; valorização e comprometimento das pessoas; ética e transparência e sustentabilidade. Nossa Programa de Integridade Eletrobras 5 Dimensões é um dos processos que vem sendo reconhecido não só pelos órgãos reguladores, como também pelo mercado.

E aqui cabe o registro do excelente trabalho que temos acompanhado na Agência Nacional de Energia Elétrica. Na pessoa do Diretor-Geral, André Pepitone, parabenizo a todas as equipes que a acompanham diariamente e a determinação de todos em cumprir a missão da Aneel de proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

Chegamos a 2019 com a certeza de que nossos 46 anos podem ser comemorados com a sensação de dever cumprido e, mais do que isso, com a vontade de fazer ainda mais.

As medidas adotadas em 2018 nos levaram a uma redução nos custos e despesas operacionais na ordem de R\$1,4 bilhão. Com foco em potencializar nossa atuação nos negócios de geração, transmissão e prestação de serviços, começamos um novo ciclo. O resultado desse esforço coletivo foi um aumento de 72% no lucro líquido da Eletronorte, e fechamos 2018 com um lucro de mais de



R\$3 bilhões, o que revela a maturidade de uma empresa que incorpora ao seu cotidiano as melhores práticas do mercado no Brasil e no mundo.

Sras. e Srs. Parlamentares, de fato, os desafios têm sido muitos, e esta Casa acompanha essa caminhada. Mas os resultados econômico-financeiros, os índices de satisfação de clientes, que superam os 90%, e a qualidade da nossa operação, que mantém um índice superior a 94%, nos dão a certeza de que é possível fazer uma empresa ainda mais forte.

Hoje, aqui neste Plenário, várias gerações da Eletronorte se encontraram para celebrar a história de uma empresa que, há 46 anos, se coloca à disposição do Brasil para gerar e transmitir muito mais do que energia.

Por tudo que conheço de setor elétrico no Brasil e no mundo, reafirmo que é uma honra ocupar este espaço. Todos os dias, vejo, na Eletronorte, as condições de se tornar cada vez mais eficiente e competitiva no mercado de energia. E é para isso que estamos trabalhando.

Por fim, senhoras e senhores, é preciso dizer que essa trajetória só é possível porque conhecemos profundamente o negócio em que atuamos. E esse é o diferencial que mostra os caminhos para que, daqui a alguns anos, novas gerações estejam nesta Casa, comemorando os excelentes resultados e contando as histórias desta empresa que, todos os dias, melhora a vida das pessoas e escreve a história da energia elétrica no Brasil.

Muito obrigado e parabéns a todos e a todas as pessoas que fizeram e fazem parte dessa história! Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Quero, primeiro, agradecer ao meu amigo e colega Senador Eduardo Braga pela oportunidade de presidir esta sessão solene.

Trata-se de uma empresa em que tive o privilégio de ter muitos amigos e que acompanhei durante toda a sua existência. É um orgulho muito grande ter a sede aqui no Distrito Federal.

Então, contem comigo e vamos juntos lutar, cada vez mais, por esta grande empresa.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer a presença de todos e declarar, então, encerrada esta sessão solene.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 40 minutos.*)



Ata da 98^a Sessão, Não Deliberativa,
em 17 de junho de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas e Marcos Rogério.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 16 horas e 53 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Sessão não deliberativa.

Há oradores inscritos, e o primeiro orador inscrito é o Senador Paulo Paim, PT, do Rio Grande do Sul. Sempre presente, não é, Kajuru?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – É que eu combino o jogo com vocês, não é, Presidente Izalci e Kajuru? De forma tal que a gente, havendo quatro aqui no Plenário em deliberativa, abrimos a sessão; e não deliberativa, até três ou dois dá para abrir.

Mas, Presidente, eu fiz questão de falar em primeiro lugar, quebrando uma tradição já do Senador Kajuru, porque eu tenho que abrir uma audiência na CDH hoje às 14h30. Vai ser uma audiência pública, Sr. Presidente, que vai debater uma produção, feita por um professor de geografia, chamada *Atlas da Previdência*, em que ele mostra que aquela proposta, se fosse aprovada na forma original, traria um prejuízo enorme para o povo brasileiro.

Estão convidados para debater o *Atlas da Previdência* o Sr. Tadeu Alencar Arrais, pesquisador do CNPq, Professor Associado da UFG; também o Sr. Vinícius Barile, que é Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp); e também Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip).

Sabe que esse atlas foi produzido principalmente – houve outros convidados – nas universidades lá de Goiás. Eles estarão aqui hoje à tarde para apresentar o trabalho. É um trabalho belíssimo para reflexão sobre a previdência que queremos e que podemos fazer neste País.

Mas, Sr. Presidente, eu vou falar, na verdade, e o faço pela primeira vez nestes moldes, sobre a audiência pública que tivemos hoje pela manhã. Foi uma audiência pública que debateu o feminicídio no Brasil. Eu fiquei chocado com os dados, com os números, em resumo, com o número de mulheres que são assassinadas. Há um dado que diz que a cada dois segundos – dois segundos! –, uma mulher é violentamente espancada – espancada, agredida. E o número de mortes chega a que a cada três dias, uma é assassinada.

E baseado nisso, eu vou fazer um resumo do que eu ouvi hoje pela manhã e que assusta a todos nós, tanto que... Preocupa, mais do que assusta, não é? Não é só assustar; tem que ouvir, ver e procurar resolver.

Eu cheguei a propor fazer uma sessão de debate sobre esse tema, aqui no Plenário, sobre a violência em relação às mulheres. Nós vamos ver aqui, neste momento, e as pessoas poderão ouvir e ver pela TV um pequeno resumo do que disseram os painelistas.

Hoje a Comissão de Direitos Humanos se debruçou sobre este tema: feminicídio no Brasil. Foi um requerimento de minha autoria e da Senadora Leila Barros, daqui de Brasília, para aprofundar nesse tema, feminicídio no Brasil.

Sr. Presidente, Senador Izalci, o que isso significa? Resumo: matam-se mulheres pelo simples fato de ela ser mulher. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 126 mulheres



foram mortas em razão do seu gênero no Brasil, desde o início do ano. Só este ano, 126 mulheres e, ainda, o registro de 67 tentativas de homicídio.

Um dos primeiros a falar, hoje pela manhã, foi o Secretário-Executivo da Secretaria de Segurança Pública do DF, o Sr. Alessandro Moretti, que disse que para acabar com a violência contra as mulheres é necessário acabar com o sentimento de posse e acabar com o sentimento de posse é algo cultural, é mudar uma cultura, é um grande desafio e é possível.

Ele, inclusive, me entregou esse documento, a análise de dados do feminicídio no DF, Alessandro Moretti, muito interessante esse estudo que foi feito aqui em Brasília: "Diga não à violência contra a mulher". Eu vou deixar nos *Anais* da Casa. Disse a ele que faria isso, que achei que é um documento fundamental, para que toda vez que se debata, a gente tenha dados, números, projeções para ver por que tantas mulheres são assassinadas, violentadas, espancadas neste Brasil. Repito, esse número me assustou: a cada dois segundos um fato desse está acontecendo.

Trago também o relato do juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, CNJ, o Sr. Rodrigo Capez, que informa que, em São Paulo, uma mulher é assassinada – eram em três dias, mas agora diz ele que não são a cada três dias – a cada 60 horas, praticamente dois dias e meio.

Uma das preocupações trazidas pelo palestrante – e achei muito interessante, porque foram diversos nessa lógica –, que não é só o assassinato da mulher, que é gravíssimo, é um crime hediondo, é também como ficam as crianças? Porque, na maioria dos casos, quem mata, assassina a mulher, às vezes na frente dos filhos, é o companheiro dela, seja pai, seja namorado, enfim. E aí fica a seguinte reflexão: quando acontece um fato como esse que, infelizmente, virou quase que diariamente, de dois em dois dias, como ficam as crianças? Por quê? Muitas vezes, quem mata a sua companheira, se mata também. Como ficam os filhos? Se não se mata, na maioria dos casos, ele é descoberto. Ele vai para cadeia. Como ficam os filhos? E, se for o caso de não o encontrar, ele some, foge, vira um fugitivo. De novo, como ficam os filhos? Ou ele morre, ou ele foge, ou ele está preso.

O juiz retrata a necessidade da consciência de todos os atores do Judiciário que, muitas vezes, não são sensíveis ao que está acontecendo quando ficou comprovado que uma mulher quando é assassinada já houve antecedentes de violência contra ela por parte do seu companheiro três, quatro até cinco vezes. Não pode ser considerado somente um caso de marido e mulher, não, está sendo uma agressão violenta de um homem em relação à mulher. Juízas e juízes que estiveram lá, Senador Kajuru e Senador Izalci, mostraram para nós que, quando a mulher é assassinada, você vai ver que nas unhas dela, no desespero para não morrer, você encontra cabelo com pedaços de pele. É a única maneira de ela se defender, é quase que arranhar, e está ali morta, enfim. E, muitas vezes, é por ali que eles descobrem realmente para provar quem foi o assassino.

Eu recebi também do juiz um documento do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, que aponta – aponta, na visão dele – caminhos para combater o feminicídio.

A professora e pesquisadora Soraia Mendes, representante do Comitê Latino Americano para a Defesa dos Direitos da Mulher, fala da responsabilidade dos órgãos de imprensa em termos de políticas educativas. Lembrou ela a importância da Lei Maria da Penha, que está entre as três leis mais importantes do mundo no combate à violência contra as mulheres.

A especialista expressou ainda a mudança de perspectiva no levantamento de dados aqui do DF, onde os homicídios cometidos contra as mulheres são tipificados, muitas vezes – ela acha importante isso –, primeiro, como feminicídio e, depois, ele pode ser elevado para um outro grau



de crime. A especialista ainda ressalta a necessidade de não naturalizarmos a violência, o feminicídio, e relata que as mulheres ainda têm medo de denunciar. É um ataque às políticas humanitárias, é um ataque à vida, não pode ser considerado: "Ah, discutiram e um matou o outro". Não. É uma violência, é um crime hediondo contra as mulheres.

Dados dos anos de 2007 a 2017 demonstram que as mulheres negras são as mais vitimadas, amplamente mais vitimadas. "Muitas mulheres são domesticadas na cultura da violência, e muitas vezes acham isso normal" – é a cultura machista do nosso País –, afirmou a Profa. Soraia Mendes.

A especialista ainda levanta uma outra questão que são as violências cometidas pelo Estado, através dos abortos malsucedidos, feminicídios reprodutivos, segundo ela: de cada cem mil mulheres, 2,3 suicidam-se. Aqui, no caso, ela fez uma análise de mulheres encarceradas, apenas 7% não são mães.

Existe ainda uma ausência de políticas de Estado, e essa ausência mata.

A especialista fala que o Senado Federal deu uma boa resposta referente à política do armamento, posse e porte de armas quando decidiu, na CCJ – e assim ela espera que aconteça aqui no Plenário –, sustar o decreto das armas. A matéria foi sustada na CCJ e, agora, será apreciada amanhã pelo Plenário do Senado. Segundo ela, as principais vítimas da liberação do armamento, da forma como está no decreto – não tenham dúvida – serão as mulheres.

Todos os especialistas retratam que a maioria das mulheres vítimas de feminicídio é morta por armas brancas – armas brancas, olhem o detalhe –, em que os autores com nível superior usam armas de fogo. Isso significa o quê? Que o cidadão mais pobre não tem arma porque não pode comprar e sabe que não pode usar. Agora, os que têm bastante dinheiro compram armas, de uma forma ou de outra, e, aí, matam mesmo é atirando. Por isso que elas dizem: "Não tenham dúvidas de que, se liberarem as armas, mais mulheres serão mortas neste País, principalmente por arma de fogo".

A Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, que também fez uma brilhante exposição, representante da Comissão de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público, Sra. Sara Gama Sampaio, acredita que o feminicídio é um crime evitável, que poderia ser evitado. Para ela, o feminicídio é a ponta do *iceberg*. Os crimes são bastante cruéis; eles visam aniquilar a mulher. Na maioria das vezes, as agressões são cometidas principalmente nos seios das vítimas, na genitália e na face, e os criminosos dizem: "Ah, já que tu não vais ser mais minha, não será de mais ninguém". Isso é um absurdo, uma maluquice! Um camarada desses tem que pegar mesmo é prisão perpétua.

Conforme exposto pelos palestrantes, a Lei Maria da Penha – e eu já o destacava na abertura – é a terceira melhor lei do mundo no combate à violência contra as mulheres. O Brasil fica atrás somente, em matéria de legislação, da legislação espanhola e da chilena, que investem muito na educação e na formação humana.

O que os especialistas estão dizendo aqui é que, para combater a violência contra as mulheres, teremos de investir mais na educação e em políticas humanitárias.

Diante dos relatos dos especialistas e das especialistas, as delegacias costumam, segundo eles, incentivar as mulheres vitimadas a retornarem às suas casas e ainda são questionadas sobre o que elas fazem aos seus companheiros para que eles passem, então, a ameaçá-las e agredi-las. É que, como não são delegacias especializadas, segundo elas – eu não tenho os dados aqui, mas me parece que só há 50 delegacias especializadas, dirigidas inclusive por mulheres, neste País –, na maioria das vezes os policiais não preparados recomendam a elas que voltem para casa e que nem



denunciem, pois isso vai passar, que é uma briga por ciúme. Aí elas dizem: "Mas o que é isso? Quem, por ciúme, agride e mata, isso não é amor! Isso é um crime hediondo inaceitável!".

A promotora Sara Sampaio ainda relata que quando as mulheres chegam até um órgão de combate à violência, elas já procuraram diversos instituições e pessoas, como padres, amigos e familiares. Essas mulheres, muitas vezes, trazem em suas vidas várias formas de violência.

Quando se chega ao assassinato, repito, já foram agredidas três, quatro, cinco vezes e, infelizmente, não foram tomadas medidas devidamente protecionistas, como mandaria a própria lei.

A promotora ainda informa: "Se a gente quer diminuir esses números, que são gritantes [de assassinatos, espancamentos, violência e tortura], é necessário agir em conjunto", pois este problema é do País e é necessário caminharmos todos juntos – ela usou o termo irmanar.

Diante dos dados apresentados, em *O Estado de S. Paulo*, a maioria das mulheres que foram assassinadas não tinham medidas protetivas. Veja a importância das medidas protetivas.

Um dos exemplos citados na audiência é o papel das rondas nos Municípios. Essa medida é uma das medidas que constrange o agressor. Eles falam que em alguns Estados, dando o exemplo de São Paulo, existe a ronda chamada Ronda Maria da Penha, e que seria recomendável que em todos os Municípios do País houvesse a chamada Ronda Maria da Penha, porque o agressor, sabendo que aquela ronda estaria passando nas ruas da cidade, pensaria duas vezes.

Um dos relatos mais explanados pelos painelistas foi o da divulgação da mulher que, ainda sendo vítima, é vitimada mais uma vez quando é vulgarizada com determinados comentários, quando ela vai pedir socorro, como o de vítima de feminicídio Amanda Bueno. Vou dar um exemplo aqui: Amanda Bueno, uma jovem linda, como relatou a procuradora, com um corpo esculpido, onde, diante da sua morte, tentaram depreciá-la por ser "funkeira", usar roupa justa e, no IML, tiraram foto tentando desqualificá-la. Agora, se usou uma minissaia ou se está de biquíni, num baile, seja de que tipo for o baile, dançando, ou em uma boate, é motivo de quem não gostou matá-la? É um absurdo! Bom, não há argumento que eu possa usar, a não ser dizer que somente covarde faz isso, somente bandido faz isso, e tem que responder com a lei, na sua forma mais dura e imaginável. É lamentável esse tipo de comportamento.

O que nos falta realmente é o respeito pelo outro, quando tratamos de feminicídio dessa forma absurda. Não precisava nem existir este termo feminicídio. Ele só existe pela violência contra as mulheres, que é enorme em todo o País.

O papel de todos nós, da mídia, em denunciar, em relatar um crime de feminicídio é de extrema importância, como disseram os palestrantes.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso, ouvindo-os, eu vim aqui ao Plenário.

A exemplo de um garçom, que foi condenado por matar uma prostituta, e não um homem foi condenado por matar uma mulher. Não sei se entenderam. Ele foi condenado: "Ah, ele matou uma prostituta". Não! É um homem que matou, covardemente, uma mulher. É isso que tem que ser dito. É isso que devia estar no processo. A forma como se fala vulgariza a mulher, que já é vítima por ser mulher.

Sr. Presidente, foi uma audiência longa. O Estado brasileiro – eu vou usar só os últimos cinco minutos e encerro – precisa enxergar que a morte de mulheres, disse a juíza, traz impactos econômicos e sociais, pois essas mulheres contribuem para a previdência e para a própria



economia. Quando ela é assassinada – e, muitas vezes, o marido ou se mata, ou desparece, ou vai preso; só estou dando um exemplo –, são mais duas pessoas que param de contribuir para o País, fruto de uma loucura dessa.

O combate do crime de feminicídio é necessário chegar às diversas culturas, aí elas destacaram: cultura indígena, cigana, quilombola, brancos, negros, migrantes e imigrantes. Nós temos que combater todo tipo de violência contra as mulheres, não importa a etnia, a raça, a procedência, a cor da pele.

A importância e o papel das medidas protetivas de urgência foram ressaltados pela promotora Sara Gama.

O feminicídio não é paixão. É um crime hediondo, é um crime cruel, não tem justificativa. O assassinato de uma mulher não se faz por amor, paixão, e, sim, porque o outro é um criminoso.

Os assassinatos de mulheres no DF são registrados como feminicídios e, caso não sejam, são desclassificados. Esse, então, já é um avanço.

Aí tivemos a Sra. Fernanda Falcomer, da rede de proteção de enfrentamento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, aqui em Brasília, que também foi na mesma linha. Ela explicitou que eles estão fazendo um trabalho integrado com todos os setores, com psicólogos, enfim, para que haja um movimento para descobrir, efetivamente, o que leva um homem a ser tão covarde a ponto de espancar, agredir e matar a mulher. Muitas vezes, mata a mulher e os filhos.

Só lembro um fato e vou encerrar, Presidente: eu fiquei chocado com aquele caso de São Paulo. O pai, com ciúmes da filha, vai lá e mata a mãe do rapaz, mata o pai e mata o menino, que era um ator. Aquilo foi algo absurdo, absurdo.

Mas, enfim, tivemos aqui em Brasília diversos movimentos que mostraram que a violência contra as mulheres não discrimina, não tem preconceito de origem, raça, cor ou idade. Esses crimes ocorrem contra todos, contra todos. Em sua transversalidade, a violência doméstica atinge todas as classes sociais, mas, principalmente, as mulheres e crianças.

Enfim, destaco que foi assinado um acordo de cooperação técnica entre o CNJ, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério dos Direitos Humanos para criação e implementação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida. Tudo na linha de proteger as mulheres.

Tivemos também a palavra, Sr. Presidente, de duas convidadas do plenário que deixaram muito claro que, também nos Estados delas, essa luta é permanente e que nós todos devemos trabalhar nesse sentido. Por exemplo, a Vereadora do PSB de Goiás Roberta Brito fez uma fala que foi muito marcante, como também uma Deputada Estadual que esteve lá presente – depois eu vou pegar o pronunciamento dela e vou pedir que se coloque aqui na íntegra – fez um depoimento também emocionante. Ela demonstrou que no Estado dela...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a violência também é absurda, mas que estão trabalhando de forma articulada com todos os setores para combater esse tipo de violência.

Sr. Presidente, o relatório da Deputada, que não está aqui – senão, eu teria registrado –, eu mandarei depois anexar aqui, se V.Exa. assim o permitir.

É isso, Sr. Presidente. O objetivo foi mostrar que todos nós homens e mulheres temos que estar caminhando juntos para combater todo tipo de violência, e, nesse caso absurdo e covarde, contra as mulheres e as crianças.

Obrigado, Presidente.



DISCURSO NA ÍNTegra ENCaminhado PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 4.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Senador Paulo Paim, quero parabenizar V.Exa. pela forma como vem conduzindo a Comissão. V.Exa. promove, praticamente toda semana, audiências públicas de temas tão importantes quanto este. Eu tive a oportunidade de assistir à parte da audiência pública e quero parabenizar V.Exa. É um tema realmente sobre o qual precisamos nos aprofundar um pouco, porque é o que foi dito pela representante do DF: há esse poder de pertencimento, como se as mulheres pertencessem, como se fossem uma propriedade do marido. É uma questão cultural – todos nós sabemos –, o Brasil é um país machista mesmo, mas temos que buscar isso. E solução, V.Exa. sabe, acho que todos aqui sabem, só há uma: educação! Não há outra. Então, parabéns a V.Exa. e sucesso na próxima audiência agora à tarde.

Com a palavra o nosso Senador também muito presente ou sempre presente Jorge Kajuru, nosso grande representante do Estado de Goiás.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discursar.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, meus únicos patrões, seu empregado público Jorge Kajuru vem à tribuna nesta segunda-feira, 17 de junho de 2019.

Senhoras e senhores, Pátria amada, uma ótima e iluminada semana a todos e a todas aqui, aos companheiros e companheiras, aos amigos estimados, aos colegas, em especial ao sempre eficiente para iniciar os trabalhos desta Casa, em revezamento com o Senador Anastasia, o nosso amigo exemplar no Distrito Federal e nacionalmente falando, o Presidente Izalci Lucas.

É difícil falar depois de saber... E eu já usei esta tribuna, Presidente, exatamente para falar do feminicídio no Brasil. E esses números que o Senador Paim trouxe mudam. É impressionante, não é, Senador? Na última vez que eu trouxe...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Senador Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Era a cada cinco dias em São Paulo; agora já é a cada dois dias e meio.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

Senador Kajuru, só por uma questão de justiça...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Eu disse que não estava aqui, mas está aqui dentro o documento. Como eu estava com problema de horário, porque eu quero abrir lá agora às 14h30...

Quem fez uma bela fala lá na audiência pública – e está aqui toda a fala dela – foi, além da Vereadora, a Deputada Cristina Almeida, do Amapá. Ela fez uma fala brilhante e disse que a violência doméstica não é só um crime masculino contra as mulheres emancipadas, mas um crime violento, um crime hediondo. Eu só quis registrar isso, porque eu sei que a Deputada, lá no Estado dela, gostaria de ouvir que a gente tivesse também falado dela, da Deputada Cristina Almeida, Deputada Estadual do Amapá. Está aqui a fala dela, na íntegra.

Obrigado, Presidente.

Obrigado, Senador Kajuru.



O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A fala da Soraia é que me deixou aturdido. E, amanhã, aqui, no Plenário... O que significa armar a população brasileira? Significa matar mais mulheres. Foi isso que me amedrontou. Que cada Senador reflita de hoje para amanhã.

Presidente, eu procuro manter aqui uma média de um projeto de lei a cada dois dias nessas quase cem sessões deste ano, no quinto mês de nosso mandato, sendo que já entreguei 52 deles. São 281 já prontos, graças a Deus.

Hoje, eu tenho aqui o entendimento de que a senatória nos impõe, a todos nós, uma visão macro do Brasil, um Brasil que em tudo é multifacetado. Destacam-se as diferenças climáticos-regionais, socioculturais e populacionais.

Já sentíamos isso em 1928 quando a extraordinária artista plástica Tarsila do Amaral pintou a tela do Abaporu, uma representação de como ela via o brasileiro naquela época: um homem afeito ao trabalho braçal, mas que pouco valorizava o trabalho mental. Inspirado em Abaporu, que recebeu como presente de aniversário, o seu marido Oswald de Andrade lançou o Manifesto Antropofágico, uma manifestação literária que tinha por objetivo repensar a manifestação cultural brasileira. Na verdade, Oswald de Andrade pensou na influência estrangeira sendo deglutida e absorvida pelo brasileiro para que dela surgissem as muitas faces da cultura brasileira.

O homem brasileiro, de múltiplas origens étnicas e culturais, enfrenta hoje facetas como a sua inexorável divisão etária, que assinala o crescimento e, dentro em pouco, a predominância da população idosa, Brasil – idosa. Estamos no interstício, rigorosamente no interstício, entre uma sociedade predominantemente jovem de há pouco para uma sociedade com predominância de idosos dentro em breve.

Nesta última década, o fenômeno de envelhecimento se tornou um enorme desafio para a sociedade, para a economia, para a política, para as ciências, para a família e para o indivíduo também. Como nunca ocorreu antes, são problematizadas as mudanças e as transformações ocorridas na pirâmide etária, no âmbito nacional e internacional.

Extremamente preocupado com essa nova pirâmide etária brasileira, dei entrada na semana passada a um projeto de lei especial que cria serviço nacional de apoio à pessoa idosa com dependência, a ser prestado pelas entidades poderosas, financeiramente falando, constituintes do Sistema S. Eu me lembro até do registro feito pelo Presidente Izalci sobre a apresentação desse meu projeto, assim como pelo Senador Paulo Paim, que solicitou, inclusive, ser o Relator dele.

Como legislador, dirijo os olhos para essa faixa etária, porque, no contexto do sistema capitalista em que vivemos, percebo que o segmento dos idosos é visualizado como um setor não produtivo, em lamentável processo de cruel desumanização e de imprópria desqualificação de seus valores e necessidades humanas, que gera, assim, a pobreza, a exclusão social. Mais ainda, são transformados em sujeitos inúteis e improdutivos. Infelizmente, a sociedade brasileira tem tratado o idoso desconsiderando o seu protagonismo na construção da história desta grande Nação.

Por outro lado, por que na elaboração desse projeto foi pensado o Sistema S como financiador? Respondo. Em primeiro lugar, por sua excelência e compromisso social. Em segundo lugar, porque o Estado brasileiro impõe o tributo às empresas integrantes de cada um dos setores poderosos que envolvem o Sesi, o Sesc, o Senai, o Senac, o Senar, o Senat, o Sest e o Sescoop. Os tributos são recolhidos e repassados a essas instituições, que custeiam suas atividades para o seu público-alvo, os trabalhadores daquele setor e seus familiares.



Vamos repetir aqui os "ss" do Sistema S: Sesi, Sesc, Senai, Senac, Senar, Senat, Sest e Sescoop.

Segundo exposição fulcral, e bem fulcral, do Dr. Saul Tourinho Leal, do escritório do Ministro Ayres Britto, um dos mais ilustres e cultos que passaram pelo Supremo, em exposição perante à Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor desta Casa – abro aspas –: "Cabe aos Parlamentares, pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, guiar o destino do Sistema S, caso percebam que o aperfeiçoamento requerido reclama intervenção legislativa" – fecho aspas.

Respaldado pela Constituição, não tenho dúvida de que agora é a hora – agora é a hora –, respeitada a autonomia administrativa e gerencial do Sistema S, de direcionarmos os recursos para o atendimento das necessidades de uma parcela dos seus beneficiários, que são as pessoas idosas com dependência, conforme definido na proposição desse meu projeto encaminhado à Casa.

Em vigor, há o excelente Estatuto da Pessoa Idosa, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que consolidou esforços já delineados na Constituição, mas faltam ao Estado recursos, e muito ainda precisa ser feito. Esses recursos estão disponíveis no Sistema S. A minha proposição, Presidente Izalci, Senador Marcos, Senador Chico, une fios que estavam soltos: as capacidades do Sistema S para a execução de excelentes programas sociais; os direitos e necessidades das pessoas idosas e seus beneficiários; e o poder tributário do Estado brasileiro. Concluo: o projeto que lhes apresento une essas pontas, formando uma forte amarra de justiça social, igualdade e respeito aos idosos do nosso País.

Por esses motivos, peço o apoio desta Casa a esse encaminhamento.

Agradecidíssimo pela oportunidade de apresentar mais um projeto de lei e de manter a média de um projeto de lei, com conteúdo, a cada dois dias. Perdoem-me pelo "conteúdo". Na quinta-feira passada – o Senador Izalci se lembra –, eu aqui falei dos gastos das Assembleias Legislativas deste País. E aí, Senador Marcos Rogério, Senador Chico, Senador Izalci, a Mesa Diretora morreu de rir aqui, a começar pelo Zezinho.

Lá, em São Paulo, reclama-se dos projetos de lei dos Deputados da maior capital brasileira, da quarta maior do mundo. Lá, não há nenhum projeto de relevância. E o jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe uma reportagem dando notícia de que, neste ano, houve um projeto interessante. Sabem qual? O dia da jabuticaba.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa.

Passo a Presidência ao meu querido Senador Rogério para que eu possa também fazer o meu pronunciamento.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Rogério.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com a palavra o nobre Senador Izalci Lucas, PSDB, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu sempre alertei e falei que a corrupção prejudica mais a população, mas que não é só a corrupção, pois a incompetência na gestão talvez seja tão grave quanto.



E por que eu digo isso? V. Exa. sabe, Sr. Presidente, que nós aprovamos em 2016 emendas impositivas individuais e, depois, emendas de bancada. Então, quando você tem um Governador ou um gestor que não consegue sequer executar as emendas, quem sai prejudicado é a população do Estado e aqui, em especial, do Distrito Federal.

Passamos por isso por dois governos que sequer conseguiam executar as emendas de bancada e muitas individuais também, além de fazerem opção equivocada, como foi o caso do Mané Garrincha, esse elefante branco que custou quase R\$2 bilhões. Governar é eleger prioridades, e essa não era a prioridade aqui no Distrito Federal.

Voltando às emendas, Sr. Presidente, nós temos aqui emendas pendentes ainda de execução. E eu levei isso agora para o novo Governador, que constituiu um grupo especial para que não possamos perder mais emendas, recursos aqui – quando eu falo emendas, eu me refiro a recursos.

Em 2016, por exemplo, nós apresentamos emenda de bancada para a construção aqui do Hospital do Câncer. Tendo em vista que durante alguns anos vínhamos perdendo emendas por falta de execução, ainda no Governo Agnelo, nós resolvemos em 2016 apresentar uma emenda para a construção do Hospital do Câncer, o que seria a marca, inclusive, daquela bancada. E, para nossa surpresa, até hoje, isso não foi ainda executado. Fizemos agora algumas reuniões, inclusive com a Caixa Econômica, que também tem parte de culpa nisso, porque, a cada semana, exige uma coisa diferente. Fizemos reunião recentemente com o Presidente da Caixa para verificar as pendências ainda relativas a esse projeto. E, por incrível que pareça, quando você tem cláusula suspensiva por falta de cumprimento de obrigações, você tem dois anos para executar. Para o Hospital do Câncer, o prazo vencia no dia 31 de dezembro de 2018; no último dia, o Governo conseguiu a liminar, e prorrogou-se o prazo. Então, estão aí 122 milhões disponíveis para o Governo para construir o Hospital do Câncer, o que ainda não foi executado.

Senador Confúcio, olhe a incompetência dos governos. Falta dinheiro para saúde, e nós colocamos emenda de bancada, mas ela ainda não foi executada, desde 2017, ou seja, está fazendo dois anos. Nós apresentamos R\$21,581 milhões para reforma e modernização da subestação de energia elétrica, do sistema elétrico e do sistema de aquecimento de água do Hospital Regional do Paranoá (R\$ 21 milhões); R\$7,460 milhões para o HRAN, que é o Hospital Regional da Asa Norte (R\$7,460 milhões); da mesma forma, no Hospital Regional de Planaltina, também para a reforma e a modernização da subestação de energia elétrica – eu, inclusive, no caso de Planaltina, numa emenda individual, consegui comprar para eles um tomógrafo, que está encaixotado desde 2017, porque, se ligar, cai a energia –, nós botamos R\$6,692 milhões, para exatamente fazer a reforma e modernizar a subestação de energia; da mesma forma, o Hospital Regional do Paranoá também, mais R\$5,283 milhões, além dos R\$7,460 milhões, também na mesma época, em 2017; Hospital Regional do Gama, R\$4,359 milhões; Hospital de Santa Maria, R\$4,059 milhões; Hospital de Brazlândia, R\$3,036 milhões; Hospital de Samambaia, R\$2,750 milhões; HRGU, R\$1,696 milhão; Hospital de Base, R\$1,700 milhão; HMIB, R\$1,500 milhão; Hospital São Vicente de Paula em Taguatinga, R\$1,200 milhão, em 2017; Hospital Regional de Taguatinga, R\$ 570 mil; Hospital Regional da Ceilândia, R\$461 mil; reforma do sistema de iluminação também do Hospital Regional de Samambaia, R\$389 mil. Isso foi em 2017, e até hoje não foi executado.

Falam em falta de entrega de documentação solicitada no ato da assinatura, comprovação de titularidade da área, projeto de engenharia e licenciamento ambiental... Esses prédios já existem há 40 anos! E não há competência para executá-los.



É bom as pessoas saberem sobre uma das maiores reivindicações da população do Recanto das Emas. Lá é um trânsito infernal, principalmente junto ali do Riacho Fundo II. Nós colocamos, em 2018, R\$34,500 milhões para a implantação do viaduto no Recanto das Emas-Riacho Fundo II; a primeira etapa do viaduto, R\$34,471 milhões.

Falta a entrega dos documentos: comprovação de titularidade da área, que é do Governo; projeto de engenharia e licenciamento ambiental. Competência? Ainda espero que a gente consiga. Eu estive agora essa semana – sexta-feira eu passei o dia todo, praticamente – visitando as obras lá na Polícia Civil, porque nós colocamos também R\$45 milhões para a construção do novo IML, que é uma das demandas grandes aqui do Distrito Federal.

Conseguimos, e já foram – esse eu presenciei a entrega das viaturas e dos equipamentos – R\$30 milhões em viaturas para a Polícia Civil e equipamentos, que iríamos perder. Esse recurso estava para outra área, conseguimos trazer para a Polícia Civil, na última hora, e eles conseguiram, então, comprar esses equipamentos. Agora em 2019, espero que agora a gente consiga. Para não perder, colocamos R\$62 milhões no custeio, porque aí fica mais fácil, na área de saúde, porque a gente já percebeu que investimento, reforma é muito difícil. Eles não conseguem executar, por falta de projeto, por falta de licença e tudo mais.

Então, colocamos R\$62 milhões em custeio da saúde, mais R\$10 milhões também para a saúde – custeio. Na área de segurança pública, R\$14,628 milhões para a Polícia Militar, modernização do Centro Integrado de Operações de Brasília; R\$15 milhões para o Corpo de Bombeiros, para a construção do Centro de Formação de Praças; R\$10 milhões para a Polícia Civil, para comprar mais 131 viaturas; e R\$20,993 milhões para a educação, para manutenção e reforma. Considerando as emendas individuais, há mais de R\$100 milhões para a educação, que não é executada e um monte de escola com dificuldades.

Nós tivemos, Presidente, R\$18 milhões em emendas individuais, de 2016, cancelados os convênios por falta de execução; R\$3,2 milhões, em 2015. Então, Senador Confúcio – V. Exa. já foi governador –, a incompetência da gestão é tão grave quanto a corrupção, porque não consegue executar, por burocracia, por falta de interesse ou falta de competência para executar as emendas.

Então, estive lá em nome da bancada, porque são emendas de bancada e aqui o nosso Senador Reguffe participou, porque era Senador passado e passamos para o Governador, para que ele tomasse as providências no sentido de executar. Ele formou, então, um grupo de trabalho e eu espero que a partir de agora a gente consiga, realmente, fazer com que as emendas da bancada e as emendas individuais sejam, de fato, executadas.

É triste. A gente vê a luta aqui dos Senadores e Deputados para levar alguma coisa para o seu Estado e aqui milhões e milhões foram deixados de investir. A população é carente de atendimento em todas as áreas. São quase R\$500 milhões em emendas, de 2016 para cá, que ainda não foram executadas.

Então, eu espero que o novo Governo possa, de fato, resolver definitivamente essa questão. Agora, na próxima reunião nossa, para o ano que vem, que a gente realmente contemple aquilo que tem projetos já prontos, para não correr o risco de perder as emendas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como disse aqui que em todo discurso eu faria uma boa notícia, porque chega de notícia ruim, a gente precisa falar também de notícias boas. E na semana passada, foram divulgados os resultados do Pisa para as escolas em 2017, o Pisa-S, um programa internacional de ensino da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).



A boa notícia é que quatro escolas públicas brasileiras tiraram notas melhores do que a média de países desenvolvidos. O bom desempenho foi pontuado nos exames que avaliam a competência de estudantes de 15 anos em leitura, matemática e ciências da natureza.

No total foram analisadas 46 escolas brasileiras, das quais 13 eram particulares e 33 da rede pública. A maioria das instituições públicas participaram pela primeira vez de uma avaliação internacional.

Em São Paulo, foram relacionadas quatro escolas técnicas estaduais (Etecs). As Etecs São Paulo e Guaracy Silveira, ambas na capital, alcançaram notas mais elevadas do que a média de países como Canadá, Finlândia, Japão, Polônia, Portugal, França, Reino Unido, Estados Unidos, Rússia, China e Chile, em todas as três áreas. A Etec Jardim Ângela, que fica na Zona Sul, em um bairro com o quarto pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da capital paulista, também superou a média em leitura e teve notas superiores à média em ciências de países como Reino Unido, Polônia e França. No Noroeste do Estado, em Novo Horizonte, a Etec Profa. Marinês Teodoro de Freitas Almeida também foi destaque em leitura, ficando à frente de Portugal, Reino Unido e China, e em ciências, na frente de França, Rússia e Polônia.

Os resultados devem ser comemorados, mas eles também demonstram que enquanto na grande maioria das escolas brasileiras, a média é baixa, há escolas públicas que são ilhas de excelência, como V. Exa. disse recentemente aqui com relação a alguns Municípios. E o que fazem essas escolas para conseguirem se destacar dessa forma? Professores dedicados, ambiente propício e alunos interessados. A transformação acontece gradualmente, durante três anos de ensino médio. Investe-se em capacitação de professores, foca-se na orientação pedagógica. Há atualização dos currículos, que se baseia nas características do mercado, e acompanhamento social.

Outra coisa é que a educação dessas escolas se aproxima dos anseios dos estudantes. Aqui são as escolas técnicas de que nós estamos falando. Essa avaliação se refere às escolas técnicas. Num ambiente aberto à criatividade, o jovem pode ter espaço para sonhar, realizar e desenvolver sua capacidade, para que possa realizar um projeto de vida e de carreira.

Então, Sr. Presidente, o Pisa é muito importante, porque permite produzir indicadores que contribuem para a discussão da qualidade da educação, de modo que possa subsidiar políticas de melhoria no ensino básico. É uma avaliação para verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando os seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea.

Eu encerro parabenizando alunos e escolas que se destacaram, mostrando, mais uma vez, que investir em educação é permitir que um futuro melhor para todos seja construído.

E era isso que eu tinha a dizer, com essa boa notícia...

O Sr. Elmano Férrer (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – Nobre Senador...

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu também gostaria de um aparte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Senador Confúcio.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Elmano, pode falar, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Elmano Férrer.



O Sr. Elmano Férrer (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI. Para apartear.) – Eu agradeço.

Muito rapidamente, eu queria destacar o nome de uma escola do Piauí, em Teresina, uma escola privada, que tirou o primeiro lugar no Brasil, a Escola Dom Barreto – isso do lado das escolas privadas –, sendo que tem tido destaque em vários concursos de matemática e de português uma escola pública de uma pequena cidade do Estado do Piauí, Cocal dos Alves. Essa escola sempre tem sido o primeiro lugar principalmente em concursos de matemática.

Então, com isso, eu queria lembrar que, entre essas escolas brasileiras classificadas no Pisa, a Escola Dom Barreto, uma escola privada de tradicional conceito na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, foi a primeira colocada nessa classificação feita recentemente pelo Pisa.

Era só para fazer essa observação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O Senador Confúcio, da última vez que se pronunciou aqui sobre educação, ressaltou a qualidade da educação no Piauí, e eu tive o privilégio de conhecer a Escola Dom Barreto, realmente de muita qualidade. São ilhas de excelência, como disse aqui. Nós temos várias ilhas de excelência neste País.

Senador Confúcio.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para apartear.) – Senador Izalci, o seu discurso toca profundamente a todos.

Dois assuntos: primeiro, são as emendas, os recursos que os Parlamentares alocam para os seus Estados e Municípios. Entristece muito as bancadas a não execução desse projeto. São R\$500 milhões que os Deputados, que a Bancada do Distrito Federal alocou.

Eu ouvi o senhor elencando hospitais, como o Hospital do Câncer, melhoria da parte elétrica de hospitais que não conseguem sequer ligar um tomógrafo e uma série de necessidades urgentes, sendo que a capacidade de execução por parte do Governo não consegue aplicar esses recursos orçamentários dispostos, não consegue executar. Isso é um desastre! E estamos falando de Brasília, que é a Capital da República. Isso sem comparar com os Estados mais distantes, que têm um corpo técnico muito menor, menos qualificado, mais distantes, de onde se precisa tomar avião para chegar aqui e buscar o atendimento às suas demandas nos Ministérios. Mas, aqui em Brasília é injustificável acontecer um cenário como esse. Dá mau exemplo para o resto do País.

O senhor tem razão na sua indignação, de bradar aqui da tribuna para que o povo do Distrito Federal veja que a parte do Parlamentar foi feita, mas que a parte da execução não foi feita. Isso deu um prejuízo para o povo do Distrito Federal muito grande.

De outro lado, o senhor aborda a educação, citando exemplos pontuais de excelente desempenho. Isso nos alegra muito. Quer dizer que o que nós devemos fazer é copiar, copiar os bons exemplos. Os governadores, os prefeitos deveriam fazer romaria a essas cidades e verificar o que lá se faz de tão bacana para serem assim destacados no Pisa em nível superior a muitos países avançados e desenvolvidos do mundo.

(Soa a campainha.)

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, alegra-me muito o seu pronunciamento nesta tarde. Parabéns pelos temas abordados aqui!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Exa.

Incorporo a fala de V. Exas. no meu discurso.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência cumprimenta V. Exa., Senador Izalci Lucas, pelo pronunciamento que faz, absolutamente conectado com os temas de interesse do Distrito Federal, o que não é diferente dos demais Estados da Federação brasileira.

Devolvo a Presidência a V. Exa.

(O Sr. Marcos Rogério deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O próximo orador inscrito é o Senador Confúcio Moura, nosso grande representante do MDB de Rondônia, essa terra boa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Quando o Senador Izalci fala de Rondônia, é porque ele conhece Rondônia. Ele conhece Ariquemes, conhece Ji-Paraná. Ele fez auditorias por lá. Quando ele fala assim, ele fala de boca cheia, porque realmente ele conhece o nosso Estado.

Como sempre, venho mesclando os discursos. Por hora, é sobre a educação, Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério, Senador Elmano Férrer, todos os demais que estão nos gabinetes, jornalistas, enfim, todos os funcionários. Venho fazendo uma caminhada, ao longo da história, sobre a educação.

Quero agradecer aqui esse trabalho tão bem feito. Este discurso não foi feito por mim; ele é uma encomenda que eu fiz à Consultoria Legislativa da Casa, que, por sinal, é fantástica. Eu quero tirar um parágrafo, e não consigo, Senador Izalci! Eu não consigo tirar um parágrafo; os camaradas são bons demais! A Consultoria do Senado é excelente. Eu fico pensando: "Será que não vou ter nem um rabisco aqui?" Não tenho. Não tem o que falar. De vez em quando, por causa do tempo, eu salto um pedacinho. Mas quero que a Casa publique todo o conteúdo. Depois, vou produzir uma cartilha, um livrinho sobre esses discursos históricos, pois estou caminhando ao longo da história do Brasil.

Hoje, o meu tema vem do período de 1950, da Velha República, de 1945, da redemocratização do País, até o período militar. Vem desse período de Dutra até Castelo Branco, que realmente foi o primeiro Presidente do Governo militar.

Então, continuo, nesta oportunidade, Sr. Presidente, o ousado projeto a que me propus de visitar a história da educação no Brasil desde o Império até os nossos dias, com o fito de contribuir para o debate, dentro e fora do Parlamento, acerca dos problemas enfrentados hoje.

Começamos a caminhada no fim do Estado Novo, na retomada democrática que levava Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República, na eleição direta de 1945.

Pela primeira vez na história do Brasil, as mulheres exerceram o direito ao voto conquistado havia mais de uma década. Só votaram mesmo na eleição de 1945, quando Dutra saiu vitorioso.

Na Europa, as profundas feridas deixadas pela Segunda Guerra Mundial curavam-se lentamente. Nos Estados Unidos e na União Soviética, novos líderes internacionais passaram a disputar o engajamento dos demais países e seus campos ideológicos, capitalismo e comunismo, respectivamente. Era a chamada Guerra Fria.

O Governo brasileiro escolheu o lado capitalista e adotou uma política de importação de bens de consumo que sangrou as reservas cambiais rapidamente.



Uma guinada já em 1948 materializou o Plano Salte – olha bem, Plano Salte –, que redirecionava os investimentos públicos para as áreas de saúde, alimentação, transporte e energia. Por isso que se fala Salte: saúde, alimentação, transporte e energia. A ausência da educação no Plano Salte, de Dutra, no acrônimo que nomeava o plano, é início da irrelevância que o tema da educação foi para Dutra.

Ainda que a Constituição de 1946 tratasse o ensino de forma bastante mais generosa que a Carta de 1937, os avanços práticos na área foram exíguos.

Cumprindo determinação constitucional, criou-se uma comissão para elaborar o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O grupo era, majoritariamente, composto por defensores da Escola Nova de 1932, tais como Fernando de Azevedo e Almeida Júnior. Liberal e descentralizador, o documento foi arquivado em 1949, após severamente criticado em parecer de Gustavo Capanema, na Comissão de Leis Complementares do Congresso Nacional.

Mas nem tudo estava perdido, Sr. Presidente. O direito de todos à educação primária pública e gratuita estava assegurado na Lei Maior do País de 1946, que estabelecia também o percentual fixo dos impostos a serem investidos. Felizmente, o passar dos anos viu esse direito se concretizar, ampliar e chegar às universidades federais de hoje.

Mas retomemos o nosso passeio histórico.

O crescimento do PIB em 1948 foi de 8% – olha bem esse crescimento gigantesco: 8% do PIB em 1948 –, que veio acompanhado de uma inflação alta, que corroeu o poder de compra das famílias, vítimas também do significativo rebaixamento do salário mínimo que ocorreu no período.

Ao final do Governo Eurico Gaspar Dutra, a educação pública tinha qualidade apenas em alguns Estados, como São Paulo, principalmente. Ainda era para uma elite urbana, especialmente se considerarmos o ensino secundário. Algo acima de 50% da população de 15 anos ou mais era analfabeto. Olha bem: em 1948, 50% da população brasileira era analfabeto. Olha, em 1900, 65%; em 1920, 65% analfabetos; e, em 1950, 50%.

Getúlio Vargas volta à Presidência da República, dessa vez alçado pelo voto popular, em 31 de janeiro de 1951, iniciando um processo que ficaria conhecido como nacional-desenvolvimentismo. Seu Governo buscava crescimento econômico, industrialização, intervenção do Estado e auxílio do capital internacional. Boa parte dos investimentos públicos dessa época foi direcionada para infraestrutura, transporte rodoviário, produção de energia à base de carvão, mas também aportes em ferrovias. A autarquia fundamental para a execução da Política Nacional de Desenvolvimento era o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fundado em 1952. Ontem mesmo, o BNDES estava em crise com a saída do Joaquim Levy. Em 1952, foi criado o BNDES.

A luta pelo domínio estatal do petróleo, ponto alto do Governo Vargas, culminou com a criação da Petrobras, em 1953. O País se uniu em torno do lema "o petróleo é nosso".

A população urbana brasileira aumentava rapidamente com a mão de obra ociosa que vinha do campo – eu estou falando de 1950 – em busca de melhores condições de vida, mas eram trabalhadores sem formação para o trabalho na indústria. Na verdade, não tinham formação nenhuma. Lamentavelmente, a educação básica não era prioridade para o Governo, como de costume. Desde 1900, desde o Império, a educação não foi prioridade, e, no Governo Getúlio, também teve as suas dificuldades, por ele ter escolhido outras prioridades. Não havia escolas suficientes sequer para quem vivia há muitos anos nas cidades. A precariedade da oferta de ensino no País precisava ser compreendida e combatida.



Pessoal das galerias que estão chegando, eu estou falando sobre a educação no período Vargas até os governos militares.

Em 1952, Anísio Teixeira assume a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), que existe até hoje. Foi assumido em 1952 por Anísio Teixeira, um baiano, com o objetivo de fundar as bases científicas da reconstrução educacional no Brasil. Ele cria o Centro Brasileiro de Pesquisa Educacionais, no Rio de Janeiro, estimulando a criação de centros regionais. Os primeiros surgem em São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre. Porém, os avanços reais se restringiram aos níveis mais avançados da educação: ensino médio e ensino superior.

Em 1951, nasce o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), como resposta ao imperativo de fomentar a capacidade produtiva do País por meio da pesquisa científica e tecnologia. O CNPq existe até hoje. No mesmo ano, 1951, foi criada também a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (Capes), que ainda existe até hoje; só não tem dinheiro para financiar pesquisa nem bolsa para mestrado e doutorado, mas existe. A Capes foi criada em 1951 e já devia estar muito mais avançada.

Mais tarde, no Decreto nº 34.638, de 1953, foi instituída a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades). O objetivo era formar professores para ampliar oferta e melhorar a qualidade do ensino secundário. Havia poucos professores na década de 50. Os resultados das iniciativas foram positivos e se fizeram sentir alguns anos mais tarde. De 18.815 postulantes ao magistério formados nos cursos da Cades de 1955 a 1960, apenas 7.506 foram considerados aptos para ensinar, para o registro profissional.

De volta ao cenário político, os Estados Unidos daquela época, aliados num primeiro momento, já não viam o nacionalismo de Vargas com bons olhos, especialmente depois que a remessa de lucros para o exterior foi restrita a 10%, etc., etc. Partidários da entrada da empresa de capital estrangeiro no País engrossavam a oposição a Vargas, dentre eles o famoso opositor da UDN, Carlos Lacerda, lá do Rio de Janeiro, dono do jornal *Tribuna da Imprensa*, que foi um adversário histórico do trabalhismo de Vargas.

Os trabalhadores, premidos pela inflação e baixos salários do período de Dutra, partiram para uma greve geral. Com o intuito de resgatar o prestígio popular, o Presidente convoca João Goulart para o Ministério do Trabalho. O novo Ministro aumenta o salário mínimo em 100%. O empresariado nacional e internacional, inconformado, avaliou o movimento como uma virada para o comunismo.

Um atentado contra a vida de Carlos Lacerda, em 1954, mata o major-aviador Rubens Florentino Vaz, e, assim, o Exército, em manifesto, pede a renúncia do Presidente Vargas.

Sitiado no Palácio do Catete, achacado pela imprensa e abandonado pelo empresariado e pelas Forças Armadas, Getúlio Vargas tira a própria vida em 24 de agosto de 1954.

Houve uma imensa comoção popular.

No ensino médio, a situação não era melhor. Apenas para os filhos das elites, capazes de passar no final dos exames de admissão, havia a possibilidade de chegar às universidades.

Entre agosto de 1954 e 1956, o Brasil teve três Presidentes: Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos.

Em janeiro de 1956, Kubitschek era empossado Presidente do Brasil, após manobra conhecida como Golpe Preventivo, do Marechal Lott, que frustrou a tentativa da UDN de anular as eleições legítimas que elegeram JK.



Apesar dos embaraços do início do mandato, o governo transcorreu em clima de razoável tranquilidade. A economia orientava-se pelo Plano de Metas, um complexo programa de modernização e industrialização baseado no País.

No afã de aprofundar o modelo de substituição das importações, superar o atraso brasileiro e deixar a posição de país agrícola exportador de matérias-primas, o Brasil se abre sem limites ao capital estrangeiro.

Meta Síntese do Plano de JK, a transferência da Capital para o interior foi possível graças a empréstimos vultosos vindos do exterior.

Um dos cinco setores contemplados no Plano de Metas de JK, a educação recebeu escassos recursos de 3,4% do PIB, dos investimentos totais. Boa parte dos recursos foi empregada no estímulo à formação técnica.

Em defesa da educação, em 1959, publica-se o manifesto "Mais uma Vez Convocados", reafirmando muitas das ideias dos pioneiros da Educação Nova, de 1932. O novo documento contava com a chancela de 189 intelectuais brasileiros, como Anísio Teixeira, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, e assim, nessa época, o debate acerca da Lei de Diretrizes e Bases da escola pública agrupava-se em torno de três vertentes.

Júlio de Mesquita Filho liderava o pensamento liberal-idealista, com base na liberdade dos indivíduos independentemente da sua posição social. Anísio Teixeira e Almeida Júnior advogavam pelos princípios da Escola Nova. Florestan Fernandes levantava a bandeira do socialismo e chamou para a mesa de discussão movimentos operários, sindicais e trabalhadores.

O fim da querela e a publicação da LDB só viriam em 1961.

Vale mencionar, porém, alguns avanços concretos que houve durante os anos JK e que se mantiveram e ampliaram nos governos posteriores, até a ruptura de 1964.

Timidamente, surgiam no horizonte os primeiros sinais da mudança na educação, que experimentaria um breve período de ebullição nos anos iniciais da década de 60.

Após essa campanha pautada pelo compromisso com a moralidade pública, mote que rende votos até hoje, Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional, é eleito Presidente.

Em agosto de 1961, renuncia à Presidência. Após grave crise institucional, João Goulart assume em setembro graças à Campanha da Legalidade, capitaneada por seu cunhado, Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul.

Inaugurado pelo Congresso Nacional, o novo sistema era o parlamentarismo. O poder real passava à mão do Primeiro-Ministro, Tancredo Neves. O primeiro instrumento legal a tratar exclusivamente da educação, a LDB, ordenava o sistema de ensino, regulamentava os conselhos estaduais de educação, estabelecia a formação mínima para os professores, o ensino religioso facultativo. Para os detratores, o projeto era prejudicial às classes baixas, orientado pelo desejo elitista de formar mão de obra para a indústria.

Surge da mente brilhante de Darcy Ribeiro, em parceria com o também genial Anísio Teixeira, o plano orientador da Universidade de Brasília, que seria fundada em abril de 1962. Era preciso uma instituição autônoma, planificada em bases flexíveis, para que promovesse a renovação do ensino superior.

Assim sendo, Sr. Presidente – deixe-me pegar aqui um pedacinho do discurso –, esses meses prévios, com a implantação do regime militar, iniciado em 13 de maio de...



Com o intuito de legitimar as mudanças do Presidente, anuncia um grande comício histórico de João Goulart na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1964, para o público de quase 200 mil pessoas.

Os meses prévios à implantação do regime militar foram de intensa mobilização das massas, que buscavam, entre outras demandas, a extensão dos direitos trabalhistas ao campo. Nesse contexto, surgem as Ligas Camponesas – e eu me lembro bem dessas Ligas Camponesas, de Julião, de Arraes, de Mauro Borges, de Brizola –, em todo o País, especialmente no Nordeste, que promoviam a conscientização do povo.

Inspirado no método de alfabetização criado por Paulo Freire, colocando o indivíduo como sujeito da história, capaz de transformar a realidade no campo e na cidade por meio da educação e da luta política, surge em 1964 o Plano Nacional de Alfabetização. Eles queriam alfabetizar 5 milhões de brasileiros em 1965. Veja bem, a grande ousadia surgiu em 1965.

A reação conservadora, que se chamou de ameaça comunista, veio na forma das marchas da família com Deus pela Liberdade, que se desdobraram em sucessivas manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades, levando milhares de pessoas à rua.

O Governo João Goulart já não tinha sustentação. Em 31 de março de 1964, os militares assumem o poder e instauram o regime ditatorial, que se prolongou por 21 anos, até 1985.

A ruptura democrática reverberaria de forma avassaladora em todos os níveis da educação. Novas regras, instituições e parâmetros viriam. Paulo Freire partiu para o exílio, no Chile; Darcy, para o Uruguai; e tantos outros também foram para escapar da perseguição político-ideológica. Dispersava-se a elite do pensamento nacional. Enterrava-se no nascedouro o ousado projeto de educação emancipadora e inclusiva, cujos princípios guiam até hoje as mais avançadas iniciativas do mundo.

Para poupar de mais palavras, farei, em outro momento, a recapitulação histórica da educação durante o regime militar.

Sr. Presidente, nós fizemos assim um discurso bem Ayrton Senna aqui, bem acelerado, porque são 12 páginas. Eu saltei alguns pedaços, justamente para mostrar para V. Exas. e para o povo brasileiro que a educação vem por espasmos. Dutra não fez muito; Getúlio não deu prioridade; Juscelino deu uma arrancada; João Goulart fez um extraordinário trabalho e arrancou com o trabalho das suas metas na educação, mas, logo, logo, saiu do governo. Na próxima semana, eu vou falar sobre a educação no governo militar e, lá na frente, quando eu terminar mais dois discursos, eu vou analisar, Sr. Presidente, o papel de idiota – o papel de idiota – que muitos Senadores brilhantes... Quantas personalidades como Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, quantas figuras ilustres trabalharam com a educação? Falaram e falaram, discursaram e discursaram, mexeram e mexeram, e nada avançou.

Agora, o senhor acabou de fazer um discurso mostrando que, isoladamente, Sr. Presidente, escolas, Municípios e Estados como o Piauí têm feito um trabalho de vanguarda por si só.

Então, Sr. Presidente, eu conlui – vou concluir lá na frente, porque vou falar mais – dizendo que parece que a gente tem que começar de baixo para cima, a gente tem que começar dos Municípios.

Você falou de Novo Horizonte, em São Paulo. Há outros também, brilhantes, que vêm lá de baixo, dando bom exemplo.

Elmano falou aqui de Cocal dos Alves – eu canto de repetir Cocal dos Alves. Ele falou aqui agora do Instituto Dom Barreto, em Teresina, que é um exemplo – não é de agora que Dom



Barreto é bacana. Cito o Lyceu de Goiânia e muitas outras escolas brasileiras. Então, nós temos que sair catando os bons exemplos brasileiros e falando: "Prefeito, pelo amor de Deus, copie esse exemplo. Governador, não fique inventando a roda, não, meu irmão". Façam como essas escolas que V. Exa. citou há pouco, as escolas federais de São Paulo e outras que se destacam no mundo inteiro pelo brilhantismo de seus professores e pelo inusitado trabalho feito por pais, alunos e mestres dessas escolas. Jeito há! Jeito há! Nós estamos errando é na forma.

Esperar que o Governo Federal, que o ministério... Muda Ministro a toque de caixa: um ficou três meses, outro está lá, e vai ministro, vai ministro. Ministro que a gente não conhece, ministro que a gente não sabe quem é entra aí e fica querendo aprender educação, Sr. Presidente – querendo aprender educação. Não é assim! Eu estou falando da história do Brasil na educação.

Então, Sr. Presidente, eu vou encerrar o meu pronunciamento...

O Sr. Elmano Férrer (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – Nobre...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Por hora, eu estou satisfeito.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – Nobre Senador Confúcio...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, ilustre Senador Elmano.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI. Para apartear.) – Queria cumprimentar V. Exa. não só pelas questões relacionadas à educação, mas, sobretudo, pelo retrospecto histórico que V. Exa. fez aqui, desde o tempo da reconstitucionalização do País com o Governo Dutra, passando pelos governos seguintes. Essa análise é importante, sobretudo quando V. Exa. conclui: passa governo, entra governo, sai governo, vêm grandes revelações e talentos na educação, e continuamos patinando, embora tenhamos essas exceções a que V. Exa. fez referência aqui, inclusive no meu Estado do Piauí.

Mas são importantes os pronunciamentos feitos por V. Exa. ressaltando a importância da educação como base, alicerce de qualquer processo de desenvolvimento sustentável. Não só V. Exa. como também o nosso Senador que preside esta sessão, o Izalci, têm sido, entre outros, nessa renovação por que o Senado passou, dois talentos que insistem e persistem na importância da educação nesse processo da arrancada do nosso desenvolvimento.

Então, eu queria cumprimentá-lo, ressaltando que algo tem que ser feito de concreto. Nós gastamos mais de 5%, 6% do PIB (Produto Interno Bruto) com educação. Algo está errado, mas não é possível permanecermos no erro.

São vozes como a de V. Exa. e do nosso estimado Izalci que vêm despertar a consciência nacional com relação à importância desse grande tema para o nosso processo de desenvolvimento.

Então, parabenizo V. Exa. e, também lembrando aqui o discurso inicial do nosso Presidente Izalci, que continue essa voz que se eleva nesse instante, nesta nova Legislatura, aqui no Senado da República.

Parabéns a V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Elmano, eu incorporo o seu aparte ao conteúdo do meu discurso.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Confúcio...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador Reguffe.



O Sr. Reguffe (S/Partido - DF. Para apartear.) – Senador Confúcio, eu queria também aqui me congratular com o pronunciamento de V. Exa. nessa questão da educação e lembrar a discussão, por ocasião do Plano Nacional de Educação. Nós tínhamos ali uma discussão de levar o gasto com educação no Brasil a 10% do Produto Interno Bruto – aliás, foi com esse tamanho de gasto que os Tigres Asiáticos deram um salto no século passado. Então, eu acho que o Brasil deveria caminhar para ter um gasto de 10% do Produto Interno Bruto em educação, acho que essa tem que ser realmente a meta.

Agora, a melhoria da educação não passa só por recursos, é preciso se fazer uma série de coisas. É preciso se avaliar desempenho, é preciso alterar a grade curricular, é preciso fazer uma série de mudanças.

Agora, uma coisa de que eu sou um ardoroso defensor desde lá atrás é a questão do ensino em tempo integral, que consta como meta do Plano Nacional de Educação e que infelizmente não é cumprido pelo Governo. O Governo não caminha para que a gente possa ter realmente a educação em tempo integral neste País.

Então, nós temos algumas experiências bem-sucedidas...

(Soa a campainha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – ... mas nós não temos uma política pública, hoje, de educação que visa universalizar a educação em tempo integral.

Eu acho que essa deveria ser uma grande preocupação, porque aí a gente começaria a realmente pensar num País não onde todos sejam iguais, mas onde todos têm oportunidades parecidas.

A pessoa chegaria na escola de manhã e teria um café da manhã ali, depois iria ter as seis disciplinas no turno matutino, depois teria um bom almoço, independentemente da sua renda ou da classe social da sua família. No contraturno, teria uma aula de iniciação a língua estrangeira, teria uma atividade física, teria uma aula de informática, teria uma aula de cidadania para discutir a própria Constituição, para discutir, como havia antigamente, Educação Moral e Cívica, OSPB.

A população hoje não sabe sequer a Constituição, a lei maior do País, quem dirá as outras. As pessoas só aprendem a Constituição ou quando vão estudar Direito, ou quando vão fazer concurso público, a lei maior do País! Então, isso tinha que ser ensinado na escola também, ensinar os princípios básicos da Constituição, ensinar para que serve um Senador, para que serve um Deputado, para que serve um Governador, qual a distinção da função de um para a função de outro. Eu, inclusive, advoguei nesta Casa, apresentei uma proposição para instituir a disciplina Cidadania nas escolas. Acho que isso seria importante.

Aí, a criança, no fim do dia, teria de novo um lanche e iria voltar para casa bem alimentada.

Hoje, crianças na periferia aqui do Distrito Federal e do País inteiro às vezes têm problemas com a alimentação, não conseguem se alimentar direito. A escola podia dar isso e a criança voltar para o conforto da sua família.

Então, eu vejo que a gente está engatinhando nessa questão da educação. E acho que a educação em tempo integral seria uma grande mudança que a gente poderia ter neste País.

Quero me congratular aqui com V. Exa., com a reflexão que V. Exa. fez e com o pronunciamento de V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Reguffe.



Solicito à Mesa que incorpore os dois apartes ao conteúdo do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Senador Confúcio, também, só para reforçar, parabenizar V. Exa. Eu sei que ainda vêm mais alguns capítulos ainda. É muito interessante as pessoas conhecerem a história.

E eu disse, no último discurso de V. Exa., que o discurso de 1932 está muito atual. Tudo o que eles falavam em 1932 é o que está precisando agora, da mesma forma. Então a gente caminhou muito pouco, mas acho que o caminho é este que V. Exa. diz: nós temos que pegar realmente de baixo para cima. Não adianta, realmente, principalmente nos pequenos Municípios... A gente precisa começar nos pequenos, porque é fácil você reunir a comunidade, a escola, os educadores, para você criar esse espírito mesmo de prioridade da educação, porque hoje prioridade é mais discurso. Mesmo o recurso não é o maior problema, o problema maior realmente é o envolvimento, é o interesse, é a vontade política de resolver dos Prefeitos, dos Vereadores, dos diretores das escolas com os professores.

V. Exa. sabe: o diretor tem um papel fundamental. O sistema aprovado aqui, o sistema democrático, tem trazido, de certa forma, na aplicação, alguns problemas. Aquela eleição em que o diretor fica refém dos professores e dos próprios servidores...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Então, V. Exa. tem razão, e acho que nós vamos buscar esse caminho aí, temos que insistir no sentido de buscar de baixo para cima, acho que é a solução.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCaminhado PELO SR. SENADOR CONFÚCIO MOURA.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 4.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

Eu vou passar... Pergunto ao Senador Elmano: o Senador Marcos Rogério tem um compromisso, posso inverter? *(Pausa.)*

Então, eu vou passar a palavra, então, ao nobre Senador Marcos Rogério, grande representante de Rondônia, pelo Democratas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Izalci, cumprimento V. Exa., cumprimento os demais Senadores aqui presentes, agradecendo penhoradamente o Senador Elmano Férrer, nosso sempre Líder. Saúdo a todos que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

Senhoras e senhores, ocupo esta Tribuna para tratar de um tema que a mim muito me preocupa e seguramente a milhões de brasileiros, Sr. Presidente. Refiro-me aos rumos que têm sido dados à discussão da homofobia em nosso País.

Aqui no Senado, tramita o Projeto de Lei 672, de 2019, que altera a Lei 7.716, de 1989, para tornar crime a discriminação ou preconceito de orientação sexual ou identidade de gênero. A Lei 7.716, de 1989, é conhecida como Lei do Racismo. Foi editada para criminalizar o preconceito em decorrência de raça ou cor. Um grande avanço, uma conquista das sociedades modernas.



Minhas divergências passam a existir, Sr. Presidente, quando se pretende igualar opção sexual e raça, porque não reconheço que a homofobia e a transfobia se enquadrem como racismo no conceito ontológico constitucional. É por isso que tenho como totalmente incabível sua tipificação no bojo da Lei 7.716, de 1989, a Lei do Racismo.

O que mais me preocupa, todavia, não é nem a proposição legislativa que tramita neste Senado, porque aqui já estamos construindo um acordo para produzir uma legislação justa, que atenda realmente à necessidade de proteção de direitos da comunidade LGBT dentro daquilo que é razoável. O que mais me preocupa é a recente decisão do Supremo Tribunal Federal proferida, na última quinta-feira, no julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, a ADO 26, e Mandado de Injunção 4.733, que, por oito votos a três, decidiu por considerar a condição homossexual como equivalente à raça para fins de proteção penal, o que tenho como uma inadequada exegese que perpassa naturalmente por questões ontológicas de conhecimento geral.

Não tenho dúvida de que a recente decisão do Supremo Tribunal Federal e também o teor do Projeto 672 não espelham o pensamento e a vontade da grande maioria da sociedade brasileira e também não expressam, nem de longe, a vontade do legislador constituinte, quando incluiu, na Carta de 1988, a criminalização do racismo.

Sr. Presidente, a legislação penal vigente já protege todos os cidadãos brasileiros, independentemente de opção sexual. Por essa razão, a pretensão legislativa em tramitação busca, a meu sentir, assegurar uma proteção superior a uma parcela da sociedade, como se fosse uma nova raça, e isso em decorrência da manifestação distinta de emoções ou desejos por pessoas do mesmo sexo ou por ambos os sexos, conforme a própria conceituação dada pela comunidade LGBTI ao que seja orientação sexual ou diversidade de gênero.

São os Princípios de Yogyakarta, elaborados por representantes do segmento LGBT de diversos países do mundo, que dizem: orientação sexual – "capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual, por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas"; identidade de gênero – "experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo".

Sim, Srs. Senadores, são os Princípios de Yogyakarta que reconhecem que tanto orientação sexual como identidade de gênero são questões definidas a partir de emoções, sentimentos, daí não se poder, por ser muito evidente, elevar essa questão ao nível de raça. Ninguém é de uma ou outra raça em função desse ou daquele sentimento. Raça é uma questão inata, definida pela biologia, por características genéticas, ligadas ao fenótipo, à morfologia, ao desenvolvimento e a propriedades bioquímicas ou fisiológicas.

Trago, Srs. Senadores, trechos do voto proferido pelo eminentíssimo Ministro do Supremo – histórico voto – Moreira Alves, no julgamento do HC, do *habeas corpus* 82.424, caso Ellwanger, que contribui muito para o entendimento do conceito de raça e seu alcance. Abre aspas:

Embora entre antropólogos, no decorrer dos tempos, tem havido divergência sobre a conceituação de raça, especialmente quando utilizado o termo para finalidades políticas, como ocorreu com o nazismo e o mito do arianismo, essas divergências modernamente, se existentes, se reduziram a ponto de Nicola Abbagnano acentuar:



"O conceito de raça é hoje unanimemente considerado pelos antropólogos como um expediente classificatório (...) do qual podem ser situados os diferentes grupos do gênero humano. Portanto, a palavra deve ficar reservada somente aos grupos humanos assinalados por diferentes características físicas que podem ser transmitidas por herança. Tais características são principalmente: a cor da pele, a estatura, a forma da cabeça e do rosto, a cor e a quantidade dos cabelos, a cor e a forma dos olhos, a forma do nariz e a estrutura do corpo." – fecho aspas.

Reconheço que, no plano jurídico e também em estudos antropológicos e sociológicos de outras vertentes, entende-se, sim, a existência de conceitos sociais mais amplos; mas nada se assemelha a considerar a raça por questões de emoções, de sentimentos ou desejos, e muito menos por opção a essa ou aquela prática sexual. É isso que estou a dizer.

Ora, seria possível considerar a condição de homossexual a constituição de uma raça distinta dos heterossexuais? Não vejo possibilidade alguma, seja no campo da Antropologia, seja no campo dos direitos.

Ademais, todo avanço alcançado com o estudo do gênero humano não produz mais do que meras e isoladas teses no que diz respeito ao homossexualismo e herança genética. Não há associação entre homossexualismo e herança genética. A prática homossexual não é herdada ou definida pela transmissão de cromossomos, como é a definição de homem ou mulher. Assim, não há qualquer suporte jurídico ou científico para conceituar opção, ou orientação, ou diversidade de gênero como condição racial. Esse é o ponto.

O que o Supremo fez, e no mesmo teor é o Projeto 672, é elevar uma classe de pessoas a um nível distinto, superior aos demais, por uma questão de comportamento sexual.

E isso se reveste ainda de maior gravidade, Sr. Presidente, quando vemos que o crime de racismo é um crime imprescritível. Logo, a se incluir a homofobia na Lei do Racismo e considerá-la equivalente, como fez o Supremo e pretende fazer o Projeto de Lei 672, torna-se também imprescritível qualquer ato que seja considerado intolerância, preconceito ou discriminação a alguém por sua condição homossexual.

Srs. Senadores, Nação brasileira, os crimes mais bárbaros tipificados no Código Penal e na legislação esparsa prescrevem, inclusive os hediondos – sequestro, estupro, homicídio qualificado –, crimes hediondos reprováveis, mas não são imprescritíveis.

A homofobia será considerada imprescritível, ou seja, o processo criminal poderá ser iniciado a qualquer tempo: 20, 30, 40, 50 anos depois de uma conduta que seja considerada homofóbica. Isso decorre da previsão contida no inciso XLII da Constituição Federal, que diz que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível (...)".

O Ministro Moreira Alves foi quase profético em seu voto proferido em 2003, quando disse, abro aspas:

(...) se se der ao termo constitucional "racismo" a amplitude que agora se pretende dar no sentido de que ele alcança quaisquer grupos humanos com características culturais próprias, vamos ter o crime de racismo como um tipo de conteúdo aberto, uma vez que os grupos humanos com características culturais próprias são inúmeros, e não apenas, além do judaico, o dos curdos, o dos bascos, o dos galegos, o dos ciganos, grupos esses últimos com reação aos quais não há que se falar em holocausto para justificar a imprescritibilidade.



Fecho aspas.

Sim, a imprescritibilidade, Srs. Senadores, teve lugar justamente pela alta reprovabilidade do holocausto praticado durante a Segunda Guerra Mundial. Por isso, na Alemanha, racismo é considerado imprescritível. Estamos equiparando homofobia ao holocausto? É isso que estamos fazendo? É isso que fez o Supremo Tribunal Federal?

Outro ponto muito bem lembrado pelo Ministro Moreira Alves diz respeito à vontade do Legislador Constituinte ao incluir no texto da Constituição de 1988 o inciso XLII por emenda de autoria do Deputado Carlos Alberto Oliveira dos Santos, conhecido como Caó, um militante do movimento negro. Na justificativa da emenda, o Deputado Caó escreveu – abro aspas:

Passados praticamente 100 anos da data da abolição, ainda não se completou a revolução política deflagrada e iniciada em 1888. Pois imperam no País diferentes formas de discriminação racial, velada ou ostensiva, que afetam mais da metade da população brasileira constituída de negros ou descendentes de negros, privados do exercício da cidadania em sua plenitude.

Fecho aspas.

Sim, Sr. Presidente, a Lei do Racismo visou assegurar proteção à raça negra; hoje se pretende conferir aos homossexuais o mesmo *status* de proteção, tornando imprescritíveis e inafiançáveis os eventuais crimes que contra eles sejam praticados.

Se pudessem, os líderes da abolição brasileira estariam se revolvendo nos túmulos. Além de Moreira Alves, eis o que disse na época o Ministro Marco Aurélio – abro aspas:

Quando da criação de inciso na Assembleia Constituinte, procurava-se combater um comportamento específico reprovável em nossa história. Refiro-me à discriminação racial, ao preconceito contra o negro. Outra não era a intenção do Constituinte quando previu a imprescritibilidade do crime de racismo e quando fez constar esse significado no sistema constitucional. Assim, considerando que o Supremo Tribunal Federal ou qualquer intérprete da Constituição não é democraticamente legítimo ampliar ou tornar abertas as cláusulas restritivas de eficácia dos direitos fundamentais, deve-se dar ao sentido mínimo possível para o conteúdo do inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal.

Fecho aspas.

A questão da imprescritibilidade, aliás, foi duramente repelida pelo Ministro Marco Aurélio, que disse que – aspas – "conflita com a corrente das garantias fundamentais do cidadão, pois o torna refém, eternamente, de atos ou manifestações, gerando um ambiente de total insegurança jurídica, porquanto permite ao Estado condená-lo décadas e décadas após a prática do ato" – fecha aspas. Marco Aurélio lembrou que somente os crimes considerados gravíssimos, como crimes de guerra ou de genocídio, foram caracterizados como imprescritíveis na história mundial.

Vejam, Srs. e Srs. Senadores, a gravidade do que está a acontecer em nosso País.

Como alternativa a isso, que considero a construção de um erro histórico de interpretação e aplicação da nossa Constituição, apresentei o Projeto de Lei nº 3.032, de 2019, que altera o Código Penal e estabelece, na Lei Penal Geral aplicável a todos os brasileiros, a proteção ao segmento LGBT como qualificadora no caso de crime contra a vida e também para os casos de lesão corporal e qualquer tipo de violência que seja comprovadamente em razão da condição homossexual.



Ao Projeto de Lei nº 672 apresentei emenda resguardando as garantias constitucionais para o caso de eventual aprovação da matéria, e, como já disse, estamos construindo acordo para a sua alteração.

Não se pode criar tipo penal aberto, que criminaliza a opinião e qualquer tipo de manifestação contrária às questões relativas à orientação sexual ou identidade de gênero. Todos nós sabemos que o conceito geral de homofobia não admite qualquer expressão dissonante do pensamento esposado pelo segmento LGBT, inclusive as que sejam de natureza científica, como é o caso dos díspares entendimentos sobre a discussão de gênero.

Ademais, como justifiquei na emenda apresentada, para além das questões científicas está o pensamento conservador de grande parcela da sociedade, que, por razões morais, filosóficas ou de crença, tem posição diversa sobre esse assunto.

Não podemos pretender proteger um segmento cerceando as liberdades de outros.

As eminentes Senadoras Juíza Selma e Daniella Ribeiro também apresentaram emendas importantes e esperamos ter o apoio de nossos pares na CCJ para aprová-las, caso o PL 672 tenha seguimento da maneira em que se encontra.

Precisamos, como legisladores, exercer o nosso papel com o mais amplo respeito à vontade do povo brasileiro, evitando que o Judiciário continue seu ativismo e substitua este Parlamento em sua missão constitucional precípua. Aliás, como disse o Ministro Marco Aurélio, criar tipo penal por decisão judicial é novidade e revela visão autoritária, o que não queremos e não podemos admitir em nosso País.

A decisão do Supremo violou expressamente um direito fundamental assegurado pela Carta Maior, a saber, o previsto no inciso XXXIV do art. 5º: "Não há crime sem lei anterior que o defina". Crime não é definido por decisão judicial. Tipo penal não é desenhado por decisão judicial. Cominação legal não é desenhada por decisão judicial. A Constituição dá o caminho, dá o desenho, dá o formato, dá o modelo. O tipo penal deve vir decorrente de lei discutida, votada e aprovada pelo Parlamento e sancionada pelo Presidente da República.

Ademais, a Lei Maior é altissonante em estabelecer como competência exclusiva deste Congresso Nacional legislar em matéria penal como previsto no art. 22, inciso I, c/c 48.

Veja, Sr. Presidente, nobre Senador Izalci, nem mesmo o Presidente da República, pelo legítimo instrumento da medida provisória pode propor inovação no campo penal, no campo processual. Só o Parlamento pode fazê-lo por meio de lei.

É de interpretação simples, é de hermenêutica simples compreender as limitações formais e materiais que há no campo da inovação, seja em matéria penal, direito material ou processual. Só por lei! Só por lei!

Convenhamos, Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, que Constituição estão interpretando? Que Constituição estão consultando? Ou estariam reescrevendo a Carta? É isto que estão passando ao povo brasileiro: que a Corte é um Poder acima dos demais Poderes, que no Brasil há um superpoder. A separação dos Poderes está ferida de morte, os papéis institucionais soberanos delimitados pela Carta de 88 estão sendo postos de lado, porque a Suprema Corte, que deveria dar o exemplo, se pauta a descumprir a Constituição Federal. Ou não é disso que estamos tratando? Ou não é isso que estamos a observar neste momento, lamentavelmente?

Sr. Presidente, nobre Senador Izalci, não é a primeira vez. Ao argumento de omissão legislativa, pautam e decidem. Decisões jurisdicionais, com efeitos legislativos, extrapolam os limites da legística, do devido processo legislativo. Parece que fugiram da escola. Parece que não é



uma Corte Constitucional. Preocupam-me muito os movimentos que observo hoje, Sr. Presidente. Preocupam-me muito os movimentos, as escolhas que estão sendo feitas no nosso Judiciário.

Lamento ter que apresentar, neste Senado Federal, um projeto de decreto, que não gostaria de fazer. Mas, por mandamento constitucional, para garantir as prerrogativas deste Parlamento, para garantir o papel do Poder Legislativo, é preciso que enfrentemos essa decisão, esse ativismo judicial, com a veemência que o deslize requer.

Apresentei um projeto de decreto legislativo, protocolado na Casa no dia de hoje, que diz assim:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Ficam sustados os efeitos legislativos do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26, e do Mandado de Injunção (MI) nº 4.773, por contrariar o disposto no inciso XXXIX do art. 5º, no art. 22, inciso I, e no art. 48, *caput*, todos da Constituição Federal.

Art. 2º – Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal extrapola os limites constitucionais. E veja que as observações que faço aqui, nobre Senador Elmano Férrer, não são observações isoladas ou pensamento conservador deste Parlamentar, não. Ministros da Suprema Corte fizeram o mesmo alerta, mas foram ignorados, inclusive pela grande mídia. Quando exploraram a decisão do Supremo Tribunal Federal, verbalizaram, vocalizaram, publicaram as falas dos favoráveis, mas silenciaram a eloquência dos argumentos dos contrários, escolheram rasgar a Constituição Federal, escolheram desrespeitar o Parlamento brasileiro. E, vez ou outra, há, do outro lado da Praça dos Três Poderes, quem se incomode com iniciativa deste Parlamento, que, às vezes, desafia o papel do outro, mas quem quer respeito também deve se dar ao respeito.

Não é dado ao Supremo Tribunal Federal superar o Poder desta Casa, do Poder Legislativo. Aliás, Ministros do Supremo Tribunal Federal nunca foram às ruas pedir voto. Ministro do Supremo Tribunal Federal não enfrenta a *accountability* vertical – não, senhores – e nem a horizontal. Eles se acham acima de tudo e de todos para fazer o que bem entendem, para decidir como querem, se esquecem de que estão vinculados a uma Constituição Federal.

Perdoe-me a veemência, mas o tema nos conclama todos não pelas paixões que envolvem a defesa desse ou daquele tema relacionado, mas a defesa das prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo.

A partir de agora, senhores, o Supremo Tribunal Federal abriu a porteira para a inovação sem limites. Podem fazer tudo ao argumento de que estão interpretando os direitos fundamentais insculpidos na Carta de 1988. Veja, senhores, o Parlamento passa a não ter mais o seu papel na tripartição de Poderes, porque, se, pela via da interpretação constitucional, fundada nos direitos e garantias fundamentais, eles podem criar um tipo penal, o que mais pode fazer o Supremo Tribunal Federal?

Perdoem-me, Srs. Ministros. Perdoem-me, Srs. Ministros, mas, se querem legislar, abram mão da toga, vão disputar eleição e venham ocupar espaço no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados. Deixem a toga.

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ruy Barbosa estava certo...



(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de tanto ver triunfar as mazelas, as nulidades, o juízo dos maus e tantas outras coisas, as pessoas corretas, probas, honestas sentiriam vergonha de serem honestas, de cumprir o seu papel.

O lamentável é observar a Suprema Corte, que deveria ser a guardiã da nossa Carta republicana, fazer dela um papel inócuo, sem valor, tornando-a simplesmente letra morta.

E me perdoem: eu quero pedir aqui aos nobres Senadores que encaremos esse projeto de decreto legislativo com a seriedade que o tema requer. O Supremo está reescrevendo a Constituição, e a própria Constituição vai assegurar ao Parlamento a possibilidade de resguardar a sua própria competência.

Agora veja: nós podemos sustar os decretos do Presidente da República, legitimamente eleito pelos cidadãos brasileiros – e há quem esteja do outro lado da Praça dos Três Poderes, no prédio inatingível, que vai dizer: "Não, mas o Poder Judiciário está fora desse..." Espera aí! Que conversa é essa? Quer dizer: nós podemos controlar os atos que exorbitem do poder regulamentar do Presidente da República, mas não podemos com relação ao Supremo Tribunal Federal, que não recebeu um voto sequer, mas que anula o Parlamento, mas que anula o Poder Executivo. Convenhamos, senhores, vamos devagar! Nós vivemos numa democracia, num sistema de tripartição de Poderes: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Não há superpoder, não há poder moderador. Isto aqui é uma democracia; não é um império. O único império que temos aqui é o império da lei, é o império da Constituição Federal, que a todos vincula.

Eu vou encerrar meu pronunciamento na tarde de hoje para não ser indelicado, para não ser desrespeitoso, porque eu quero permanecer no debate no campo das ideias, das teses, da percepção da gravidade do momento que estamos a viver na nossa recente democracia. E faço um apelo aos magistrados de bom senso: respeitar os limites significa...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... resguardar a existência do Estado democrático de direito.

Senador Elmano, ouço V. Exa. com muito prazer.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI. Para apartear.) – V. Exa. faz um contundente e profundo pronunciamento na tarde de hoje.

A constitucionalidade das leis é um dos temas fundamentais no nosso Direito, e, muitas vezes, esta Casa e o próprio Poder Executivo recorrem ao Supremo Tribunal com relação à constitucionalidade de determinadas leis. De outra parte, eu tenho verificado aqui no Congresso Nacional que, quando se discute um projeto de lei na Câmara ou no Senado, muitos deles – por exemplo no caso nosso – chegam à Câmara e morrem. E assim existem muitas leis nesse quadro.

E eu creio – posso estar enganado – que muitos casos registrados no Supremo decorrem do vácuo legal. E nós no Parlamento – é bom que façamos esta autocrítica – muitas vezes não legislamos. Nós pecamos. Aí fica a vacância, daí porque, muitas vezes, a última instância a que se recorre em casos de litígio é o Supremo Tribunal Federal.

Eu creio que o discurso de V. Exa. procede, é um discurso profundo e corajoso, sobretudo por esse tema específico da homofobia, mas nós temos que nos penitenciar, porque muitas vezes nós pecamos por omissão. Nós somos responsáveis. Nós tivemos, há 15 dias, exatamente, definida uma questão com relação à tramitação de medidas provisórias, que têm efeito de lei, após o prazo para



sua aprovação nesta Casa. Então, eu creio que é preciso que nós também analisemos e façamos uma autocrítica da nossa atuação, da atuação do Congresso Nacional, tanto na Casa Baixa como aqui na Casa Alta. Enfim, eu me solidarizo com V. Exa. com relação ao mérito do discurso de V. Exa., em relação ao caso trazido aqui. Eu me solidarizo com V. Exa. e comungo dos mesmos ideais de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado. Agradeço a V. Exa., nobre Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Marcos Rogério, antes de V. Exa. concluir, eu só quero registrar aqui a presença dos nossos alunos e do professor do Centro Educacional nº 6, da Ceilândia. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e cumprimento nossos visitantes, visitantes do Senado Federal.

Senador Girão, agradeço a V. Exa. pelo aparte que faz e...

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... peço que seja incorporado ao pronunciamento que faço na tarde de hoje.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nobre Senador Girão, ouço V. Exa. com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Para apartear.) – Eu gostaria, rapidamente, de fazer um aparte.

Eu estou aqui, nesta Casa, há mais ou menos quatro meses. Eu já admirava V. Exa. desde a Câmara dos Deputados. Como ativista, muitas vezes, eu fui falar com V. Exa. sobre causas sobre as quais o Supremo Tribunal Federal teima em legislar. Eu acho que isso já fica, Presidente Izalci, Senador Elmano Férrer, até repetitivo, chato. Inclusive, a população brasileira foi para as ruas, e uma das suas pautas principais, na última vez em que o brasileiro foi para as ruas, foi a questão da CPI da Lava Toga. E esse é um dos motivos que vão deixando o povo brasileiro legitimamente chateado por essas invasões de competência. O que nós estamos fazendo aqui?

Aborto, que é debatido nesta Casa – eu já participei de debates de alto nível nesta Casa, tanto na Câmara dos Deputados como aqui, no Senado, de audiências públicas –, vai avançando, mas o Supremo recebe uma ADPF e dá sequência para liberar aborto.

Aí vem droga, maconha, que não é uma droga leve, que é uma droga pesada, que afasta a criança da escola – Senador Izalci, que é um apaixonado por educação, sabe disso. Evasão escolar, vicia, potencializa a esquizofrenia, tudo isso a maconha faz. Aí o Supremo Tribunal Federal inicia um julgamento para liberação do porte, com a gente debatendo o assunto aqui...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – ... e eles insistindo em julgar lá.

É algo que eu já disse aqui algumas vezes, Senador. E o senhor é um dos que, nesses quatro meses em que eu estou aqui, usa a palavra com muita eloquência, com muita... O senhor tem uma paixão, mas usa da ciência, das estatísticas. O senhor vai profundamente ao tema e é um



concededor, é um jurista. Eu lhe digo que nós aqui no Senado estamos olhando. Parabéns por essa iniciativa. Parabéns por essa iniciativa, porque é algo proativo esse decreto, para tentar sustar. Então, nós precisamos mostrar quem é que foi aqui eleito para representar os Estados, para defender os pensamentos da população. É este o nosso papel: legislar.

E nós estamos tentando isso aqui. O Supremo não deixa, o Supremo não deixa! O Supremo não respeita. É por isso que eu assinei a CPI da Lava Toga. Acredito que vai acontecer, mais cedo ou mais tarde. Acho que a verdade sempre vem à tona, e o brasileiro está querendo que a justiça realmente aconteça.

E já foi investigado – só para encerrar – o Senado, que tem que continuar sendo investigado, assim como a Câmara dos Deputados, o Poder Legislativo; o Poder Executivo, com dois *impeachments* de Presidentes, tem que continuar sendo investigado. Agora, o Supremo também precisa ser investigado, assim como os outros tribunais superiores. Ninguém está acima da lei. E esta é uma prerrogativa do Senado: fazer CPI do Poder Judiciário. E há muitos bons ministros, eu quero deixar isso claro. Há ministros cumpridores das suas tarefas, corretos, éticos, mas há denúncias lá robustas, com fatos determinados, que precisam de esclarecimento. Isso está parado. E esse assunto já chegou ao conhecimento, graças a Deus, da população brasileira.

Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Girão, e fico extremamente tocado com as palavras e o reconhecimento de V. Exa., que já acompanhava realmente os trabalhos deste Parlamento muito antes de aqui chegar, junto à Câmara dos Deputados, nas tratativas que tivemos nos temas ligados ao Plano Nacional de Educação, nos projetos em defesa da vida e em tantos outros. V. Exa. já se fazia presente ali. E, quando V. Exa. chegou a este Senado Federal, eu fiquei extremamente feliz, porque tinha a convicção de que estava chegando a esta Casa alguém talhado, pronto, combativo e...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... sem temor para enfrentar as causas que são causas da sociedade. V. Exa. acrescenta muito ao Senado Federal e à família brasileira, à defesa da vida, da família, dos valores fundamentais da nossa sociedade.

Sr. Presidente, concluo a minha fala apenas fazendo uma referência aqui para fechar o raciocínio na tarde de hoje.

Vejam que os atos e decisões do Poder Executivo têm um limite: a Constituição Federal. Os atos e as decisões do Poder Legislativo também têm um limite: a Constituição Federal. Pela mesma lógica, é claro, os atos e decisões do Poder Judiciário também têm um limite: a Constituição Federal. Por isso, é o nosso apelo veemente para que o Supremo não rasgue a Constituição, para que o Supremo não desfaça a Constituição. Nenhum Poder – nenhum Poder –, nem mesmo o Supremo, está acima da Constituição Federal.

Na verdade, Sr. Presidente, este projeto de decreto legislativo tem como missão, como objetivo sustar, afastar, banir os efeitos legislativos da decisão judicial. Só isso! No caso concreto, o Supremo, como há a previsão constitucional da inafastabilidade da jurisdição – se alguém a pediu, num caso concreto... Agora, o Supremo Tribunal Federal não pode, numa interpretação que extrapola os limites constitucionais, criar um tipo penal – não pode!

(Soa a campainha.)



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Este Parlamento não pode se manter inerte diante de visceral afronta ao Texto Constitucional. E é justamente nessa linha de defesa da Constituição Federal, de defesa das prerrogativas legítimas do Parlamento, que é a de legislar, que faço o pronunciamento no dia de hoje.

Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Exa. e dos meus colegas Senadores, eu encerro meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa. É um assunto que merece realmente um grande debate. Quem pode mais pode menos. Nós que podemos aqui sabatiná-los e indicá-los temos também a prerrogativa de fazer menos, de poder realmente fazer cumprir a Constituição. Então, parabéns a V. Exa.!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso. Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O próximo orador é o nosso querido Senador Elmano Férrer, grande representante do Podemos, do Piauí, terra boa – a maior comunidade do DF é do Piauí, de piauienses.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu venho a esta tribuna para analisar um fato que traz otimismo e esperança a todos os cidadãos brasileiros. Após anos de medo e insegurança, com a violência atingindo padrões inaceitáveis em nosso País, começamos a vislumbrar um quadro de melhora.

Acompanhamos, nos últimos tempos, recordes de homicídios serem quebrados no Brasil. Por várias vezes, superamos o alarmante número de mais de 60 mil assassinatos por ano em nosso Brasil. Segundo estudo, Sr. Presidente, publicado pela organização da sociedade civil mexicana Segurança, Justiça e Paz, em 2017, 17 cidades brasileiras estavam entre as 50 mais violentas do mundo – 17 cidades brasileiras estavam dentre as 50 cidades mais violentas do mundo. Esse é um dado inusitado para nossa história. Vivemos, Sr. Presidente, uma verdadeira guerra, uma guerra sem fronteiras e sem um inimigo declarado. E, assim, esse conflito despertou o medo no coração de todos os brasileiros.

Sr. Presidente, pela primeira vez em muito tempo, temos motivos para retomar a esperança em um futuro de paz no Brasil. Pela primeira vez, temos a esperança de ter um futuro de paz em nosso País.

Segundo o levantamento do Monitor da Violência, um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP (Universidade de São Paulo), o Brasil registrou uma queda de 23% no número de homicídios nos quatro primeiros meses deste ano de 2019. Esse é um fato que também nos chama atenção a todos. Isso quer dizer que o País teve 4,3 mil mortes violentas a menos em janeiro, fevereiro, março e abril deste ano em relação ao mesmo período de 2018. São números consequentemente animadores. Todos os Estados do País – todos – apresentaram redução no número de assassinatos no primeiro quadrimestre. Alguns deles, como o Ceará, registraram quedas superiores a 50% dessas estatísticas – o Estado do Ceará, que teve uma violência brutal no princípio deste ano, no começo do Governo Bolsonaro.

Ainda, Sr. Presidente, é cedo para comemorarmos. Devemos, entretanto, analisar esses números como resultado de mudança de postura do Governo Federal no combate à violência que assola o nosso País. Esses dados demonstram o bom trabalho iniciado pelo Ministro da Justiça e



Segurança Pública, Sergio Moro, e representa o primeiro passo no longo caminho do restabelecimento da paz e da confiança do povo brasileiro.

Importante também, Sr. Presidente, destacar o trabalho que vem sendo realizado pelo Gen. Guilherme Theophilo Gaspar de Oliveira, atual Secretário Nacional de Segurança Pública. O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem sido notabilizado por entregar a inteligência e a integração no combate à violência.

Sras. e Srs. Senadores, também merece destaque a criação da Secretaria de Operações Integradas. Essa secretaria coordena ações conjuntas entre a Polícia Federal, as polícias estaduais e distritais, bem como entre as polícias com outros órgãos, como, por exemplo, as Forças Armadas, o Departamento Penitenciário Federal e a Receita Federal – aqui eu me refiro à inteligência da Receita Federal.

Ainda neste início de ano, a convocação de novos policiais federais, a ampliação das operações integradas entre as Polícias Federal e Rodoviária Federal e as ações de combate ao narcotráfico nas fronteiras foram responsáveis por enormes apreensões de drogas e pelo desbaratamento de grupos criminosos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como dissemos anteriormente, essas ações foram apenas o primeiro passo. O segundo passo será dado quando aprovarmos aqui – aliás, está lá na outra Casa, na Câmara – o pacote anticrime, que tramita lá na Câmara dos Deputados, como disse anteriormente, que é, sem dúvida, a medida mais importante que precisa ser tomada no combate à criminalidade, à impunidade e à corrupção. Assim, Sr. Presidente, o pacote anticrime traz providências efetivas e eficazes contra o crime organizado e, por isso, conta com o maciço apoio popular. Essas medidas do pacote anticrime contam com o inequívoco apoio da população.

Uma dessas providências, Sr. Presidente, é a ampliação do Banco Nacional de Perfil Genéticos, tema que foi objeto de projeto de lei de minha autoria, ou seja, o PLS 179, de 2018, em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa. Tal medida, Sr. Presidente, busca facilitar a identificação de criminosos e a resolução de crimes em que há vestígios biológicos, como os crimes sexuais.

Outros pontos importantes do pacote anticrime são a normatização da prisão de condenados em segunda instância, medida que busca refrear a impunidade, que virou regra no Brasil, bem como o endurecimento do combate às organizações criminosas, aos crimes violentos e à grande corrupção.

Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente, tenho a segurança pública como uma das minhas prioridades como Senador da República.

O nosso povo sofrido, há anos atormentado por uma violência atroz, começa a ter razões para acreditar que o Estado brasileiro é capaz de lhe proporcionar a segurança e a proteção devidas. Temos que ouvir, Sr. Presidente, o recado das ruas.

E, aliás, para mim, Sr. Presidente, os grandes recados da população se deram em 2013, quando a população brasileira, nas grandes cidades, sobretudo, Sr. Presidente, acorreu às ruas, às avenidas deste País. Muitas vezes, a gente via velhinhos de bengala ou em cadeira de rodas, mulheres com criança nos braços, mulheres que estavam ainda com uma criança no seu ventre, com mais de oito meses, muitos jovens numa das passeatas mais limpas da vida deste País, que foi ali em junho de 2013, quando a população, indignada, desesperada, foi às ruas manifestar sua insatisfação com o Estado que nós temos. Aquela população aqui esteve no Congresso Nacional, também esteve na Suprema Corte, no Supremo Tribunal Federal, e esteve no Poder Executivo, no



Planalto, manifestando o seu desânimo e desesperança com relação ao Estado brasileiro. E essa população ficou hibernada, ficou contida de 2013 até o ano próximo passado, quando se manifestou naquelas eleições, renovando. De 54 Senadores, somente 8, Sr. Presidente, voltaram para esta Casa. E, na Câmara dos Deputados, mais da metade foi renovada. Então, aquela era uma opção coletiva. Foi um momento de insatisfação e desesperança.

E vejam que, naquela época, naquele momento, o grande sociólogo espanhol Manuel Castells, que escreveu o livro *Redes de Indignação e Esperança*, fez o posfácio daquela obra sobre o que viu, o que presenciou, como sociólogo, naquelas manifestações havidas no Brasil, a desesperança, a desilusão, como ele escreveu um livro quando os espanhóis foram às ruas, numa manifestação de desesperança e decepção com o Estado. Daí a crise vivida pelo nosso Estado brasileiro.

Sr. Presidente, segundo pesquisa da USP, a principal pauta das manifestações populares de maio já deste ano foi o apoio às reformas de que o Brasil precisa. Dentre as quais, o pacote anticrime é notadamente a mais popular e cobrada com urgência.

Eu colocaria aqui também, Sr. Presidente, a questão do desemprego. Nós estamos, realmente, com 13 milhões de desempregados em nosso País e com mais de 30 milhões de subempregados, ou seja, em empregos precários. Daí a premência do povo brasileiro com relação à retomada do processo de desenvolvimento do nosso País. Há urgência nesse processo, sob pena de termos uma revolução aqui dentro.

Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil precisa de uma série de medidas que o recoloque nos trilhos da prosperidade e do crescimento, e, para isso, é preciso o restabelecimento da segurança da nossa população.

Precisamos, por fim, Sr. Presidente, ter responsabilidade e espírito público, aprovando o pacote de medidas anticrime e anticorrupção para trazer de volta a confiança perdida pelo nosso povo.

Sr. Presidente, esse era o nosso pronunciamento. Entretanto, por dever de justiça, eu quero manifestar – repito, por uma questão de justiça – a minha solidariedade ao Ministro Sergio Moro, da Pasta da Justiça e Segurança Pública.

Por sinal, eu trago aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o que o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso, diz: "Há uma campanha para desacreditar a Operação Lava Jato". Essa é uma manifestação do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, e isso nos preocupa, Sr. Presidente.

Eu tenho mais de 70 anos e testemunhei, durante toda a minha vida, quantas e quantas vezes, na pequena cidade onde nasci e cresci, no interior do Ceará, Lavras da Mangabeira, o pobre e o negro serem presos. Muitas vezes, a gente chorava quando sabia o motivo e a causa, ou seja, a pobreza e a fome. E, nos dias de hoje, desde 2014 para cá, Sr. Presidente, passei a ver, com os meus próprios olhos, os poderosos, não só do ponto de vista econômico e financeiro, mas do ponto de vista político partidário, serem presos em nosso País.

No meu entendimento, Sr. Presidente, não se trata tão somente de uma operação. No meu modo de ver e entender, trata-se de uma grande revolução, por mais contraditório que seja o termo revolução em um Estado democrático de direito. É uma revolução fruto do idealismo, do patriotismo de delegados da Polícia Federal, do pessoal da inteligência da Receita Federal, dos corajosos homens do Ministério Público e, por fim, da própria magistratura Federal brasileira.



Então, quando digo que trago aqui a minha solidariedade ao Ministro Sergio Moro, exatamente decorre desse fato, fato inusitado, histórico, o primeiro que testemunhei na minha vida dessa revolução silenciosa. Nós, brasileiros, sobretudo nós, Parlamentares, temos que ter a humildade, temos que nos colocar acima das questões político-partidárias e ideológicas, colocando, acima de tudo, o interesse nacional, o interesse de mais de 200 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, é triste a gente ver e testemunhar o que estamos testemunhando agora, através dos *hackers* em todas as áreas. Algo tem que ser feito no Brasil. Algo tem que ser feito no Brasil e no mundo para conter essa invasão impiedosa na privacidade de todos os habitantes, sobretudo no nosso continente. Algo tem que ser feito, principalmente por nós, que fazemos e formamos o Poder Legislativo, no sentido de buscar uma saída, através de uma legislação, sobretudo à luz da nossa Constituição, da nossa Lei Maior, para determos essa grande invasão que pode comprometer o próprio destino e a integridade das nações e dos Estados nacionais.

Então, nessas rápidas considerações, quero aqui render a minha homenagem àqueles que fazem essa Operação Lava Jato, a que chamo de grande revolução, que vai nos tirar das garras enraizadas da corrupção em nosso País, da violência.

É inaceitável, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, termos mais de sessenta e tantos mil crimes, de homicídios, neste País...

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – ... se nós somarmos com mais de 42 mil pessoas que morrem por acidente no trânsito, são mais de cem mil pessoas que morrem, a cada ano, em nosso País. Não é possível.

Temos que reinventar o Estado brasileiro. Digo: reinventar o Estado brasileiro, refundá-lo. Aí, em decorrência da crise do Estado, fazermos um novo pacto federativo, no sentido de assegurar uma nova ordem político-administrativa para o nosso País.

Com essas palavras, Sr. Presidente, eu encerro...

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Elmano Férrer...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Deixe-me só, antes de V. Exa. fazer o aparte, registrar aqui a presença dos alunos do Colégio Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira, de Doverlândia, Goiás.

Sejam bem-vindos à nossa Casa!

Senador Girão!

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. Para apartear.) – Presidente Izalci, Senador Elmano Férrer, meu conterrâneo, pois nascemos no Ceará, na Terra da Luz. Foi o primeiro lugar, Senador Mecias, a libertar os escravos no Brasil, antes da Lei Áurea; por isso que é considerada Terra da Luz.

O Senador Elmano foi eleito pelo povo do Piauí como Senador da República, um guerreiro, um povo que é muito próximo do Ceará não apenas por estar ali vizinho, mas por ter uma identidade cultural muito grande com o cearense. Eu quero parabenizá-lo, Senador Elmano Férrer, pela sua lucidez, pela sua coragem e ousadia e por, num momento turbulento como o que a gente vive, de ataques à Operação Lava Jato, o senhor se posicionar a favor da Operação Lava Jato.

E eu quero lhe dizer que eu tenho a mesma posição de V. Exa.: acredito que a Operação Lava Jato é um verdadeiro patrimônio do povo brasileiro. A população está voltando a acreditar na Justiça, no Brasil. O Ministro Sergio Moro, o Procurador Deltan Dallagnol também são



brasileiros patriotas que, no meu modo de entender, fizeram e estão fazendo um grande trabalho para a Nação. Quantos bilhões foram recuperados – e de dinheiro do povo brasileiro, desviado por empresários, por políticos corruptos – e a operação trouxe de volta para o Brasil desse esquema do petrolão? Não é o primeiro esquema que a gente tem: já tivemos o mensalão, tantos outros, mas no petrolão o dinheiro começou...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – ... a voltar para o Brasil.

E há muito mais ainda para acontecer nessa operação. Nós precisamos é fortalecer a Operação Lava Jato, que é uma operação que transcende questões político-partidárias, é uma operação que tem muito ainda a fazer justiça, a prender mais pessoas que tiveram uma conduta criminosa, e que precisa sequenciar.

Parabéns a V. Exa.

Neste momento, eu quero também colocar, Presidente Izalci, a minha preocupação com uma possível votação que haja amanhã, aqui nesta Casa, com relação ao projeto de abuso de autoridade. Não é o momento para se fazer isso. É um assunto que precisa ser debatido? Precisa. Tem distorções? Tem. Mas me parece um casuísmo se isso acontecer agora, em meio a esses vazamentos criminosos que aconteceram, que têm o objetivo, como o Ministro Carlos Velloso colocou – e eu concordo com ele –, de depreciar a Operação Lava Jato, de enfraquecer a Operação Lava Jato. E, se for pautado isso assim de supetão, é muito perigoso, porque é um assunto que precisa de muita profundidade, de muita reflexão. É um assunto importante que nós precisamos avaliar junto com as dez medidas de corrupção, mas não assim de forma afobada.

Então, eu peço muita serenidade e muita tranquilidade, porque o povo brasileiro está acreditando novamente nesta Casa, e a gente não pode perder essa oportunidade de fazer um bom trabalho, para que a população se orgulhe do Senado Federal.

Muito obrigado.

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – Agradeço a intervenção, o aparte de V. Exa., e peço que o inclua no meu pronunciamento. Peço à Secretaria desta Casa que acrescente as palavras de V. Exa.

Então, Sr. Presidente, com essas rápidas e ligeiras considerações, eu agradeço a atenção que V. Exa. teve no tempo de nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa. também, Senador Elmano Férrer, pelo seu pronunciamento.

Eu só quero, Senador Girão, corrigir uma questão que V. Exa. colocou. É que esse projeto já está pautado há praticamente... Já era para ter entrado na pauta há quase 30 dias. Só para esclarecer, não sei nem se vai ser votado amanhã, mas, se constar da pauta de amanhã, foi coincidência, porque essa matéria já, por diversas vezes, era para ter sido colocada na pauta para votação. Vamos aguardar amanhã e verificar na reunião de Líderes, de que V. Exa. participará. Acho também que pode, à luz do momento, soar como casuista e oportunista. Mas, só para ressaltar, se o Presidente Davi colocar, eu quero justificar que essa matéria já era para ter sido votada há algum tempo.



O nosso último inscrito é o Senador Mecias de Jesus, nosso grande representante de Roraima, do PRB.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para discursar.) – Presidente, querido amigo, Senador Izalci, Sras. e Srs. Senadores, eu venho a esta tribuna mais uma vez para clamar por socorro pelo povo do Estado de Roraima. Não é a primeira vez que ocupo a tribuna desta Casa para falar desse tema e, pelo que parece, também não será a última vez. Mas venho trazer alguns dados, Sr. Presidente, que são necessários para que o Governo Federal, através do Ministro Sergio Moro, Ministro da Justiça, do Ministro da Defesa, das Forças Armadas brasileiras, possa tomar providências urgentes com relação aos casos que passarei a relatar neste momento, meu caro Senador Eduardo Girão.

Nesse domingo, 16, o empresário José Antônio Coelho Brito, o Simbaíba, foi assassinado aos 69 anos de idade, numa oficina mecânica de sua propriedade, num dos bairros de Boa Vista. Ele foi surpreendido por dois assaltantes em seu negócio e perdeu a sua vida. Os dois assaltantes, os meliantes, são venezuelanos.

Em maio deste ano, no Município de Alto Alegre, mais precisamente na Vila Paredão, o Chicão e a Toinha perderam a sua vida com requintes de crueldade. Foram mortos a facadas também por venezuelanos. É mais um número que vai se somar à deprimente estatística de crimes praticados por venezuelanos na capital roraimense e também em todo o Estado de Roraima.

Os números não param de crescer, Presidente Izalci. Agentes da Delegacia Geral de Homicídios prenderam dois suspeitos desse caso do Simbaíba. A população do meu Estado de Roraima, Sras. e Srs. Senadores, está aterrorizada com a situação de calamidade pública que Roraima está vivendo. Além do verdadeiro flagelo no campo da saúde, temos o desespero com a segurança pública em Roraima. Se formos analisar documentos elaborados pelos órgãos responsáveis pela segurança pública de Roraima, veremos que, desde 2017, os crimes praticados por refugiados venezuelanos vêm se multiplicando em progressão geométrica.

Venho aqui renovar o meu apelo ao Governo Federal, ao Presidente Jair Bolsonaro, ao Sr. Ministro da Justiça, Sergio Moro, bem como ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, para que intervenham na saúde e na segurança pública do Estado de Roraima. Que o Presidente Jair Bolsonaro lance os olhos sobre a situação de descalabro, de desorganização generalizada que estamos atravessando a fim de tomar providências exigidas e indispensáveis antes que aconteça uma ruína total para os brasileiros que residem no Estado de Roraima.

Roraima pede socorro! E eu, como representante daquele povo, estou aqui ocupando mais uma vez a tribuna do Senado da República para pedir socorro em nome do povo de Roraima. Os crimes cometidos por venezuelanos em nosso Estado passam as barreiras daquilo que poderia ser suportável.

O Ministro da Justiça e o Presidente da República podem designar urgentemente homens da Polícia Federal, da Força Nacional e das Forças Armadas para ocuparem as ruas, para ocuparem os bairros e Municípios de Roraima para atender a população de Roraima que se encontra em polvorosa. Não devemos nem podemos continuar sendo submetidos a esse pavoroso cenário que o País vizinho, a Venezuela, submete o povo brasileiro, mas, em especial, submete o povo de Roraima a uma situação de desespero. É preciso que se dê um basta a essa situação para que a desesperança não lance raízes nem se estabeleça no seio da população pacífica e ordeira de Roraima, que é, acima de tudo, cumpridora dos seus deveres e de suas obrigações.



Por isso, Presidente Izalci, Sras. e Srs. Senadores, meu caro Senador guerreiro do Estado do Ceará, Senador Girão, o povo de Roraima pede socorro. O povo de Roraima pede socorro, porque nos falta terra, falta-nos segurança, falta-nos saúde pública e nos faltam condições para vivermos com dignidade como vivem os demais Estados brasileiros.

Por isso, mais uma vez, ocupo a tribuna desta Casa para, em nome de Roraima, dizer: Roraima precisa urgentemente ser vista pelo Brasil como o Estado brasileiro que nós somos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Mecias de Jesus, por favor.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Senador Girão, concedo a V. Exa. um aparte.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. Para apartear.) – Um aparte, por favor.

Realmente, eu sou testemunha de que V. Exa., pelo menos mais de duas vezes, subiu a esta tribuna para fazer esta sua defesa sempre contundente, sempre com um apelo.

O senhor vem buscando apoio de ministérios, tentando fazer a sua parte na situação dramática em que vive o seu Estado, que tive a oportunidade de conhecer em 2011, quando tive a oportunidade de levar um filme sobre Chico Xavier ao seu Estado e conhecer Boa Vista.

Tenho alguns amigos que estiveram agora na sua terra e me relataram situações semelhantes do desespero dos imigrantes, do povo da Venezuela, que, é bom que se diga, é um povo, em sua maioria, fraterno, um povo amigo, um povo irmão, que está desesperado com a ditadura terrível que está enfrentando lá. Uma ditadura em que as mínimas situações... Por exemplo, havia um repórter lá – eu tive a possibilidade de ver 15 dias atrás – fazendo matérias, em Caracas, que teve apreendidas suas câmeras, seus microfones, para não mostrar a realidade do que estava acontecendo lá. Depois, conseguiram salvar uma parte. Eu vi daqui, na televisão brasileira, os venezuelanos, Presidente Izalci, catando comida no lixo, famílias e famílias inteiras catando comida no lixo para sobreviver. Esta é a realidade hoje do país: em massa, fugindo. Eu tenho notícia de magistrados – magistrados, juízes! – que foram ameaçados por causa de sentenças que estavam fazendo de acordo com a sua consciência e, como estavam prejudicando interesses do Governo, da ditadura, fugiram com a roupa do corpo. Pegaram os filhos, a esposa, e vieram para o Brasil; e hoje estão lá vendendo bala no subúrbio de Boa Vista para sobreviver. É uma situação desesperadora, é uma questão humanitária.

Nós, no Brasil, temos obrigação, porque são irmãos, filhos do mesmo Deus, apenas nasceram no país diferente e estão vivendo essa tragédia que o Brasil poderia estar passando hoje – poderia estar passando por isso hoje! – e poderá passar amanhã, pois ninguém sabe. Por isso, precisamos estar muito atentos, gostando de política, com serenidade, e questionando os políticos.

Mas eu queria lhe fazer um apelo. V. Exa. até ficou de já articular um grupo para irmos a Roraima, num final de semana desses, com um grupo de Senadores, para vermos *in loco* o que está acontecendo e tentarmos, de alguma forma, sensibilizar o Governo brasileiro para dar todo o apoio necessário na área de saúde, na área de moradia e na interiorização desses imigrantes, para que sejam recebidos no meu Ceará, para que sejam recebidos aqui em Brasília, para que sejam recebidos em outros Estados brasileiros. Repito, são irmãos que estão vivendo um dilema terrível, porque está sendo negado tudo a eles no país pela ditadura, pelo egoísmo de uns em detrimento da coletividade.



Então, é muito meritório o que V. Exa. colocou. É mais um pedido de socorro. E nós nos colocamos à disposição – eu já me coloco à disposição para ir também – para que o Brasil possa acolher esses irmãos venezuelanos e para que o povo de Roraima tenha todo o apoio, porque o povo de Roraima é fraterno – eu senti isso quando estive lá – é acolhedor, mas está com medo, não está conseguindo dar conta.

As estruturas governamentais que foram para lá para ajudar Roraima não estão conseguindo dar conta em conceitos básicos, em princípios básicos, em estrutura mínima, em hospitais, para a alimentação, para a questão das moradias. Então, acho que precisamos de um plano de emergência urgente, porque a tendência, infelizmente, são as pessoas continuarem saindo de lá, porque a situação está muito delicada.

Eu espero que, com serenidade, o povo da Venezuela se liberte. Que haja consciência humanitária! Que essa ditadura acabe naquele país e que esse povo se liberte desse grande mal, porque o povo da Venezuela já mostrou, em décadas passadas, o quanto é trabalhador, o quanto é vencedor. É isso! É um país rico também que está vivendo esse dilema. E nós temos, sim, repito, a obrigação de acolhê-lo aqui no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Senador Girão, eu acolho, com muito carinho, o aparte de V. Exa. e fico muito feliz pelo carinho com que V. Exa. sempre fala do meu Estado, o Estado de Roraima.

Realmente é um povo de coração enorme, que recebeu, Presidente Izalci, os venezuelanos com a maior atenção. No início, o povo roraimense oferecia a sua própria casa, oferecia comida, oferecia roupas, oferecia tudo. Só que chegou um momento que Roraima não suporta mais.

Segundo palavras do próprio General Pazuello, que é o Comandante da Operação Acolhida lá em Roraima, ele não sabe mais o que fazer. Ele disse que o Brasil não está mais recebendo os venezuelanos, não tem mais interesse de interiorizar os venezuelanos que chegam a Roraima, só que a Roraima chegam, no mínimo, 500 venezuelanos por dia. Desses 500 venezuelanos que chegam por dia, todos precisam de emprego, precisam de comida, precisam de tratamento de saúde. O pior de tudo isso é que, no mínimo, 20% desses 500 venezuelanos que entram por dia são meliantes e vão para Roraima para cometer crimes. Isso está assombrando o povo ordeiro do nosso Estado. É isso que está levando o nosso Estado a esse desespero, porque Roraima aceitou isso, aceitou os venezuelanos, só que há 6 mil venezuelanos nos abrigos que são cuidados pelos organismos internacionais e pelo Exército, pelas Forças Armadas. Nas ruas, há 60 mil, 80 mil venezuelanos, só que o Governo Federal, Presidente Izalci – eu vou repetir isto aqui –, mandou R\$223 milhões para cuidar dos 6 mil venezuelanos que estão nos abrigos.

E os que estão nas ruas? Como fica o povo de Roraima? E o Hospital Geral? Os postos de saúde? A maternidade? As ruas? Porque nós não temos polícia suficiente para cuidar das ruas. Não temos viaturas. Não temos combustível. Não temos armamentos suficientes. E é por isso que, mais uma vez, nós estamos vindo aqui fazer esse apelo ao Presidente da República, ao Ministro da Defesa, ao Ministro da Justiça, ao Congresso Nacional.

Estaremos oficializando amanhã eu, o Senador Telmário, o Senador Chico Rodrigues, Presidente Izalci, ao Presidente Davi Alcolumbre que designe uma comissão de Senadores para ir ao Estado de Roraima o mais rápido possível, fazermos um levantamento para que não seja só a voz dos Senadores de Roraima, mas que seja a voz dos Senadores do Brasil a apelar pela vida



daqueles que trabalham e que vivem em Roraima, sendo os vigilantes mais baratos que o Brasil tem, que são os brasileiros que moram no Estado de Roraima.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado, Presidente Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Parabéns a V. Exa.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 53 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 97^a SESSÃO

EXPEDIENTE

**Discurso e documento encaminhados à
publicação**



O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estimados convidados, Neste dia 20 de junho próximo, a Eletronorte completa 46 anos de criação, numa história que honra a todos nós brasileiros, uma trajetória digna de figurar entre as mais dignas iniciativas nacionalistas. Trata-se de um dos projetos que, mesmo havendo sido iniciados em um período conturbado da vida política nacional, tinha uma feição desenvolvimentista; ainda que gestado aos nove anos do início do regime de 1964, trazia no seu cerne a ideia do desenvolvimento sustentável da região Amazônica.

Certamente, ao homenagear, nestes dias de 2019, a Eletronorte, é celebrar a ideia de um país soberano, de uma nação que busca a integração de suas diversas regiões mediante a geração de riquezas. E que riqueza é maior, hoje, para os brasileiros do que suas riquezas naturais, seu meio ambiente, suas bacias hidrográficas, suas estatais? E a Eletronorte é tudo isso, concentrado.

A Eletronorte figura entre as empresas construídas com o sangue e o suor de milhares de brasileiros, com um capital advindo dos contribuintes, com o propósito de retirar os nortistas e os nordestinos das trevas do subdesenvolvimento; trazendo força e luz para as indústrias, o comércio, os serviços, o conforto dos lares. E – para desagrado daqueles que veem no Norte um peso para o País – a consciência de que a energia que lhes chega pode, sim, pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), provém das turbinas de hidrelétricas e das plantas das termelétricas situadas no Norte.

Na condição de maranhense, de Imperatriz, das margens do Rio Tocantins, sinto-me, desde que nasci, sob a boa influência da Eletronorte e de suas poderosas linhas de transmissão, indicando claramente que os bons ventos do desenvolvimento devem contemplar a todos os brasileiros.

As quatro hidrelétricas – Coaracy Nunes (AP), Samuel (RO), Curuá-Uma e Tucuruí (PA) – e mais os parques termelétricos em Rondônia, Acre, Roraima e Amapá respondem pela geração de 9.049,95 MW, uma energia que a Eletronorte transmite por meio de mais de onze mil quilômetros de linhas de transmissão; são 57 subestações a conduzir energia elétrica a todo o Brasil por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Só a energia produzida nessas usinas hidrelétricas permite a comercialização da potência instalada de 8.782 MW, no Sistema Interligado Nacional.

Tucuruí, a maior hidrelétrica 100% nacional, cuja construção foi iniciada em 1974, impactou de maneira permanente toda a região do Sul do Pará, do então Norte de Goiás e, claro, Sudoeste do Maranhão, com Imperatriz na condição de grande fornecedora de insumos para as obras, entreposto comercial, caminho ou moradia das milhares de famílias envolvidas na construção de Tucuruí. Os maranhenses, portanto, sempre estiveram presentes nessa história de busca da superação de entraves ao desenvolvimento sustentável.

As outras hidrelétricas, igualmente, permitiram a ocupação das regiões no entorno de onde foram construídas.

É importante saber que o compromisso dessa estatal tem permitido que, desde 2003, ela tenha obtido reconhecimentos como o do Prêmio Nacional da Qualidade, pioneiramente recebido entre as empresas do setor elétrico. Mas, isso não é tudo, pois sucessivas premiações, advindas do seu elevado grau de compromisso, permitiram que, por manter um padrão de excelência por três anos consecutivos, em 2016, a Eletrobrás Eletronorte se tomasse a primeira empresa a receber, da Fundação Nacional de Qualidade, o prêmio "Summa cum laude", que é uma espécie de prêmio Nobel desse setor.

Todos sabem o quanto as discussões a respeito da matriz energética são polêmicas; e o quanto a questão da sustentabilidade ambiental está sempre a demandar o cuidado e o zelo



daqueles que gerem um negócio tão grandioso quanto o da Eletronorte. Pois fico satisfeito em ser informado que – antenada com os novos tempos – a empresa também vem se comprometendo com fontes alternativas, como a exploração de energia solar em lagos, iniciada na Usina Hidrelétrica Balbina, no Amazonas: ao instalar a captação sobre flutuadores na lâmina d'água dos reservatórios, cria um modelo original, tanto para aproveitar as subestações, quanto para utilizar as linhas de transmissão das hidrelétricas; com isso, evita a necessidade de desapropriar terras ou, virtualmente, desalojar populações.

Para a Eletronorte, moinhos de vento não representam uma luta inglória, como o fora para o célebre Dom Quixote, de Cervantes. Para a empresa, a participação em empreendimentos eólicos é a certeza de continuar nesse caminho da geração de energia com sustentabilidade.

O que vejo é uma Eletronorte comprometida com o meio ambiente, por intermédio de programas como o da pesca em Tucuruí, onde são conservadas espécies de peixes e seus respectivos habitats; onde é feita a capacitação profissional para 3.500 pessoas; e onde mais de dez mil pescadores produzem seis mil toneladas de pescados por ano.

Além desse programa, que é da sustentabilidade ambiental e da população às margens do Lago de Tucuruí, há outros, como o da qualidade da água; o da redução dos efeitos adversos nos períodos de seca, com a abertura de canais de rios e igarapés; recuperação de áreas degradadas com a construção da barragem, o que já chegou a 90% da recomposição, com a flora adequada; um banco genético com 400 espécies de árvores coletadas na área inundada e no entorno: desse manancial, são produzidas sementes e mudas para programas de reflorestamento; em respeito à fauna do entorno das usinas, há um convênio firmado entre Eletronorte e o Museu Paraense Emílio Goeldi, com pesquisas para preservação de mamíferos, aves, répteis e anfíbios; programas de controle da proliferação de mosquitos; e programas de educação ambiental.

Em especial, quero destacar a dimensão de sustentabilidade administrativa e financeira da Eletronorte, uma informação que é de grande interesse, em tempos de desmonte do papel do Estado em sua condição indutor do crescimento, de empreendedor, de bom gestor.

De acordo com o relatório intitulado Demonstrações financeiras e relatório da administração 20181, a Eletronorte tem R\$ 28,816 bilhões de reais em ativos; na comparação com 2017, a Receita Bruta da Companhia, em 2018, apresentou aumento de R\$ 31,0 milhões, ou 4,4%, passando de R\$ 7,1 bilhões em 2017 para R\$ 7,4 bilhões em 2018; obteve receita operacional líquida de R\$ 6 bilhões, 151 milhões; apresenta também Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBTIDA) de R\$ 4 bilhões e 493 milhões; e um lucro de R\$ 3 bilhões 288 milhões.

No que diz respeito à otimização dos recursos – com todos esses resultados positivos, houve a redução de 15% do número de pessoas; e redução de 5% com o custo de pessoal; e também redução de 17% no custo com materiais, serviços e outros.

Todas essas informações são essenciais para avaliações que, nós, Senadores, estaremos fazendo diante, por exemplo, das ameaças de entrega do patrimônio público que esse governo vem fazendo; e já o fez com a Embraer, entregue à Boeing; e ameaça fazer com a Eletrobrás, da qual faz parte a Eletronorte.

É preciso que nos recordemos que, a exemplo da expressão cunhada pelo célebre economista norte-americano Milton Friedman (1912-2006), não há almoço de graça. E não há energia elétrica de graça; e não se montam patrimônios públicos do dia para a noite. A que custo para o País será a entrega desse patrimônio estatal? De que maneira setores militares – que dão sustentação ao



atual ocupante do Planalto – apoiam a entrega de um patrimônio público que, outrora, mesmo sem ser no regime democrático, presidentes militares auxiliaram a construir?

Tem sido uma característica marcante dos ocupantes da gestão atual do governo federal esquecerem-se da História; quererem apagar a História; reescrever a História. O que não podem é apagar nossa memória. E todos sabem o quanto tem sido longa a peleja, no Brasil, para a autonomia no campo da geração de energia, seja o precioso óleo negro, seja a invisível carga elétrica.

O fundador de nosso partido, Leonel Brizola, nacionalista convicto, esteve entre os pioneiros dessa defesa, a exemplo da campanha O petróleo é nosso, que resultou, entre outros grandes benefícios, na edificação de uma das maiores empresas do mundo, a Petrobras.

E o sistema elétrico? Qual é a memória? Poucos se recordam de que a primeira empresa do setor, a atuar no Brasil, a famosa São Paulo Trainway, Light and Power Company, foi criada em 1899, no Canadá; na sequência, em 1907, viria a Light do Rio de Janeiro. Muitas décadas se passaram até que, na década de 1960, a transmissão e geração de energia elétrica no Brasil passou para o controle estatal. Mas, por que o setor privado não continuou a explorar esse precioso filão?

Para compreender, é preciso saber que, então, eram necessários investimentos maciços. Desde sua criação, em 1962, a Eletrobrás se transformou em uma potência econômica: é um conglomerado de empresas a serviço do verdadeiro desenvolvimento no Brasil! E essa riqueza não teria sido gerada pelos chamados interesses de mercado, que visam ao retomo imediato e maximizado do lucro aos acionistas.

Hoje, a Eletrobrás é a maior companhia do setor elétrico da América Latina, uma empresa de capital aberto, que tem como acionista majoritário o governo federal. Controla sete subsidiárias, que operam nas três fases do negócio; mantém um centro de pesquisas e uma empresa de participações; detém participação indireta 172 Sociedades de Propósito Específico (SPE); detém participação minoritária em 29 sociedades comerciais; e conta com metade do capital da Itaipu Binacional.

Da Eletrobrás faz parte a Eletronorte, essa potência que estamos hoje a homenagear. E esperamos continuar a fazê-lo pelos próximos 46 anos; e além.

Muito obrigado.



Eletronorte no Maranhão

A Eletrobras Eletronorte atende a 99% da demanda de energia elétrica do Maranhão. A energia consumida no estado é fornecida principalmente pela Usina Hidrelétrica Tucuruí (PA). Outras fontes de suprimento são as usinas do sistema Chesf no Nordeste e as usinas da Região Sudeste e do Médio Tocantins.

Em 1983, quando chegou ao Maranhão, a Eletrobras Eletronorte incorporou o sistema elétrico do Estado, então com cinco subestações e uma usina térmica.

Em pouco tempo, mas com muito trabalho e dedicação, fez importantes avanços e atualmente já contabiliza o saldo de 12 subestações e abastece o Estado com energia elétrica comercializada no Sistema Interligado Nacional (SIN).

No Maranhão, a Eletronorte é representada pela unidade regional de Operação. Sua força de trabalho, formada por profissionais das mais diversas áreas de conhecimento, é composta de pessoas que se preocupam em contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população.

As conquistas feitas pela Eletronorte no Maranhão são fruto de um trabalho criterioso e reconhecido tanto pela satisfação dos clientes e consumidores quanto pelas diversas premiações recebidas ao longo dos anos. Toda a excelência empresarial da Eletronorte vem, ainda, da prática constante dos valores do seu credo, ou seja, foco em resultados, ética e transparência, valorização e comprometimento das pessoas, empreendedorismo e inovação e sustentabilidade.



Perfil e Estrutura da Eletronorte

A Eletronorte gera e fornece energia elétrica aos nove estados da Amazônia Legal

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, sociedade anônima de economia mista e subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica. Criada em 20 de junho de 1973, com sede no Distrito Federal, gera e fornece energia elétrica aos nove estados da Amazônia Legal – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Por meio do Sistema Interligado Nacional – SIN, também fornece energia a compradores das demais regiões do País.

Dos 25.478.352 milhões de habitantes que vivem na Região Amazônica, segundo Censo 2010 do IBGE, mais de 15 milhões se beneficiam da energia elétrica gerada pela Eletrobras Eletronorte em suas quatro hidrelétricas – Tucuruí (PA), a maior usina genuinamente brasileira e a quarta do mundo, Coaracy Nunes (AP), Samuel (RO) e Curuá-Una (PA) – e em parques termelétricos. A potência total instalada é de 9.052,50 megawatts e os sistemas de transmissão contam com mais de 11.807,32 quilômetros de linhas.



A Dimensão Social

Contando com um quadro próprio de 3.335 empregados (2016), a Eletrobras Eletronorte recebe também a A Eletronorte desenvolve ações que promovem a inserção social das comunidades amazônicas colaboração de prestadores de serviços e estagiários. A valorização de sua força de trabalho é contínua e se dá por meio do estímulo à criatividade, iniciativa, produtividade e alinhamento com os objetivos empresariais, a eqüidade e a segurança.

A Empresa também está comprometida com as populações da área onde atua, fomentando e desenvolvendo ações que promovam a inserção social das comunidades amazônicas. É fonte inesgotável de conhecimentos sobre a floresta, os rios e os povos, trabalhando os estudos científicos, a



educação e a cultura local em sintonia com as políticas públicas do Governo Federal, do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras.

Em 2007, o Prêmio Nacional de Gestão Pública - PQGF foi concedido novamente à Regional de Transmissão de Mato Grosso e à Superintendência de Engenharia de Operação e Manutenção da Transmissão, que levaram a faixa prata. Outras unidades contempladas com a faixa bronze do Prêmio: Regional de Transmissão do Maranhão, Regional de Produção e Comercialização de Rondônia e Regional de Transmissão do Tocantins.

A Dimensão Ambiental

As ações ambientais abrangem todas as etapas de desenvolvimento dos empreendimentos da Eletronorte

A Eletrobras Eletronorte investe cada vez mais em ações que, obedecendo ao conceito de desenvolvimento sustentável, garantam às gerações futuras o atendimento pleno de suas necessidades. Exemplo dessa dedicação à preservação da natureza é a Usina Hidrelétrica Tucuruí, no Pará, onde diversos programas ambientais estão sendo conduzidos: pesca e ictiofauna; limnologia (estudo da água doce) e qualidade da água; saúde; recuperação de áreas degradadas; revitalização do banco de germoplasma; educação ambiental; mitigação dos efeitos da utilização das águas; fiscalização dos recursos naturais; compensação ambiental; implantação das unidades complementares do Centro de Proteção Ambiental; fauna; estudos socioambientais de jusante; reorientação das ações socioinstitucionais junto aos municípios de montante; planos diretores dos municípios de montante; e o Programa Social para os Expropriados – Proset.



As ações ambientais abrangem todas as etapas de desenvolvimento dos empreendimentos da Eletrobras Eletronorte, que vão dos inventários hidrelétricos, passam pelos estudos de viabilidade e construção e prosseguem durante a operação das usinas.



Especial atenção é dada às comunidades indígenas atingidas por linhas de transmissão e pelas Usinas Hidrelétricas Balbina e Tucuruí. São exemplos os programas de apoio às comunidades indígenas Waimiri Atroari (Amazonas), Parakanã (Pará) e aos povos Macuxi, Taurepang e Wapichana, da comunidade São Marcos, em Roraima.

Pesquisa e Desenvolvimento

Programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico favorecem o desenvolvimento regional

A área de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D) é tratada na Eletrobras Eletronorte como instrumento de quebra de paradigma e mudança cultural, envolvendo cada vez mais profissionais no processo de gestão de tecnologia e inovação. Três programas corporativos formam os pilares desse processo: Programa Eletronorte de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico-PEPD, Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual-Pepi e Programa Eletronorte de Eficiência Energética-PEEE.

Além de permitirem o alcance dos objetivos específicos, esses programas possibilitam a integração com a comunidade científica, principalmente de instituições localizadas na Região Norte do País, favorecendo o desenvolvimento regional e promovendo a manutenção e atração de cérebros para os estudos amazônicos.

Reconhecimento e CertificaçõesAs unidades regionais de Produção e Comercialização do Amapá, Tocantins, Rondônia e Acre receberam o Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho

A excelência empresarial da Eletrobras Eletronorte é comprovada por eficientes técnicas de gestão, certificações de qualidade e capacidade de manter bons índices de confiabilidade de seus sistemas elétricos. Em 2006 todos os 30 processos certificados nos Centros de Operação de Belém, São Luís, Tocantins, Cuiabá, Brasília, Porto Velho e Macapá, que abrangem pré-operação, tempo real e pós-operação dos sistemas elétricos interligados e isolados, tiveram seus certificados ISO 9001 renovados para o período 2007/2010.



O Centro de Operação de Roraima também passou por auditoria da BVQI e conquistou sua primeira certificação ISO 9001. Na Sede da Empresa, 25 processos englobando gestão de contratos da transmissão, redes de telecomunicações, desenvolvimento e capacitação de pessoas, projetos de linhas de transmissão, medição e comercialização de energia e gestão pré-operacional de novos empreendimentos de transmissão também tiveram seus certificados ISO 9001 renovados até 2010.

Em 2007, mais 118 processos receberam a certificação ISO 9001, válida até 2010, nas áreas de aquisição e financeira das regionais da Eletronorte em Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Cuiabá, Macapá, Miracema (TO), Tucuruí, Belém e São Luís.

A efetividade das ações de P&D da Eletrobras Eletronorte é reconhecida em prêmios e menções como: Prêmio Finep de Inovação Tecnológica, vencedor da etapa Região Norte e finalista do Brasil - Projeto de P&D - Regenerador Ótico Passivo; a experiência premiada no 11º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal – Enap, com o trabalho A Gestão da Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação na Eletronorte; e o Prêmio Procel de Eficiência Energética – Grandes Empresas Geradoras. As unidades regionais de Produção e Comercialização do Amapá, Tocantins, Rondônia e Acre receberam o Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho – PSQT, na categoria Grande Empresa.



Voltados à educação, destacam-se os projetos Escola Aberta, Escola de Fábrica e Jovem Aprendiz, bem como outros programas destinados à população negra e quilombola da Amazônia. Na área de meio ambiente, o Programa de Piscicultura em Tanques-Rede é desenvolvido com êxito.

Em relação à eficiência energética, por meio de convênio firmado com a Eletrobras, a Eletrobras Eletronorte participa ativamente do Procel Educacional em mais de 1.000 escolas de sete estados, envolvendo 41 municípios, 6.500 professores e aproximadamente 600 mil alunos da rede pública de ensino, estadual e municipal.

Arquitetura dos Negócios Os projetos que traçam os rumos futuros da Empresa são apenas parte das muitas realizações alcançadas em 34 anos

A Eletrobras Eletronorte é administrada por um Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva composta pelo Diretor-



Presidente e pelos Diretores de Gestão Corporativa, Econômico-Financeiro, Planejamento e Engenharia, e Produção e Comercialização.

A Empresa possui participações nas sociedades de propósito específico Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. – Aete, Integração Transmissora de Energia S.A. – Intesa, Amapari, Brasnorte, Manaus Transmissora, Consórcio Integração Norte Brasil e Energética Águas da Pedra S.A.

O processo de planejamento estratégico da Eletrobras Eletronorte evolui continuamente para acompanhar as constantes mudanças que ocorrem na legislação e na estrutura do Setor Elétrico brasileiro, e atender os desafios de um mercado cada vez mais competitivo.

O crescimento empresarial tem sido um dos focos prioritários da Eletrobras Eletronorte. Embora a legislação em vigor permita a sua participação em negócios de geração e transmissão em qualquer região do Brasil, a Empresa mantém seu compromisso histórico com a Amazônia, onde sua atuação é sinônimo de competência técnica, profundo respeito ao meio ambiente e preocupação permanente com o bem-estar da população local.



O Futuro

O esforço da Eletrobras Eletronorte tem sido a busca da sustentabilidade em harmonia com o fomento ao desenvolvimento do Brasil. Para isso, procura fazer a verdadeira revolução de modernidade administrativa, perseguindo a excelência na prestação de seus serviços.

Empresa ética e socialmente responsável, a Eletrobras Eletronorte age de forma a também atender as comunidades da região onde atua. O trabalho que faz com o homem que habita a Região Amazônica demonstra a dimensão social de suas ações para a vida de milhões de brasileiros, proporcionando-lhes assistência em diversos campos e atuando positivamente no seu dia-a-dia.

Os projetos que traçam os rumos futuros da Empresa são apenas parte das muitas realizações alcançadas em 38 anos. Todas as conquistas resultam do compromisso em oferecer serviços de qualidade que agreguem valor e ampliem a competitividade e sustentabilidade empresarial, e do empenho



altamente profissional dos seus empregados, consequência do estímulo, reconhecimento, motivação e valorização do potencial humano da Empresa.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 98^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Discursos encaminhados à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, hoje a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), realizou uma de suas audiências públicas mais importantes. O tema foi a "O Feminicídio no Brasil".

O que isso significa? Matam-se mulheres, pelo simples fato dela ser mulher.

Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), 126 mulheres foram mortas em razão de seu gênero no país desde o início do ano, além do registro de 67 tentativas de homicídio.

Vou iniciar o meu discurso com a fala do Secretário Executivo da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, o senhor Alessandro Moretti, que diz" Para acabar com a violência contra as mulheres, é necessário acabar com o sentimento de posse, e acabar com o sentimento de posse é algo cultural, e mudar uma cultura, é um grande desafio, e é possível.

Trago também o relato do juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o senhor Rodrigo Capez, que informa que em São Paulo uma mulher é assassinada a cada 60 horas (2 dias e meio).

Uma das preocupações trazidas pelo palestrante, é como ficam as crianças, que são vitimadas ao ver, presenciar a morte da mãe e a ausência do pai que está preso ou foragido.

O juiz retrata ainda a necessidade da consciência de todos os atores do judiciário, que muitas vezes não são sensíveis. Muitos dizem que apenas é um caso de briga de marido e mulher.

Em muitos casos a vítima já dizia que seria assassinada, mas nada foi feito, para combater o feminicídio.

Sr. Presidente, a professora e pesquisadora Soraia Mendes representante do Comitê Latino Americano para a defesa dos Direitos da Mulher, fala da responsabilidade dos órgãos de imprensa, diante a Lei Maria da Penha, pois ela é um complexo de políticas públicas e como noticiar esses crimes.

A especialista expressa a mudança de perspectiva no levantamento de dados no Distrito Federal, onde os homicídios cometidos contra mulheres são tipificados como feminicídio, e depois ele pode ser desqualificado, caso não seja.

A especialista ainda ressalta a necessidade de não naturalizarmos a violência, o feminicídio, e relata que as mulheres ainda têm medo de denunciar.

Dados dos anos de 2007 a 2017, demonstram que as mulheres negras são as mais vitimadas.

"Muitas mulheres são domesticadas na cultura da violência, e muitas vezes acham isso normal". (Professora Soraia Mendes)

A especialista Soraia Mendes levanta uma outra questão que são as violências cometidas pelo Estado, através dos abortos malsucedidos, feminicídios reprodutivos; de cada 100 mil mulheres 2,3 suicidam-se; das mulheres encarceradas apenas 7% não são mães.

Existe uma ausência de políticas de Estado, e essa ausência mata.

A especialista Soraia fala, que o "Senado Federal deu uma boa resposta referente a política do armamento (posse e porte de arma), quando decide sustar o decreto". A matéria foi sustada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e agora será apreciado no Plenário do Senado Federal.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, todos os especialistas retratam que, que a maioria das mulheres vítimas de feminicídio, são mortas por armas brancas, onde os autores com nível superior utilizam arma de fogo, e autores com nível médio utilizam armas brancas e de fogo.



A Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, representante da Comissão de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Sara Gama Sampaio, acredita que o feminicídio é um crime evitável.

Para ela o feminicídio é a ponta do iceberg.

Os crimes são bastante crueis, eles visam aniquilar a mulher, na maioria das vezes as agressões são cometidas nos seios das vítimas, genitálias, na face, onde os criminosos dizem: se ela não for minha, não será de mais ninguém.

Conforme exposto pelos palestrantes, a Lei Maria da Penha é a terceira melhor lei no mundo, no combate de violência contra as mulheres, o Brasil só fica atrás da legislação Espanhola e Chilena, que investem na educação, na formação humana.

Diante os relatos das especialistas e dos especialistas, as delegacias costumam incentivar as mulheres vitimadas, para que retornem para suas casas, onde ainda são questionadas, o que elas fizeram para que seus companheiros que eles possam te ameaça-las e agredi-las.

A promotora Sara Sampaio ainda relata que quando as mulheres chegam até um órgão de combate a violência, elas já procuraram diversas instituições e pessoas, como padres, amigos, familiares. Essas mulheres muitas vezes trazem nas suas vidas, várias formas de violência.

A promotora ainda informa “Se a gente quer diminuir esses números, que são gritantes é necessário agir em conjunto”, onde esse problema é do país e que é necessário irmanar.

Diante os dados apresentados, no Estado de São Paulo, a maioria das mulheres que foram assassinadas, não tinham medidas protetivas.

Um dos exemplos citados na audiência, é o papel das rondas nos municípios, essa medida é uma das medidas que constrange o agressor.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, um dos relatos mais explanado pelos palestrantes, foi o da vulgarização da mulher, que ainda sendo vítima, é vitimada mais uma vez, quando é vulgarizada com determinados comentários, como o da vítima de feminicídio Amanda Bueno, uma jovem linda como relatado pela procuradora, com corpo esculpido, onde diante a sua morte, tentaram deprecia-lá, por ser fanqueira, usar roupas justas e no IML tiraram até foto da vítima.

Lamentável esse tipo de comportamento. O que nós falta realmente, é o respeito pelo outro e quando tratamos de feminicídio pelas mulheres.

O papel da mídia em denunciar/relatar um crime de feminicídio é de extrema importância, como disseram os palestrantes.

A exemplo de um garçom foi condenado de matar uma prostituta, e não um homem foi condenado de matar uma mulher.

A forma como se fala vulgariza a mulher, que já é vítima por ser mulher.

O Estado Brasileiro precisa enxergar que a morte de mulheres traz impactos econômicos e sociais, pois essas mulheres contribuem para previdência social e para toda a economia.

O combate do crime de feminicídio é necessário chegar nas diversas culturas, como indígena, ciganas, quilombolas, as políticas precisam ser setorizadas, para que se tornem efetivas, onde a rede de atores precisa estar fortalecida.

A importância e o papel das medidas protetivas de urgência, foram ressaltados pela promotora Sara Gama.

O feminicídio não é paixão, é um crime cruel, não tem justificativa.

O assassinato de uma mulher não se faz por amor, paixão, é um crime sim.



Senhoras e senhores, os assassinatos de mulheres no Distrito Federal são registrados como feminicídios, e caso não sejam, são desclassificados, esse é um grande avanço.

Conforme a Sra. Fernanda Falcomer da rede de proteção de enfrentamento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, o feminicídio entra no processo de discussão na área da saúde no ano de 1996, no SUS Brasil e Distrito Federal.

O SUS tem uma política nacional para os Estados, Municípios no combate da violência contra mulher.

A violência é um problema de polícia, sim, mas é também um problema de saúde.

A vítima de violência doméstica e a futura vítima de feminicídio, frequenta muito a rede de saúde, muitas vezes os profissionais não conseguem identificar, os sinais, por isso é necessário a qualificação do profissional.

No Distrito Federal 75% das notificações no SUS de violência são contra o sexo feminino, onde muitas vezes são cometidos, por pais, padrastos.

A coordenadora da Temática da Violência na Secretaria de Saúde do Distrito Federal Fernanda Falcomer, ainda informa que “Os impactos da violência nas crianças, traz a violência psicológica, onde o conselho tutelar é acionado”.

A maioria das mulheres atendidas pela rede de saúde no DF, conhecem a lei Maria da Penha, mas não conseguem romper essa violência, por uma questão emocional e sistêmica familiar.

A violência contra as mulheres, não discrimina, não tem preconceito de origem, raça, cor ou idade. Esses crimes ocorrem entre todos. Em sua transversalidade, a violência doméstica atinge todas as classes sociais, mas, principalmente, as mulheres e crianças.

Foi assinado um acordo de cooperação técnica entre o CNJ, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) para criação e implementação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (Frida).

O questionário tem como objetivo ajudar agentes de polícia, delegados, juízes e servidores da Justiça a reconhecerem quando é alto o risco de morte da mulher que busca socorro nessas instituições. O acordo, que terá vigência de cinco anos. Um grande avanço no combate e no registro de violência, para elaboração de políticas públicas.

Outra ferramenta muito interessante apresentada na audiência pública e apresentada pela secretaria de Saúde do Distrito Federal é o violentômetro, para conscientizar a população da violência.

Na audiência pública ainda tivemos a participação da Deputada Cristina Almeida do Amapá, que diz "A violência doméstica não é só um crime masculino contra as mulheres emancipadas", porque o sistema de proteção para as mulheres das comunidades ribeirinhas não existe.

Educar para combater a violência doméstica e o feminicídio. A diferença dos primeiros países no mundo diante o combate a violência, que são a Espanha e o segundo o Chile, avanço nesses países é o investimento na Educação.

Os homens precisam falar sobre o combate a violência.

A vereadora PSB do Goiás Roberta Brito falou do processo social de desqualificação da mulher. Olha a roupa que ela está vestindo, a vereadora relata o caso de uma mulher que não podia sair de casa, o único lugar que ela podia ir era o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

A vereadora fala de a importância das mulheres estarem nos espaços de poder e na política para que elas falem por elas.

Vamos combater a violência contra as mulheres!



Educar com igualdade, com oportunidade de direitos, com salários iguais, sem assédio moral ou sexual, e amar, amar o outro como a si mesmo.

As mulheres precisam ser respeitadas!

Os últimos anos têm sido marcados pelo aumento no número de casos de feminicídios que chegam ao Poder Judiciário.

Desde 2016, quando esses crimes passaram a ser acompanhados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a quantidade de processos só cresce.

Em 2018, o aumento foi de 34% em relação a 2016, passando de 3.339 casos para 4.461.

Os tribunais de Justiça também perceberam crescimento no número de processos pendentes relativos à violência contra a mulher.

Em 2016, havia quase 892 mil ações em tramitação na Justiça. Dois anos depois, esse número cresceu 13%, superando a marca de um milhão de casos. Os dados dos tribunais foram consolidados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ).

O número de sentenças de medidas protetivas aplicadas também apresentou mudança.

No ano passado, foram concedidas cerca de 339,2 mil medidas – alta de 36% em relação ao ano de 2016, quando foram registradas 249,5 mil decisões dessa natureza.

A publicação de relatórios analíticos e dados relativos a esse tema pelo DPJ está prevista na Resolução CNJ nº 254/2018 do CNJ, que criou a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Vale ressaltar que os números de casos de feminicídios que tramitam no Brasil foram revisados pelos tribunais de Justiça, passando de 10 mil para 4.461.

Especialmente três tribunais (Paraná, Rio Grande do Norte e Goiás) atualizaram seus dados, impactando para baixo os números anteriormente publicados.

No relatório “O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha”, elaborado pelo DPJ/CNJ, em 2018, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) dizia tramitar em sua corte 4.925 casos (referente ao ano de 2017). Após a revisão, o número caiu para 200.

Os dados informados pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) também apresentaram uma expressiva diferença.

No ano passado, a corte informou ter tramitado 1.380 processos de feminicídio em 2017. Após revisão, a corte reclassificou os dados para 25.

É preciso destacar também que a coleta das informações sobre feminicídio é relativamente nova, uma vez que apenas em 2015 o crime passou a ser uma qualificadora do crime de homicídio, e incluído no rol dos crimes hediondos, como estupro, latrocínio e genocídio (Lei nº 13.104/2015). As tabelas de classificação de crimes foram modificadas após essa data.

Desde 2007, por iniciativa do Conselho, juizados ou varas especializadas no combate à violência doméstica contra a mulher foram criados a partir da Recomendação CNJ n. 9/2007.

Em 2011, foi editada a Resolução CNJ n. 128, para a criação de Coordenadorias da Mulher, voltadas para a articulação interna e externa do Poder Judiciário no combate e prevenção à violência contra a mulher, no âmbito dos tribunais estaduais.

O CNJ também instituiu como programa oficial dos tribunais de Justiça do país a Semana Justiça pela Paz em Casa, para fazer valer a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), agilizando a tramitação dos processos relativos à violência doméstica.



O trabalho também conta com um olhar de prevenção, com a realização de cursos voltados para o fortalecimento da questão de gênero e de combate à violência contra a mulher junto à sociedade civil.

Era o que tinha a dizer.



O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, continuo, nesta oportunidade, o ousado projeto a que me propus de visitar a história da educação no Brasil, desde o Império até os nossos dias, com o fito de contribuir para o debate, dentro e fora do Parlamento, acerca dos problemas que enfrentamos hoje.

Recomeçamos a caminhada no fim do Estado Novo. A retomada democrática levava Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República em eleição direta, em dezembro de 1945. Pela primeira vez na história do Brasil, as mulheres exerceram o direito ao voto conquistado havia mais de uma década.

Na Europa, as profundas feridas deixadas pela Segunda Guerra Mundial curavam-se lentamente. Estados Unidos e União Soviética, novos líderes internacionais, passaram a disputar o engajamento dos demais países em seus campos ideológicos, capitalismo e comunismo, respectivamente. Era a Guerra Fria.

O governo brasileiro escolheu o lado capitalista e adotou uma política de importação de bens de consumo que sangrou as reservas cambiais rapidamente. Uma guinada, já em 1948, materializou-se no Plano SALTE, que redirecionava investimentos públicos para as áreas da saúde, alimentação, transporte e energia, origem da sigla.

A ausência da educação no acrônimo que nomeava o plano é indício da (ir)relevância do tema para Dutra. Ainda que a Constituição de 1946 tratasse o ensino de forma bastante mais generosa que a carta anterior, os avanços práticos na área foram exíguos.

Cumprindo determinação constitucional, criou-se uma comissão para elaborar o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O grupo era majoritariamente composto por defensores da Escola Nova, tais como Fernando de Azevedo e Almeida Júnior.

Liberal e descentralizador, o documento foi arquivado em 1949, após ser severamente criticado em parecer de Gustavo Capanema na Comissão Mista de Leis Complementares do Congresso.

Mas nem tudo estava perdido! O direito de todos à educação primária pública e gratuita estava assegurado na lei maior do País, que estabelecia também percentual fixo dos impostos a serem investidos. Felizmente, o passar dos anos viu esse direito se concretizar e ampliar até chegar às universidades federais de hoje.

Mas, retomemos nosso passeio histórico!

O crescimento do PIB em torno dos 8%, a partir de 1948, veio acompanhado de inflação, que corroeu o poder de compra das famílias, vítimas também do significativo rebaixamento do salário mínimo que ocorreu no período.

Ao final do governo de Eurico Gaspar Dutra, a educação pública tinha qualidade apenas em alguns Estados – São Paulo, principalmente – e ainda era para uma elite urbana, especialmente se considerarmos o ensino secundário. Algo acima de 50% da população de 15 anos ou mais era analfabeto.

Getúlio Vargas volta à Presidência da República, dessa vez alçado pelo voto popular, em 31 de janeiro de 1951. Iniciando um processo que ficaria conhecido como nacional-desenvolvimentismo, seu governo buscara o crescimento econômico e a industrialização, com intervenção do Estado e auxílio do capital internacional.



Boa parte dos investimentos públicos foram direcionados para a área de infraestrutura, para o transporte rodoviário e a produção de energia a base de carvão, mas também para portos e ferrovias.

Autarquia fundamental para a execução da política nacional de desenvolvimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento, atual BNDES, foi fundado em 1952. A luta pelo domínio estatal do petróleo, ponto alto do governo Vargas, culminou com a criação da Petrobras, em 1953. O país se uniu em torno do lema "O petróleo é nosso".

A população urbana aumentava rapidamente com a mão de obra ociosa que vinha do campo, em busca de melhores condições de vida. Mas, eram trabalhadores sem formação para o trabalho na indústria. Na verdade, não tinham formação alguma.

Lamentavelmente, a educação básica não era prioridade para o Governo, como de costume. Não havia escolas suficientes sequer para quem já vivia há muito nas cidades. A precariedade da oferta de ensino no País precisava ser compreendida e combatida.

Em 1952, Anísio Teixeira assume a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Com o objetivo de "fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil", cria o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), no Rio de Janeiro, estimulando a criação de centros regionais. Os primeiros surgem em São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre.

Porém, os avanços reais se restringiram aos níveis mais avançados de educação. Em 1951, nasce o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), como resposta ao imperativo de fomentar a capacidade produtiva do País por meio da pesquisa científica e tecnológica. No mesmo ano, foi criada também a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

Mais tarde, o Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953, instituía a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). O objetivo era formar professores para ampliar a oferta e melhorar a qualidade do ensino secundário.

Os resultados da iniciativa foram positivos e se fizeram sentir alguns anos mais tarde. Dos 18.815 postulantes ao magistério formados nos cursos da CADES entre 1955 e 1960, 7.506 foram considerados aptos e obtiveram o registro profissional.

De volta ao cenário político, os Estados Unidos, aliados de primeiro momento, já não viam o nacionalismo de Vargas com bons olhos, especialmente depois que as remessas de lucros para o exterior foram restritas a 10%, estabelecidos em lei de janeiro de 1952.

Partidários da entrada de empresas e capital estrangeiro no País engrossavam a oposição a Vargas, capitaneada por Carlos Lacerda, dono do jornal Tribuna da Imprensa e membro da União Democrática Nacional, a UDN, adversária histórica do trabalhismo varguista.

Os trabalhadores, premidos pela inflação e pelos baixos salários do período Dutra, partiram para a greve geral. Com o intuito de resgatar seu prestígio popular, o Presidente convoca João Goulart para o Ministério do Trabalho.

O novo ministro aumenta o salário mínimo em 100%. O empresariado nacional e internacional, inconformado, avaliou o movimento como uma virada ao comunismo.

Um atentado contra a vida de Carlos Lacerda, por iniciativa do chefe da guarda de Vargas, Gregório Fortunato, resultou na morte do major-aviador Rubens Florentino Vaz, em agosto de 1954. Poucos dias depois, o Exército, em manifesto, pedia a renúncia do Presidente.

Sitiado no Palácio do Catete, achacado pela imprensa, abandonado pelo empresariado e pelas forças armadas, Getúlio Vargas tira a própria vida em 24 de agosto de 1954.



Houve imensa comoção popular. O velório foi acompanhado por multidões. O povo prestava as últimas homenagens ao líder populista que "saía da vida para entrar para história".

Órfão do "Pai dos Pobres", ao Brasil cabia esperar pelo porvir com uma taxa de analfabetismo na casa dos 40% da população acima de 15 anos. A oferta de vagas na educação básica era insuficiente e a evasão escolar, altíssima. Apenas um quinto dos estudantes que ingressavam no primeiro ano concluía os estudos.

No Ensino Médio, a situação não era melhor. Apenas para os filhos das elites, capazes de passar pelo funil dos exames de admissão, havia a possibilidade de chegar à universidade.

Entre agosto de 1954 e 1956, o Brasil teve três presidentes. Café Filho sucedeu Vargas, mas entregou o cargo por problemas de saúde. Carlos Luz, Presidente da Câmara, ocupou o posto por apenas 3 dias até que Nereu Ramos assumiu para concluir o mandato.

Em janeiro de 1956, Juscelino Kubitscheck era empossado Presidente do Brasil, após manobra conhecida como Golpe preventivo, do Marechal Lott, que frustrou a tentativa da UDN de anular as eleições legítimas do ano anterior.

Apesar dos embaraços do início do mandato, o governo transcorreu em clima de razoável tranquilidade. A economia orientava-se pelo Plano de Metas, um complexo programa de modernização e industrialização baseado em audaciosos objetivos setoriais.

A promessa era avançar "50 anos em 5". Esperava-se que o desenvolvimento econômico trouxesse, automaticamente, benefícios para toda a população.

No afã de aprofundar o modelo de substituição de importações e superar o subdesenvolvimento, de deixar a posição de país agrícola exportador de matérias-primas, o Brasil se abre, sem limites, ao capital estrangeiro.

As multinacionais fabricantes de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, alastraram-se principalmente pela região sudeste, nas cidades de São Paulo e do ABC (Santo André, São Caetano e São Bernardo).

Meta Síntese do Plano de Juscelino Kubitscheck, a transferência da Capital para o interior foi possível graças a empréstimos vultosos vindos do exterior.

Se, por um lado, houve a criação de milhares de empregos com a política econômica, e o eixo de decisões políticas foi deslocado com sucesso para o centro-oeste, trazendo progresso para uma região antes desdenhada, o legado do período JK foi de forte dependência do capital internacional associada a uma vultosa dívida externa.

Os investimentos, direcionados à indústria, faltaram no campo, o que exacerbou o êxodo rural e inchou as grandes capitais, gerando pobreza e violência.

Um dos cinco setores contemplados no Plano de Metas, a educação recebeu escassos 3,4% dos investimentos totais. Boa parte dos recursos foi empregada para estímulo à formação técnica.

Em defesa da educação, em 1959, publica-se o manifesto "Mais uma vez convocados", reafirmando muitas das idéias dos pioneiros da educação nova, de 1932. O novo documento contava com a chancela de 189 intelectuais brasileiros do quilate de Anísio Teixeira, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso.

Na mesma época, recomeçava o debate acerca da Lei de Diretrizes e Bases - LDB. Os partidários da escola pública agrupavam-se em torno de três vertentes diversas.

Júlio Mesquita Filho liderava o pensamento liberal-idealista, com base na liberdade dos indivíduos independentemente da sua posição social ou de classe. Anísio Teixeira e Almeida Júnior



advogavam pelos princípios da Escola Nova. Florestan Fernandes levantava a bandeira socialista e chamou para a mesa de discussão os movimentos operários, sindicais e trabalhadores.

Do lado das escolas particulares, a igreja católica e os proprietários das instituições de ensino privadas construíam seus argumentos em torno da premissa de que "às famílias deveria ser dado o direito de escolher que educação queriam dar aos seus filhos."

O fim da querela e a publicação da LDB só viriam em 1961.

Vale mencionar, porém, alguns avanços concretos que houve durante os anos JK e que se mantiveram e ampliaram nos governos posteriores, até a ruptura institucional de 1964.

Inicia-se, em 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - CNEA e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA. Em Pernambuco, a Prefeitura de Recife, sob a batuta de Miguel Arraes, lança o Movimento de Cultura Popular - MCP, em 1960, com o objetivo de "conscientizar as massas através da alfabetização e educação de base".

Timidamente, surgiam no horizonte os primeiros sinais da mudança na educação, que experimentaria um breve período de ebulação nos anos iniciais da década de 1960.

Após campanha pautada pelo compromisso com a moralidade pública - mote que rende votos até hoje - Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), é eleito Presidente.

Nas ondas do rádio, ecoava o jingle "Varre, varre, varre vassourinha!", em cuja letra se dizia que o Brasil estava cansado de sofrer com a bandalheira da política, e que Jânio era a esperança do povo abandonado, a certeza de um Brasil moralizado!

A melodia alegre logo esmaeceu diante da realidade, com a inflação na casa dos 25% e a pesada dívida externa. O primeiro presidente a tomar posse e a governar de Brasília optaria por uma política econômica conservadora, submissa à cartilha do Fundo Monetário Internacional. Com o Congresso, manteria uma relação pouco amistosa.

No plano internacional, ações arriscadas, como a condecoração de Che Guevara e a reaproximação com a União Soviética renderam-lhe críticas veementes.

Jânio Quadros logo perdeu o apoio da UDN, partido que o conduzira ao poder, ao nomear ministros e governar sem atender aos interesses dos correligionários. Angariava inimigos por toda parte devido a seu comportamento ambíguo, considerado temerário por muitos no alto escalão das forças armadas.

Em agosto de 1961, renuncia à Presidência. Após grave crise institucional, João Goulart assume, em setembro, graças à campanha da legalidade capitaneada por seu cunhado, Leonel Brizola, governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Instaurado pelo Congresso Nacional, o novo sistema de governo era o parlamentarismo. O poder real passava às mãos do Primeiro-Ministro, Tancredo Neves.

Em dezembro de 1961, finalmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é promulgada, sob o número 4.024. Assinavam a norma Tancredo e Jânio, ao lado de Virgílio Távora, André Franco Montoro e Ulisses Guimarães.

Primeiro instrumento legal a tratar exclusivamente da Educação, a LDB ordenava o sistema de ensino, regulamentava os conselhos estaduais de educação, estabelecida a formação mínima para professores e o ensino religioso facultativo. Para os detratores, o projeto era prejudicial às classes baixas, orientado pelo desejo elitista de formar mão de obra para a indústria.

Surge, da mente brilhante de Darcy Ribeiro, em parceria com o também genial Anísio Teixeira, o Plano Orientador da Universidade de Brasília, que seria fundada em abril de 1962. Era



preciso uma instituição autônoma, planificada em bases flexíveis, para que se promovesse a renovação do Ensino Superior no Brasil.

Nos prédios que iam sendo construídos junto com a nova Capital da República, professores, artistas e cientistas se dedicavam a plantar e cultivar, nos corações e nas mentes dos pensadores do futuro, a sabedoria e a consciência social e política.

Em meio a grande instabilidade, o povo, em plebiscito, decide pela restauração do presidencialismo e devolve a João Goulart plenos poderes para comandar a nação. Era janeiro de 1963.

As reformas de base, de claro viés socialista, ganhavam ainda mais corpo. No campo, pretendia-se democratizar o acesso à terra; na educação, a valorização dos professores, melhoria do ensino público em todos os níveis e o fim do analfabetismo; nas cidades, o justo uso do solo e moradia digna para as famílias.

Com o intuito de legitimar as mudanças, o Presidente as anuncia em comício histórico na região da Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1964, para um público de quase duzentas mil pessoas.

Os meses prévios à implantação do Regime Militar foram de intensa mobilização das massas, que buscavam, entre outras demandas, a extensão dos direitos trabalhistas ao campo. Nesse contexto, surgem as Ligas camponesas por todo o país, especialmente no nordeste, que promoviam a conscientização política do povo.

Inspirado no método de alfabetização criado por Paulo Freire, que coloca o indivíduo como "sujeito da história", capaz de transformar a realidade, no campo e na cidade, por meio da educação e da luta política, surge, em janeiro de 1964, o Plano Nacional de Alfabetização. Queria-se alfabetizar 5 milhões de brasileiros até 1965.

A reação conservadora ao que se chamou de ameaça comunista veio na forma das "Marchas da Família com Deus pela Liberdade", que se desdobraram em sucessivas manifestações em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades, levando milhares às ruas.

O Governo de João Goulart já não tinha sustentação. Em 31 de março de 1964, os militares assumem o poder e instauram um Regime ditatorial que se prolongará por 21 anos, até 1985.

A ruptura democrática reverberaria de forma avassaladora em todos os níveis da educação. Novas regras, instituições e parâmetros viriam. Paulo Freire partiu para o exílio no Chile, Darcy Ribeiro, no Uruguai, e tantos outros também se foram para escapar da perseguição político-ideológica.

Dispersava-se a elite do pensamento nacional. Enterrava-se, no nascedouro, um ousado projeto de educação emancipadora e inclusiva, cujos princípios guiam, até hoje, as mais avançadas iniciativas de ensino pelo mundo.

Para poupará-los de mais palavras, farei, em outro momento, a recapitulação da história da educação durante o Regime Militar.

Muito obrigado!



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 401, DE 2019

Susta os efeitos legislativos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e do Mandado de Injunção (MI) nº 4.773.

AUTORIA: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° , DE 2019

SF/19249-12143-84

Susta os efeitos legislativos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e do Mandado de Injunção (MI) nº 4.773.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam sustados os efeitos legislativos do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e do Mandado de Injunção (MI) nº 4.773, por contrariar o disposto no inciso XXXIX do art. 5º, no art. 22, I e no art. 48, *caput*, todos da Constituição Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os atos e decisões do Poder Executivo tem um limite: a Constituição Federal. Os atos e decisões do Poder Legislativo tem um limite: a Constituição Federal. Logo, os atos e decisões do Poder Judiciário tem o mesmo limite: a Constituição Federal.

Nenhum Poder está acima da Constituição Federal.

Este Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo resguardar a competência legislativa do Congresso Nacional em face das atribuições normativas de outros Poderes da República, conforme assevera o art. 49, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, que é expresso:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

Fazendo remissão a todo o art. 49 da Carta da República, o Regimento Interno deste Senado Federal prevê, como remédio legislativo adequado, o manejo do Decreto Legislativo, como se vê:

Art. 213. Os projetos compreendem:

(...)

II – projeto de decreto legislativo, referente à matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49);

Cabível, portanto, a presente propositura, para preservar a competência legislativa do Congresso Nacional, eis que, de forma clara e inequívoca, a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal enuncia efeitos legislativos. E, pior: de natureza penal, o que encontra expressa vedação na Carta Magna.

De fato, são recorrentes os episódios em que órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário usurparam as atribuições endereçadas pela Magna Carta às Casas Legislativas, o que está inequivocamente presente no caso do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e do Mandado de Injunção (MI) nº 4.773.

Importante, aliás, fazer constar trecho do brilhante voto do eminente ministro Marco Aurélio, proferido no julgamento conjunto da ADO nº 26 e MI nº 4.773, *litteratim*:

“O reconhecimento da taxatividade dos preceitos, os quais não podem ser tomados como meramente exemplificativos e desprovidos de significados preciso, rechaça a ampliação do conteúdo proibitivo dos tipos versados na Lei 7716 de 1989, a partir de eventual identidade, considerados os pressupostos justificadores da criminalização, sob pena de ter-se o esvaziamento dos núcleos

SF/19249-12143-84





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

existentes nos preceitos incriminadores raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, os quais, repita-se, apenas comportam operação exegética estrita, vinculada aos limites do texto. Do contrário, ter-se-á usurpada, usurpada, a competência do Congresso Nacional para legislar sobre direito penal, art. 22, inciso I, da Constituição Federal, cujo caráter privativo afasta até mesmo a edição, pelo Presidente da República, de Medida Provisória a dispor sobre a matéria, art. 62, § 1º da Lei Maior.” (g. n.)

SF/19249-12143-84

No bojo dessas ações, o Supremo Tribunal Federal, sob o pretexto de preencher uma suposta omissão legislativa do Parlamento, legisla positivamente, indo de encontro a um dos postulados basilares do princípio da separação dos Poderes, qual seja, o de que ao Judiciário compete, tão somente, “legislar negativamente”, isto é, retirar do ordenamento jurídico os atos normativos nulos em face da Lei e da Constituição.

No caso presente, a Corte Maior violou o que dispõe o inciso XXIX do art. 5º da Constituição da República, que dispõe:

Art. 5º

(...)

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

Também ignorou que compete privativamente ao Congresso Nacional legislar sobre direito penal, conforme se extrai da leitura do art. 22, inciso I, em combinação com o art. 48, *caput*, da Constituição Federal, competência, esta, indelegável a quaisquer órgãos estranhos ao Parlamento, numa aplicação sistemática e extensiva do que dispõe o art. 25, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Verifica-se, ademais, que a reserva legal estrita para as matérias penais veda, inclusive, a edição de medidas provisórias, como dispõe a alínea b do inciso I do § 1º do art. 62 da Constituição Federal. Assim, nem o Judiciário, nem o Executivo podem editar atos ou normas que tenham efeitos penais, o que a Constituição Federal reservou com a mais absoluta exclusividade ao Poder Legislativo, onde estão os representantes legítimos do povo brasileiro para esse mister.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

SF/19249-12143-84

Assim, o presente PDL além de ter como foco preservar a competência do Poder Legislativo, impede a violação de nossa Carta Maior e assegura a manutenção de um direito fundamental de toda a sociedade brasileira, como estatuído no já citado inciso XXXIX do art. 5º da Carta da República.

Ressalte-se, ademais, que a matéria constante das referidas ações é objeto de intensa controvérsia, o que reforça ainda mais a necessidade da retomada da competência desta Casa Legislativa, a fim de aprofundar a discussão e endereçar as polêmicas que envolvem o assunto.

O que se coloca, portanto, não é um posicionamento em relação ao mérito da decisão adotada pela Suprema Corte, mas, sim, o de resguardar o papel constitucional do Parlamento como o principal foro da democracia, no qual as opiniões de todos os setores da sociedade podem se fazer ouvir, seja diretamente, seja por meio de seus representantes eleitos.

De se dizer, finalmente, que a se considerar os fundamentos utilizados pelo Supremo para legislar sobre homofobia e transfobia – estar assegurando direitos fundamentais – importaria em considerar aquela Corte competente para editar atos com efeitos legislativos sobre tudo o que consta do Título II da Constituição Federal, que abarca, nada menos, que, além de tudo art. 5º, que tem 78 incisos, os arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da mesma Carta.

Ou seja: sobrará pouco para este Parlamento legislar; somente matérias relativas a temas administrativos e orçamentárias, áreas, ademais, nas quais o Judiciário também já vem se imiscuindo com seu crescente ativismo, a pretexto justamente de estar assegurando direitos fundamentais, cuja interpretação poderá não encontrar limites para uma Corte que sinaliza claramente que pretende constranger o Parlamento Brasileiro por supostas omissões legislativas, além de demonstrar, a não se ter dúvida, a pretensão de invasão no mérito do ato administrativo, no que toca ao Poder Executivo.

Cabe-nos assegurar as prerrogativas de decidir, próprias do Poder Judiciário, quando compreendemos não ser possível sindicar suas decisões por intermédio de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), tudo em apreço ao que estabelece a Carta Constitucional. Mesma Carta que precisamos defender também para que o Supremo não viole as prerrogativas do Legislativo.





5

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Assim fazendo, estaremos assegurando o exercício independente e harmônico dos Poderes da República.

A par disso, solicitamos o apoio das senhoras e dos senhores senadores para a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

SF/19249-12143-84

Sala das Sessões,

Senador MARCOS ROGÉRIO



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988](https://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988)
<https://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
 - inciso I do artigo 25
- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - inciso XXIX do artigo 5º
 - inciso I do artigo 22
 - inciso XI do artigo 49
 - alínea b do inciso I do parágrafo 1º do artigo 62
- Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989 - Lei Antirracismo; Lei do Racismo; Lei do Crime Racial - 7716/89
<https://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:federal:lei:1989;7716>



O Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Recurso





SENADO FEDERAL

RECURSO N^o 10 DE 2019


SF/19922.47434-75 (LexEdit)

Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 181/2016, que dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências, deliberado terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Página: 1/1 06/06/2019 15:49:32

81042f141d18aea2ec59085a7ae2d0dca4f2da31

Sala das Sessões, 6 de junho de 2019.

Senador Izalci Lucas
Vice-Líder do Governo

Recebido em 6 / 6 / 19
Hora: 16:06
[Assinatura]
Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matrícula: 231013 SLSF/SGM





SENADO FEDERAL

RECURSO N° DE



SF19221-67525-80 (LexEdit)

Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 181/2016, que dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências, deliberado terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Página: 1/2 05/06/2019 13:09:32

2d2b8923ff4f5be7ae75921410039b65fb0ef551

Sala das Sessões, 5 de junho de 2019.

Senador Izalci Lucas
Vice-Líder do Governo

Nome do Senador

IZALCI LUCAS

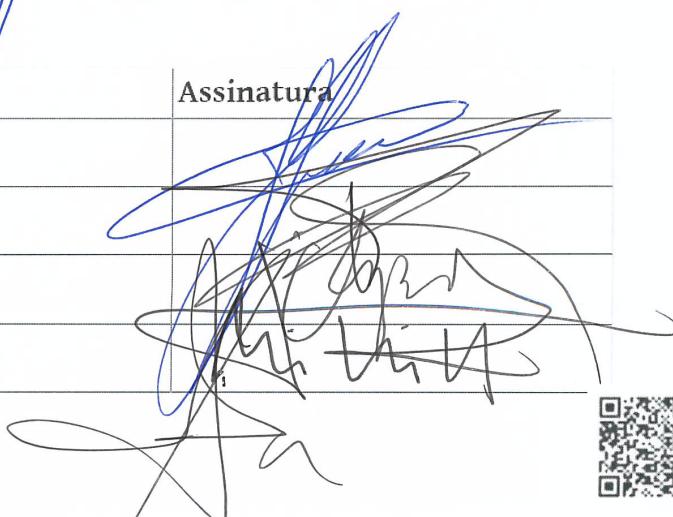
F. B. B. B. B. B.

M. R. S. O. L. M. P. I. M. P. I. O.

F. A. R. A. V. I. O.

F. P. P. R. A. S. T. O. S.

Assinatura




Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 181/2016, que dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências, deliberado terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia...

Nome do Senador	Assinatura
<i>Rose de Freitas</i>	<i>Rose de Freitas</i>
<i>AROLDE</i>	<i>AROLDE</i>
<i>Fábio Girot</i>	<i>Fábio Girot</i>
<i>Tel Lúcio</i>	<i>Tel Lúcio</i>

SF/19221.67525-80 (LexEdit)



Página: 2/2 05/06/2019 13:09:32

2d2b8923f4f5be7ae75921410039b65fb0ef551



Recebido o Recurso nº 10, de 2019, interposto no prazo regimental, para apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016.

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.



Término de prazos



Encerrou-se em 14 de junho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2018.

Ao Projeto foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 4 -Plen.

A matéria retorna à CCJ para exame das emendas.

São as seguintes as emendas:



PLC 79/2018
00001

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2018

Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de inconstitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

SF/19761.08181-56

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 5º da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, alterado pelo art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº79, de 2018, o seguinte parágrafo:

“Art. 5º

.....
§ 5º A exclusividade de que trata o “caput” e o § 1º não se aplica no caso de o pedido de medida cautelar dirigir-se contra ofensa a cláusulas pétreas da Constituição, ou ofensa aos princípios da Administração Pública de que trata o art. 37 da Constituição.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.882 prevê que o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Essa regra, todavia, não impede que presentes os requisitos de urgência e plausibilidade jurídica (periculum in mora e fumus boni juris) o Relator defira o pedido de suspensão cautelar da lei que contrarie preceito fundamental da Carta Magna.

Se a proposta apresentada pelo PLC 79 estivesse em vigor, seria praticamente eliminada a possibilidade de que a Corte atendesse, tempestivamente, à necessidade de sustar a aplicação de leis inconstitucionais por meio de ADPF,



pois a conturbada pauta do STF virtualmente impede que julgamentos ocorram com celeridade.

Há centenas de casos em que liminares foram deferidas monocraticamente, e jamais apreciadas pelo Colegiado.

A proposta do PLC 79, então, inverte o ônus: mesmo presentes os requisitos o Relator não poderá conceder a liminar, nem mesmo em período de recesso, e a causa ficará perdida, projetando-se no tempo efeitos danosos à ordem pública e social.

Em temas que envolvam direitos e garantias individuais e as demais cláusulas pétreas, e os princípios da Administração Pública, a sua excepcional relevância constitucional não pode ser relativizada dessa forma, e, assim, deve ser excepcionada, quanto a tais temas, a “reserva do Plenário” que o PLC estabelece, assim como a prerrogativa que confere apenas ao presidente da Corte para deferir liminar durante o recesso.

Sala das Sessões,

SENADOR JAQUES WAGNER

PT – BA

SF/19761.08181-56



PLC 79/2018
00002

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2018

Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de inconstitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

SF/19714.058-10-07

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao §4º do art. 10 da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, alterado pelo art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº79, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 10

.....
§ 4º No período de recesso, em caso de excepcional urgência, **poderá ser concedida** medida cautelar na ação direta ad referendum do Tribunal Pleno, que deverá examinar a questão até a sua oitava sessão após a retomada das atividades. ”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, prevê que a liminar em ADI será deferida pelo Plenário do STF, mas não impede que presentes os requisitos de urgência e plausibilidade jurídica (periculum in mora e fumus boni juris) o Relator defira o pedido de suspensão cautelar da lei inconstitucional.

Se a proposta apresentada pelo PL 79 estivesse em vigor, seria praticamente eliminada a possibilidade de que a Corte atendesse, tempestivamente, à necessidade de sustar a aplicação de leis inconstitucionais, pois a conturbada pauta do STF virtualmente impede que julgamentos ocorram com celeridade.

Há centenas de casos em que liminares foram deferidas monocraticamente, e jamais apreciadas pelo Colegiado.



A proposta do PLC 79, então, inverte o ônus: mesmo presentes os requisitos o Relator não poderá conceder a liminar, nem mesmo em período de recesso, e a causa ficará perdida, projetando-se no tempo efeitos danosos à ordem pública e social.

Assim, a presente emenda visa permitir que durante o recesso o Relator possa deferir a liminar, e não apenas o seu Presidente, visto que na Corte Suprema, à luz da Carta Magna, inexiste quer hierarquia, quer precedência quanto à capacidade de julgamento entre seus membros.

Sala das Sessões,

SENADOR JAQUES WAGNER

PT – BA

SF/19714.05810-07



SF/19714.05810-07



PLC 79/2018
00003

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2018

Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de inconstitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental.



SF/19684.91092-49

EMENDA ADITIVA

Inclua-se no art. 10 da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, alterado pelo art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº79, de 2018, o seguinte parágrafo:

“Art. 10

.....
 § 5º A exclusividade de que tratam o “caput” e § 4º **não se aplica** no caso de o pedido de medida cautelar dirigir-se contra ofensa a cláusulas pétreas da Constituição, ou ofensa aos princípios da Administração Pública de que trata o art. 37 da Constituição.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999, prevê que a liminar em ADI será deferida pelo Plenário do STF, mas não impede que presentes os requisitos de urgência e plausibilidade jurídica (periculum in mora e fumus boni juris) o Relator defira o pedido de suspensão cautelar da lei inconstitucional.

Se a proposta apresentada pelo PL 79 estivesse em vigor, seria praticamente eliminada a possibilidade de que a Corte atendesse, tempestivamente, à necessidade de sustar a aplicação de leis inconstitucionais, pois a conturbada pauta do STF virtualmente impede que julgamentos ocorram com celeridade.

Há centenas de casos em que liminares foram deferidas monocraticamente, e jamais apreciadas pelo Colegiado.



A proposta do PLC 79, então, inverte o ônus: mesmo presentes os requisitos o Relator não poderá conceder a liminar, nem mesmo em período de recesso, e a causa ficará perdida, projetando-se no tempo efeitos danosos à ordem pública e social.

Em temas que envolvam direitos e garantias individuais e as demais cláusulas pétreas, e os princípios da Administração Pública, a sua excepcional relevância constitucional não pode ser relativizada dessa forma, e, assim, deve ser excepcionada, quanto a tais temas, a “reserva do Plenário” que o PLC estabelece, assim como a prerrogativa que confere apenas ao presidente da Corte para deferir liminar durante o recesso.

Sala das Sessões,

SENADOR JAQUES WAGNER

PT – BA

SF/19684.91092-49




SF/19684.91092-49

PLC 79/2018
00004

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2018

Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de inconstitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

SF/19382.63599-98



EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 1º do art. 5º da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, alterado pelo art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº79, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 5º

1º No período de recesso, em caso de excepcional urgência, **poderá ser concedida** medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental ad referendum do Tribunal Pleno, que deverá examinar a questão até a sua oitava sessão após a retomada das atividades.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.882 prevê que o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Essa regra, todavia, não impede que presentes os requisitos de urgência e plausibilidade jurídica (periculum in mora e fumus boni juris) o Relator defira o pedido de suspensão cautelar da lei que contrarie preceito fundamental da Carta Magna.

Se a proposta apresentada pelo PLC 79 estivesse em vigor, seria praticamente eliminada a possibilidade de que a Corte atendesse, tempestivamente, à necessidade de sustar a aplicação de leis inconstitucionais por meio de ADPF,



pois a conturbada pauta do STF virtualmente impede que julgamentos ocorram com celeridade.

Há centenas de casos em que liminares foram deferidas monocraticamente, e jamais apreciadas pelo Colegiado.

A proposta do PLC 79, então, inverte o ônus: mesmo presentes os requisitos o Relator não poderá conceder a liminar, nem mesmo em período de recesso, e a causa ficará perdida, projetando-se no tempo efeitos danosos à ordem pública e social.

Assim, a presente emenda visa permitir que durante o recesso o Relator possa deferir a liminar, e não apenas o seu Presidente, visto que na Corte Suprema, à luz da Carta Magna, inexiste quer hierarquia, quer precedência quanto à capacidade de julgamento entre seus membros.

Sala das Sessões,

SENADOR JAQUES WAGNER

PT – BA

SF/19382.63599-98



Encerrou-se em 14 de junho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2017; e aos Projetos de Lei da Câmara nºs 90, de 2017; 29 e 48, de 2018.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente

Encerrou-se em 14 de junho o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 389, de 2016; 307, de 2018; e o Projeto de Lei nº 683, de 2019.

Não houve interposição de recurso.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 14 de junho o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo do Senado nºs 10, de 2014; 285, de 2015; 52 e 70, de 2016; 80, 202, 238, de 2017; 40, 132, 158 de 2018; e 107, de 2019.

Não houve interposição de recursos.

Tendo sido aprovados terminativamente pela CCT, as matérias vão à promulgação. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL



17/06/2019

Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal



SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL
SEÇÃO II

Nº: 6867

terça-feira, 28 de maio de 2019

PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ATO DO PRESIDENTE Nº 11, de 2019

"Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2019"

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e Parágrafo Único, e, 55, inciso I, alínea "a" e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, referente ao primeiro quadrimestre do exercício financeiro de 2019, compreendendo a consolidação dos dados de maio de 2018 a abril de 2019, na forma dos Anexos, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Senado Federal, 23 de maio de 2019. Senador **Davi Alcolumbre**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 101, Seção 1, de 28/05/2019.
- Publicação extraída do Boletim original nº: [6867-2 de 28/05/2019](#)



<http://leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1328752>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 68987DB6002E5BDE

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5438AD82002E667B.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

00100.085786/2019-17

Tabela 1.2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - União

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2019

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)											TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) R\$ 1,00	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)		
	LÍQUIDADAS														
	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Agv/2018	Set/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	278.609.852,00	394.851.837,32	269.914.256,14	274.635.102,83	268.414.277,50	277.850.848,55	422.710.112,03	273.976.174,83	322.003.762,62	301.716.823,60	299.728.338,57	286.414.215,55	3.661.830.679,67	2.210.308,56	
Pessoal Ativo	121.672.997,98	169.620.608,65	119.917.296,24	118.991.616,93	119.012.649,21	118.928.112,86	189.864.417,92	122.289.720,64	157.723.588,87	134.683.442,40	121.256.455,40	120.813.622,20	1.616.774.571,19	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	101.117.607,83	149.957.600,33	100.554.398,04	100.550.586,60	100.092.379,26	100.190.102,03	152.423.741,82	104.610.446,84	136.703.624,01	116.315.820,36	104.530.770,09	102.865.569,96	1.369.921.647,67	0,00	
Obrigações Previdenciárias	20.555.390,15	19.663.008,32	19.362.898,20	18.841.030,33	18.920.269,95	18.738.010,83	37.440.671,61	17.679.273,80	21.019.964,86	18.367.663,43	18.716.685,31	17.948.052,24	246.852.923,52	0,00	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	146.665.376,80	218.455.634,51	147.900.500,12	146.767.781,55	147.523.866,64	149.407.500,31	228.343.154,60	143.230.625,63	164.280.173,75	163.745.603,03	162.496.842,83	162.222.709,79	1.981.151.689,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	116.197,73,193	173.621.134,32	117.769.704,06	116.601.732,60	117.059.773,73	119.091.905,80	182.283.874,46	113.173.615,03	132.027.427,79	131.382.974,39	130.113.114,98	129.801.460,47	1.579.024.449,56	0,00	
Pensões	30.467.644,87	44.834.500,21	30.130.889,06	30.278.048,95	30.464.092,95	30.515.419,53	45.959.280,14	30.057.010,60	32.252.745,96	32.362.628,68	32.383.729,85	32.421.249,31	402.127.240,11	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Complementares de consumo de tecerização ou de instalação de forma inferior (1º do art. 18 da LRF)	10.271.477,22	6.775.594,14	2.096.366,78	8.863.784,35	1.877.761,69	4.615.539,50	8.455.828,58	0,00	3.307.736,28	4.971.036,34	3.377.383,57	63.924.418,81	2.210.308,84	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	30.489.705,00	30.099.175,61	29.571.818,77	29.211.270,87	30.135.362,32	29.685.047,54	21.656.586,43	3.739.148,40	18.816.171,76	130.593.295,55	129.790.256,57	512.666.966,64	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	318.598,89	607.286,92	798.658,51	1.084.349,34	557.463,22	664.203,65	358.992,17	789.731,46	174.157,36	3.400.210,74	2.820.299,64	29.604.476,95	0,00	0,00	
Decretos de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Execução de Acordos e Verbas de período anterior ao da apuração	2.848.229,99	1.868.054,41	1.478.549,49	728.809,00	751.926,00	1.831.00,00	1.757.842,00	9.725.949,00	2.995.941,04	1.354.643,00	1.094.911,00	844.701,45	27.381.000,00	0,00	
Indemnizações e Recursos Variáveis	27.262.875,23	27.523.056,49	27.294.668,47	27.308.415,63	27.695.409,49	27.640.132,40	27.562.209,25	11.141.059,07	0,00	0,00	126.098.173,14	126.124.276,49	455.681.482,64	0,00	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) - (I - II)	248.160.146,91	364.752.661,71	240.342.437,37	245.423.931,00	236.495.149,85	247.715.486,21	393.034.064,48	352.319.588,42	318.264.614,22	282.929.651,83	160.131.041,02	156.623.958,98	3.149.183.713,03	2.210.308,86	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													% SOBRE A RCL		
RCL (RCA) CORRENTE LIQUIDA (RCL IV)													818.616.620.000,00		
LIMITE MÍNIMO (IV) (inciso I do § 1º do art. 20 da LRF)													0,359%		
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													7.040.102.941,00	0,86%	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)													6.688.097.785,40	0,817%	
													6.336.092.638,80	0,774%	

FONTE: Sistema SIAFI. Unidade Responsável: CONTAB. Data da emissão 10/Mai/2019 e hora de emissão 12h30min

NOTA:

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuam a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

FERNANDO ALVARO LEÃO RINCON
Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade

ANDRE LUIS SOARES DA PAIXÃO
Auditor-Geral

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 68987D86002E5BDE

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadwebv.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5438AD82002E667B

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadwebv.aspx>.



SENADO FEDERAL
Presidência

ATO DO PRESIDENTE Nº 13 , DE 2019

*Publique-se.
Em 17/06/19.
Flávio Arns*

*José Roberto Leite de Matos
Secretário Adjunto*

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares,

Considerando o disposto no Ato do Presidente nº 7, de 2019, que instituiu a Comissão Especial destinada ao acompanhamento da tramitação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, que “modifica o sistema de previdência social”,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Senador **FLÁVIO ARNS** (REDE-PR) como membro suplente da Comissão Especial destinada ao acompanhamento da tramitação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, que “modifica o sistema de previdência social”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de JUNHO de 2019.



Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal



PORTARIAS DO 1º SECRETÁRIO



17/06/2019

Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal



SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL
SEÇÃO I

Nº: 6860-S1

quarta-feira, 22 de maio de 2019

PRIMEIRA SECRETARIA

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 8, de 2019

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas funções regimentais e regulamentares, e à vista do que consta no Processo nº 00200.005942/2019-46, RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria do Primeiro-Secretário nº 5, de 2019, publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 6828, Seção 1, de 29/04/2019.

Art. 2º Autorizar, nos termos do art. 139 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, e nos termos dos arts. 133, 139, 140, 143, 144 e 148, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, pelo rito sumário, para apurar as responsabilidades do servidor constante do referido Processo.

Art. 3º Designar os servidores **WENDELL BARROS CARVALHO**, Analista Legislativo, matrícula nº 256678; **EDUARDO DOS SANTOS RIBEIRO**, matrícula nº 228634, Analista Legislativo; e **RODRIGO CARVALHO DE CASTRO CAIADO**, Técnico Legislativo, matrícula nº 34529, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão instituída pela presente portaria.

Art. 4º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos desta comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de maio de 2019. **Senador Sérgio Petecão**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6860-1-S1 de 22/05/2019](#)



[o.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1328396](http://leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1328396)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 68987DB6002E5BDE

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5438AD82002E667B.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

17/06/2019

Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal



SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL
SEÇÃO I

Nº: 6880-S1

quarta-feira, 05 de junho de 2019

PRIMEIRA SECRETARIA

TORNAR SEM EFEITO/PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA DO 1º SECRETÁRIO Nº 9, de 2019

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas funções regimentais e regulamentares, e à vista do que consta no Processo nº 00200.016057/2018-10, RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria do Primeiro-Secretário nº 7, de 2019, publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 6830, Seção 1, de 30/04/2019.

Art. 2º Autorizar, nos termos do art. 139 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, e nos termos do arts. 143, 144, 148, 149 e 152, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, pelo rito ordinário, para apurar as condutas relatadas no âmbito do referido Processo.

Art. 3º Designar os servidores **GEORGE BRUNNO DE ARAÚJO PINHEIRO**, Policial Legislativo, matrícula nº 267044; **MAXIMILIANO VIEIRA FRANCO DE GODOY**, Analista Legislativo, matrícula nº 265667; **HUGO LEONARDO DA ROCHA CANUTO**, Técnico Legislativo, matrícula nº 54620, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão instituída pela presente portaria.

Art. 4º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos desta comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2019. **Sérgio Petecão**, Primeiro-Secretário.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6880-1-S1 de 05/06/2019](#)



[o.leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1329723](http://leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1329723)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 68987DB6002E5BDE

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5438AD82002E667B.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

ATA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE





SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL
SEÇÃO II

Nº: 6853

sexta-feira, 17 de maio de 2019

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

ATA DA 174ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

Às oito horas e trinta minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Primeira Vice-presidência do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde. Presentes o Senador Antonio Anastasia, Presidente do Conselho de Supervisão; a Diretora-Geral Ilana Trombka, Vice-presidente do Conselho de Supervisão; os senhores conselheiros Fernando Álvaro Leão Rincon, Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN; Paulo Ricardo dos Santos Meira, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP; Daniele Carvalho Calvano Mendes, Coordenadora-Geral de Saúde da SEGP; Agatha Bernardo e Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas, representantes dos servidores ativos; e Edward Cattete Pinheiro Filho e Rui Oscar Dias Janiques, representantes dos servidores inativos. Presentes também o senhor Maurício Renato de Souza, Chefe de Gabinete da Primeira Vice-presidência; o senhor Olivan Duarte de Almeida, Presidente do Conselho Fiscal do SIS; e a senhora Carla Peixoto Valladares, Assessora Técnica de Saúde da SEGP. O Presidente do Conselho deu as boas-vindas aos conselheiros representantes de servidores ativos e inativos que iniciam seus mandatos na presente reunião, parabenizando-os pela vitória nas eleições. O Conselho autorizou a inversão de pauta. Item 6) Documento 00100.051778/2019-77 - Proposta de manutenção, como beneficiários-dependentes do SIS, de filhos não inválidos até 33 anos. O presidente do Conselho Fiscal, Sr. Olivan, apresentou novo estudo para inclusão da categoria, incluindo uma estimativa de provisão para perdas a ser incorporada no cálculo da contribuição mensal dessas faixas etárias. Considerando o resultado apresentado, o Conselho solicitou que fosse realizado um ajuste na proposta de modo a efetuar uma distribuição progressiva dos custos entre as faixas de 23 a 26 anos, 27 a 30 anos, e 31 a 34 anos, levando em consideração o quantitativo de beneficiários em cada uma delas, bem como a adoção do percentual de 10% para constituição de provisão com perdas, inadimplências ou eventos de alta complexidade. Visando aumentar a precisão de estudos atuariais futuros, sugere-se que seja incluída, nessa análise, proposta de ajuste das faixas etárias da tabela de contribuição do SIS em similaridade à tabela normatizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) por meio da Resolução Normativa nº 63, de 2003, adotada pelos demais planos de saúde. Item 8) Processo 00200.005770/2019-19 - Saúde Caixa retifica valores de reajuste dos custos administrativos e de auditoria propostos em minuta de aditivo contratual. O Saúde Caixa retificou a proposta de aditivo contratual, reduzindo de 71% para 17,4% o índice de reajuste de custos com pessoal e com despesas administrativas, a ser praticado a partir do mês de fevereiro de 2019. A minuta segue em análise pela Advocacia do Senado Federal (ADVOSF), e o índice proposto pode ser reavaliado. A Diretora Ilana comunicou que pagará os valores ajustados nas faturas subsequentes à assinatura da avença. EXTRAPAUTA 1) A Diretora-Geral informa que dará início, no dia 14/05/2019, à campanha de vacinação contra a gripe no Senado Federal. A ação será dirigida a todo o corpo funcional da casa, bem como aos servidores inativos. EXTRAPAUTA 2) O conselheiro Edward Cattete solicita que seja agendada uma visita formal às dependências do SIS, para apresentar aos membros do Conselho toda equipe e estrutura de que o plano dispõe. EXTRAPAUTA 3) A Diretora Ilana parabenizou as equipes da Coordenação-Geral de Saúde e da DGER envolvidos na organização e na realização do Circuito Saúde. Tendo em vista o grande sucesso, o evento deverá receber novas edições, com focos e formatos diferenciados. EXTRAPAUTA 4) O Conselheiro Pedro Enéas propõe que, após o levantamento dos dados referentes ao resultado das alterações nas regras de participação e cobrança, aprovadas em junho de 2018, seja pautada pelo Conselho uma sessão dessas normas visando eventuais aperfeiçoamentos. Item 7) Processo 0.028251/2017-59 - Prestação de contas do Fundo de Reserva do SIS referente ao



<http://leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1328072>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 68987DB6002E5BDE

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5438AD82002E667B

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

17/06/2019

Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal

00100.085786/2019-17

exercício de 2016 - Devolutiva do Conselho Fiscal. Acompanhando o parecer favorável do relator, o Conselho aprova a prestação de contas com as recomendações sugeridas no relatório final. Item 1) Documento 00100.047324/2019-00 - Beneficiário solicita revisão dos valores de ressarcimento referente a honorários médicos. Haja vista a disponibilidade restrita de especialistas na rede credenciada aptos à realização de atendimentos dessa complexidade, fica deferida a concessão do reembolso especial fixado em três vezes o valor das tabelas adotadas pelo SIS, nos termos da Instrução Normativa nº 13, de 2018. Item 2) Processo 00200.008040/2019-61 - Beneficiário solicita suspensão da taxa de readmissão e dos prazos de carências de beneficiários-dependentes readmitidos ao SIS. Deferido, considerando a insuficiência da assistência prestada pelo SIS ao beneficiário titular no momento da readmissão. Item 3) Processo 00200.007336/2019-65 - Beneficiário solicita readmissão de ex-cônjuge ao SIS. Indeferido, nos termos do memorando apresentado pelo Serviço de Atendimento a Beneficiários do SIS, e em consonância com parecer emitido pelo Serviço de Direitos e Deveres funcionais em caso similar. Item 4) Documento 00100.063453/2019-37 - Beneficiária solicita revalidação da mãe como dependente do SIS. O Conselho delibera pela manutenção da genitora como beneficiária dependente no SIS, considerando a diferença de valor que excedeu o limite anual estipulado pela Receita Federal e impediu sua inclusão na declaração de imposto de renda da filha. O caso pode ter sido prejudicado pelo congelamento desse limite pelo órgão fiscal desde o ano de 2016, em descompasso com os reajustes salariais concedidos nesse mesmo período. Adicionalmente, trata-se de usuária do SIS desde a instituição do benefício, e sua idade avançada inviabilizaria a migração para novo plano de saúde. Item 5) Processo 00200.004932/2019-93 - Ex-servidora requer cobertura de cirurgia autorizada pelo SIS, mas não realizada previamente à sua exoneração - Devolutiva de consulta à ADVOSF. O Conselho acompanha o parecer da ADVOSF e decide pelo indeferimento do pleito. Item 9) Comunicado - Diferença de valores detectada entre os ofícios de ressarcimento do Saúde Caixa e os arquivos .XML. A conselheira Daniele informou ao colegiado que a equipe do SIS identificou divergências de valores entre as faturas pagas ao Saúde Caixa de outubro de 2016 até a presente data, e os arquivos .XML enviados pela Caixa referentes às despesas incorridas no mesmo período. O Saúde Caixa foi notificado quanto à diferença detectada e, em conjunto com o PRODASEN, a empresa BENNER e o SIS, identificou incorreções cadastrais que prejudicaram as rotinas de extração dos arquivos.XML. As falhas identificadas já estão sendo corrigidas, com consequente redução do valor divergente. A conselheira trará atualizações mensais acerca desse tema aos membros do colegiado até que tal inconsistência seja completamente sanada. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde, às onze horas e quarenta minutos dodiaoito de maio do ano de dois mil e dezenove, e, para constar, eu, Daniele Carvalho Calvano Mendes, na condição de conselheira e secretária da presente reunião, lavrei a Ata, que, após lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais conselheiros presentes à reunião. Sala de reuniões da Primeira Vice-presidência do Senado Federal, em 08 de maio de 2019.

Senador Antonio Anastasia - Presidente, Ilana Trombka - Vice-Presidente, Agatha Bernardo, Edward Cattete Pinheiro Filho, Fernando Álvaro Leão Rincon, Rui Oscar Dias Janiques, Paulo Ricardo dos Santos Meira e Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas - Conselheiros.

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: [6853-2 de 17/05/2019](#)



leg.br/serh/Aplicacoes/bap/ato/atoFormatado.aspx?ca=1328072

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 68987DB6002E5BDE.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5438AD82002E667B.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PSB - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
Bloco-PSL - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-CIDADANIA - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Renilde Bulhões* (S)
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelson Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

S/Partido - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-PRB - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20
MDB-13 / PP-6 / PRB-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	PRB / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL - 20
PSDB-8 / PODEMOS-8 / PSL-4

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Elmano Férrer.	PODEMOS / PI
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Juíza Selma.	PSL / MT
Lasler Martins.	PODEMOS / RS
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Romário.	PODEMOS / RJ
Rose de Freitas.	PODEMOS / ES
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Senado Independente - 13
PDT-4 / CIDADANIA-3 / PSB-3 / REDE-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Marcos do Val.	CIDADANIA / ES
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Renilde Bulhões.	PROS / AL
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	13
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jorge Kajuru** (PSB-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (S/Partido-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Serra* (PSDB-SP)	Renilde Bulhões* (PROS-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	Juíza Selma** (PSL-MT)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (CIDADANIA-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (PRB-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (CIDADANIA-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 20 Líder Esperidião Amin - PP (27) Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (8,26,33) Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (5) Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (9) Líder do PRB - 1 Mecias de Jesus (13)	Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 20 Líder Eduardo Girão - PODEMOS (24) Líder do PODEMOS - 8 Alvaro Dias (7) Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (28) Rose de Freitas (29) Lasier Martins (25) Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (23) Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (35,39) Rodrigo Cunha (36) Líder do PSL - 4 Major Olímpio (11)	Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/PSB/REDE) - 13 Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (18) Líder do PDT - 4 Weverton (2) Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (6) Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42) Líder do PSB - 3 Jorge Kajuru (3) Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Paulo Rocha - PT (37) Vice-Líder Zenaide Maia (20,30) Líder do PT - 6 Humberto Costa (12,17) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (32) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (21) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (20,30)	Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PL (14) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (4,16) Jorginho Mello (1,15) Zequinha Marinho (19,31) Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (4,16) Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43) Líder do PL - 2 Jorginho Mello (1,15) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (19,31)	PSD - 9 Líder Otto Alencar - PSD (10) Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel
 Maioria Líder Eduardo Braga - MDB (8,26,33)	Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (34) Vice-Líderes Eduardo Gomes (41) Elmano Férrer (40) Izalci Lucas (35,39) Chico Rodrigues (38)	Minoria Líder Randolfe Rodrigues - REDE (22)

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
4. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
5. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
6. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
7. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
10. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
11. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).



12. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
13. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
18. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
19. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
20. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
21. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
22. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
23. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
28. Em 13.02.2019, o Senador Oriovento Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1º vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
33. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (1)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (1)	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Prazo final: 03/09/2019

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



3) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (6)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (7)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DE BRUMADINHO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 120 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e outras barragens.

Requerimento nº 21, de 2019

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽⁸⁾

Leitura: 13/02/2019

Instalação: 12/03/2019

Prazo final: 10/07/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1.
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,11,12)	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,10)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Carlos Viana (MG) ^(6,9)	1. Senador Otto Alencar (BA) ^(6,9)

Notas:

- Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIRAO).
- Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
- Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
- Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
- Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
- Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).



9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).
10. Em 15.03.2019, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 26/2019-BLPRD).
11. Em 26.03.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 118/2019-GLMDB).
12. Em 06.06.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 164/2019-GLMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (8)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,21)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
PSD	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Arolde de Oliveira (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (6)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (19)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).	



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9,28)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	3. Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Antônio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (7,32)
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8,31,33)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	5. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3,22)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (6,16,19)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6,18)
PSD	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GLPSD).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1^a e a 3^a suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (5,16)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Carlos Viana (1)	2. Senador Arolde de Oliveira (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Irajá (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽¹⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (20)	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (20)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Carlos Viana (2)	1. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
11. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. VAGO (10,13,14,16)
(13,18)	3. VAGO (14)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (12)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1.
	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).



13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of.º 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (1)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzer Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (11)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (11)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (11)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)
VAGO (6,19)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (9)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (9)	3. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (16)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,18)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,17)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).	
9. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).	
10. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).	



12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
17. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
19. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (8,14,15)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (16)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13)	6.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (7)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (12)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)	5. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Carlos Viana (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Férrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
14. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
15. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
16. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
17. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos (MDB, PP, PRB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(10,13)
VAGO ^(5,15)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁸⁾
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,9)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽⁸⁾	4. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,20)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,16,17)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



15. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB).
16. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
17. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
18. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
19. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
20. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1,20,21)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luís Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (11)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (11)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (11)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,19)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (10)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (10)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
VAGO (4,15)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,16)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (4)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (8,18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
10. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).	
11. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	



13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).
16. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
17. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
VAGO (8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁵⁾
	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,6)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁶⁾
Notas:	
1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).	
4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).	
5. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).	
6. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).	
7. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).	
8. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).	
9. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).	

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,17)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁷⁾	3. VAGO ^(7,16)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹²⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,18)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,18)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ^(6,13)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽⁹⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,15)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹¹⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,11)	2.
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
8. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
9. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).	
10. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).	
11. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	



12. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
13. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
15. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
16. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
17. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
18. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

MEMBROS
DEM
Senador Rodrigo Pacheco (MG)
PSD
Senador Irajá (TO)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)



3) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(*Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013*)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



5) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(*Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018*)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

